



ABIMAEEL DE OLIVEIRA DE JESUS

Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC/MST):
Sobre o fazer estético e a utopia agroecológica no território

São Paulo

2024

ABIMAEI DE OLIVEIRA DE JESUS

Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC/MST):
Sobre o fazer estético e a utopia agroecológica no território

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.
Orientadora: Prof.a Dr(a) Silvia Beatriz Adoue

São Paulo

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Jesus, Abimael de Oliveira de.

J585 Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC/MST) : sobre o
fazer estético e a utopia agroecológica no território / Abimael de
Oliveira de Jesus. – São Paulo, 2024.
121 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Brigada
de Audiovisual Eduardo Coutinho. 4. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra. I. Título.

CDD 301.350981

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa, que investiga “audiovisualidades crioulas” da Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho, tem demonstrado que as intervenções dos movimentos sociais nos territórios não podem dispensar de ações e reflexões estéticas. Questionando a possibilidade de uma estética agroecológica, diante da luta dos camponeses por suas vidas e territórios, é uma ferramenta, para debates necessários nesse tempo de hegemonia cultural e econômica do agronegócio.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research, which investigates “creole audiovisualities” by the Eduardo Coutinho Audiovisual Brigade, has demonstrated that interventions by social movements in territories cannot dispense with aesthetic actions and reflections. Questioning the possibility of an agroecological aesthetic, given the struggle of peasants for their lives and territories, is a tool for necessary debates in this time of cultural and economic hegemony of agribusiness.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación, que indaga en las “audiovisualidades criollas” de la Brigada Audiovisual Eduardo Coutinho, ha demostrado que las intervenciones de los movimientos sociales en los territorios no pueden prescindir de acciones y reflexiones estéticas. Cuestionar la posibilidad de una estética agroecológica, dada la lucha de los campesinos por sus vidas y territorios, es una herramienta para debates necesarios en esta época de hegemonía cultural y económica del agronegocio.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ABIMAEI DE OLIVEIRA DE JESUS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 10:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ABIMAEI DE OLIVEIRA DE JESUS, intitulada **"Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC): Sobre o fazer estético e a utopia agroecológica no território"**.. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Letras Modernas / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do Paraná -UFPR - Setor Litoral, Prof. Dr. FELIPE CANOVA GONÇALVES (Participação Virtual) do(a) . / Universidade de Brasília. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "S. Adoue", is positioned above the name of the signatory.

Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que sempre nos tem ajudado em uma existência resistente; à professora Silvia Beatriz Adoue que atenciosamente nos orientou e inspirou desde muito antes deste trabalho; à UNESP e à Escola Nacional Florestan Fernandes; à todas todos e todes os amigos orientadores que com conselhos e exemplos também nos orientaram, e a Tisiane Kilian de Paula, minha companheira de vida que sem o apoio, esse trabalho não seria possível, meu agradecimento dedicado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto as produções audiovisuais do Setor de Comunicação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), mais especificamente as obras e a dinâmica da construção da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC). Aqui se propõe pesquisar e analisar a formação e prática da Brigada como expressão estética do território em disputa. Partindo de localizar historicamente o território camponês e seu contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização determinado pelo capital e pelo agronegócio – assim como também disputado pelo MST e por seus processos de reterritorialização como a agroecologia –, entender as peculiaridades do objeto que se propõe pesquisar. Esse trabalho busca analisar se é possível pensar, a partir das obras e dos processos de produção da Brigada – assim como de revisão de bibliografia apropriada –, em uma “estética agroecológica”. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar articulando geografia, história, agroecologia e estética.

Palavras-chave: Território, Audiovisual, Agroecologia, Estética.

ABSTRACT

This research focuses on the audiovisual productions of the Communication Sector of the MST (Landless Rural Workers Movement), more specifically the works and dynamics of the construction of the Eduardo Coutinho Audiovisual Brigade (BAEC). Here we propose to research and analyze the formation and practice of the Brigade as an aesthetic expression of the territory in dispute. Starting from historically locating the peasant territory and its continuous process of deterritorialization and reterritorialization determined by capital and agribusiness – as well as disputed by the MST and its reterritorialization processes such as agroecology –, understanding the peculiarities of the object that is proposed to be researched. This work seeks to analyze whether it is possible to think, based on the works and production processes of the Brigada – as well as a review of appropriate bibliography –, in an “agroecological aesthetic”. This is interdisciplinary research articulating geography, history, agroecology and aesthetics.

Keywords: Territory, Audiovisual, Agroecology and Aesthetics.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objeto las producciones audiovisuales del Sector de Comunicación del MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), más específicamente las obras y la dinámica de construcción de la Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC). Aquí se propone investigar y analizar la formación y práctica de la Brigada como expresión estética del territorio en disputa. Partiendo de localizar históricamente el territorio campesino y su continuo proceso de desterritorialización y reterritorialización determinado por el capital y por el agronegocio -así como también disputado por el MST y por sus procesos de reterritorialización como la agroecología- entender las peculiaridades del objeto que se propone investigar. Este trabajo busca analizar si es posible pensar, a partir de las obras y de los procesos de producción de la Brigada – así como de revisión de bibliografía apropiada –, en una “estética agroecológica”. Se trata de una investigación interdisciplinaria articulando geografía, historia, agroecología y estética.

Palabras clave: Territorio; Audiovisual; Agroecología, Estética.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS E QUESTÕES DA PESQUISA	11
2. TERRITÓRIO	19
2.1. Territórios e alienação da natureza, as fronteiras do MST e do agronegócio na atualidade do conceito	19
2.2. Territórios de resistência e ação cultural do MST: O espaço BAEC.	35
3. AGROECOLOGIA	48
“Vem companheira vem junto defender, a agroecologia novo jeito de viver”	48
3.1. Agroecologia e audiovisualidades crioulas	48
3.2. Mas o que é agroecologia ?	53
3.3. A agroecologia e a BAEC	65
4. ESTÉTICA	74
4.1. E o que é estética ?	74
4.2. Estética da BAEC	80
4.3. As obras	90
4.3.2. Ocupar, Resistir E Produzir: As Feiras Do MST	96
4.3.3. LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução	98
4.4. Ainda sobre as obras e o todo da pesquisa	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
FILMOGRAFIA	119

1. INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS E QUESTÕES DA PESQUISA

A pesquisa intitulada “Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC): Sobre o fazer estético e a utopia agroecológica no território” está encharcada da relação com os territórios onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) existe e resiste. Desta maneira, as perguntas, assim como as reflexões que o movimento da pesquisa permitiu, têm, no mínimo, cheiro de terra. E é desde essa terra, observando os olhos da máquina que captura a imagem e a sua disputa espiritual, “organização estética” que é sempre em direção e para o território, é que esse trabalho pretende ser apresentado.

É um trabalho que dialoga diretamente com a questão do desenvolvimento territorial. Mas antes de entrar propriamente nas dimensões da pesquisa, uma afirmação preliminar se apresenta como inadiável. Já passou do tempo de encararmos a crítica à ciência ocidental e a esse jeito de fazer ciência no qual estamos inseridos. O colapso ambiental e os povos da floresta ou das periferias, ao exemplo dos Zapatistas, têm nos alertado para ao menos um erro epistemológico desta ciência, dita “moderna”, ocidental. A ideia de que somos superiores e alienados da natureza. Neste trabalho, não daremos conta da superação deste debate, mas não falar disso seria uma incongruência, até pela relação da pesquisa com a agroecologia e sua natureza holística. Nesta crítica e na tentativa de ser parte, eu, aquele que comete o crime da primeira pessoa, aqui tenta ser plural. E no todo do trabalho, dialoga-se com esse debate se incluindo e em crítica ao real.

Essa dissertação é dedicada à pesquisa das produções audiovisuais do Setor de Comunicação do MST, mais especificamente às obras e à dinâmica da construção da BAEC. No entanto, pretende-se também pensar nesse objeto na relação com o território na totalidade natureza da qual somos parte. Logo parte de pensar uma das contradições do campo colocada na contemporaneidade e que se materializa em processos contínuos de desterritorialização e reterritorialização determinados pelo capital – agronegócio – que avança as fronteiras da desumanização. Também aqui, por observarmos as resistências a esse avanço das relações alienantes do capitalismo, a agroecologia ganha foco. Refúgio de natureza onde o humano é parte.

La situación de insustentabilidad civilizatoria a la que se llega en torno al cambio de milenio obliga a pensar el horizonte en términos sistémicos y a confrontarlo desde los inmanentes epistémicos que provienen de las

cosmovisiones heredadas y reconstruidas a lo largo de los últimos 500 años. A pesar del avasallamiento cultural perpetrado por el capitalismo desde sus orígenes, cosmovisiones, organizaciones sociales, imaginarios y conexión-pertenencia con la Madre Tierra se mantuvieron como los espacios-refugio desde donde se gestaba la resistencia. Son los espacios de donde emergen hoy las visiones de una historia anterior y a la vez contemporánea, pero no idéntica al capitalismo, así como la imaginación y las condiciones de posibilidad de una historia después del capitalismo. Con una concepción circular del tiempo hay manera de volver al punto de partida, revisarla y retomar la ruta. A diferencia de la concepción lineal que conduce a un comportamiento acumulativo y apropiador [...] (Ceceña, 2014 p.14).

Embebido das práticas da agroecologia, assim como desta crítica a relação de subjugação da natureza que a racionalidade instrumental instituiu e que é a marca do agronegócio, é que propomos o caminho para a análise e consequentemente para a apresentação da pesquisa. Para elucidar de forma didática, mesmo que estas ideias e práticas possam se apresentar de maneira desigual e combinada, e que exista agronegócio nos assentamentos do MST, mesmo que não exista agroecologia do agronegócio: “De um lado” está o agronegócio, agente de desterritorialização e reterritorialização do capital que cada vez mais destrói territorialidades e territórios em uma relação perversa e mercantil com os seres humanos e com a natureza; de “outro”, a agroecologia que no século XXI é para os movimentos sociais do campo associados à Via Campesina, como uma ação contra hegemônica de reterritorialização em seu sentido holístico, mesmo que ainda em embrionária experiência prático teórica, apresenta-se.

Logo a BAEC, ademais de merecida sistematização de sua prática – e nuances desta pesquisa que serão mais pausadamente apresentados em linhas que se seguem – é aqui questionada se pode contribuir para pensar uma estética agroecológica. Já que o que se propõe pelo Movimento, como bem apresenta Jade Percassi, Juliana Bonassa e Sylviane Guilherme (2021) em síntese, é: a construção de uma cultura agroecológica. Que restabeleça um metabolismo camponês e que se materialize em uma práxis emancipatória de desenvolvimento omnilateral do ser, assim como também sugere o próprio programa agrário desta organização¹.

Conceber a Cultura dessa forma seria o caminho para uma reconciliação dos seres humanos entre si e com a natureza nas suas mais diversas esferas. Essa reconciliação pode ser desenvolvida ao passo em que se consolida a compreensão e a prática de uma cultura agroecológica como pilar do desenvolvimento da vida no campo, em contraposição ao modo de produção capitalista. Pois, se se compreende a Cultura como campo em

¹ MST, Cartilha do Programa Agrário, edição própria, São Paulo, 2013.

que se assentam as bases e as práticas da reconstrução de uma práxis social emancipatória, a Agroecologia figura como elemento fundamental para a reconstrução ecológica da agricultura e da cultura como um todo. A partir desta perspectiva, a Reforma Agrária Popular é o programa que propõe esta fusão entre Cultura e Agroecologia, onde seres humanos, natureza, alimentos, educação dos sentidos, arte, relações humanas, sociais, econômicas e políticas se relacionam de maneira orgânica. (Percassi; Bonassa; Guilherme, 2021, p.289).

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar e analisar a formação e prática da BAEC, como expressão estética do território em disputa. A relação com o objeto tem determinado uma ampliação nesse objetivo: entender se a BAEC contribui para a construção da utopia agroecológica que tem ganhado centralidade. O desenvolvimento territorial e a vida no espaço – articulado justamente a este sentido de construção – igualmente.

A relação proporcionada pela pesquisa tem me feito refletir sobre a amplitude de um movimento social como o MST que agrega a diversidade do povo brasileiro. Hoje, falar do MST é falar de sua organicidade, de seus setores e coletivos, de sua democracia direta, de suas brigadas internacionalistas de solidariedade, de educação popular, de enfrentar as contradições, de agroecologia. O MST se opõe a esse processo de desterritorialização e constrói reterritorialização no seu sentido pleno, pensando inclusive a territorialidade ou “relação espiritual com aquele território”. Uma pesquisa com esse sujeito coletivo histórico, registrando as suas experiências por si só se justifica, no entanto não finda aí a importância deste trabalho.

O capital mundializou-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se, de forma privada, do mundo. O território capitalista, confiscado historicamente no processo de sua construção, agora é contestado. As lutas dos Sem Terra são marcas visíveis dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade e se tornando cidadãos. (Oliveira apud Fernandes.1996 p.13).

Em 2014, durante o VI Congresso Nacional do MST, o fazer audiovisual, que converge de diferentes experiências de militantes em Movimento², se transforma ou passa a se chamar “Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho”. É claro, que o audiovisual no MST é muito anterior a isso, e essas práticas, também devem montar o chão histórico-espacial, que precisamos para pensar a BAEC. No entanto, nesta

² Ver *Pedagogia em Movimento* (CALDART, 2014).

ocasião uma das obras que marcam esse momento histórico é o vídeo do 6º Congresso *Lutar, construir Reforma Agrária Popular*. Ali não findam as produções, a BAEC e o fazer audiovisual no MST têm aumentado em “quantidade e qualidade”, e as condições históricas determinaram outras formas como vídeo *vlog*, o ao vivo, o programa para internet, a ficção, além do contínuo fazer documental que marca visivelmente as produções. A BAEC é um coletivo de militantes de diferentes setores do movimento, de diferentes estados do Brasil, que têm estudado e construído produções audiovisuais em uma lógica sistêmica e carregada desta identidade. Esse coletivo está em caminhos de ampliação para os estados. No entanto, suas principais obras se realizaram durante as atividades nacionais do Movimento ou em iniciativas intersetoriais.

Para analisar as obras e a própria lógica de produção audiovisual da BAEC, inseridas no território, a estética, a agroecologia e o território são conceitos indispensáveis e estão presentes nos três capítulos. Sempre em diálogo com o objeto e se relacionando dialeticamente com os demais conceitos tenta-se dar conta deste estudo.

Na luta do MST, na construção da Reforma Agrária Popular, que implica na construção da agroecologia e que expressa a contradição capital trabalho no campo, onde a agroecologia e o agronegócio são expoentes, e na prática da BAEC – dadas as peculiaridades do objeto artístico – está o material para analisar os caminhos e as contribuições destas práticas para a superação dessa contradição. O Movimento, que incorpora a luta pela terra e a construção de uma sociedade emancipada com inspirações socialistas, têm, em suas ações, intenções visíveis. Sonhar futuros, nadar para o reino da liberdade, assim como a própria arte. Como afirma Marildo Menegat, *“A arte nos coloca um problema em relação ao mundo, sempre nos coloca um ‘podemos ser’”* (Menegat, 2015, p.33). A BAEC com suas especificidades de atividade estética é então investigada, tendo a agroecologia – e estes futuros que estão ligados a ela – como perspectiva.

A partir da análise das obras e do material escrito sobre essa prática, assim como de entrevistas com militantes do Movimento, o que se propõe na investigação é: se é possível pensar uma estética agroecológica. Ou se as produções da BAEC corroboram para a reterritorialização que o movimento e a agroecologia pretendem. Dentro disso, muitas são as questões: Há peculiaridade nesta prática para pensar

uma lógica estética própria? Como se constitui esse coletivo? De onde vêm as referências para esse fazer? Qual é o chão histórico-espacial dessa construção? – são exemplos.

A busca por responder as perguntas e por alcançar os objetivos, orientação da professora Silvia Beatriz Adoue, as disciplinas, o tempo comunidade e o tempo escola na Escola Nacional Florestan Fernandes, também determinaram novos contornos para esse formato metodológico. Há uma clara aproximação do trabalho com a geografia, o diálogo com autores da área e as reflexões têm reorganizado as revisões bibliográficas propostas assim como uma reorganização dos focos da pesquisa.

Os objetivos específicos: 1. Localizar historicamente o território camponês e seu contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização determinado pelo capital e pelo agronegócio desde a Ditadura Civil Militar Brasileira. 2. Analisar a representação audiovisual do camponês no Brasil, em paralelo ao processo de desterritorialização e reterritorialização empreendido pelo agronegócio e pelas oligarquias rurais brasileiras. 3. Investigar de onde são as referências históricas que contribuíram para a construção da Brigada. 4. Sistematizar a experiência de construção da BAEC, dentro das práticas culturais do MST. 5. Discutir a agroecologia um campo filosófico, assim como uma práxis revolucionária que necessita também de uma reflexão sobre o fazer estético. 6. Analisar o fazer audiovisual da BAEC, assim como as suas reflexões e práticas estéticas objetivadas em obras exemplares. 7. Questionar a partir das obras da BAEC, dos estetas marxistas e da episteme da agroecologia, se é possível propor uma estética agroecológica.

Espancados pela realidade, estão dialeticamente apresentados em três capítulos, que dialogam com os conceitos de *território*, *agroecologia* e *estética*. A relação com o objeto, como era de se esperar, tem ampliado e recolocado a pesquisa na terra, na relação com o território e com a produção e reprodução da vida.

No entanto, manteve-se a revisão bibliográfica mais atenciosa como primeira parte da pesquisa. Além dos materiais aqui já reunidos e apresentados, a leitura de textos das disciplinas, da orientação e da própria busca da pesquisa são os primeiros passos do movimento do estudo. A análise e sistematização de

documentos da BAEC, assim como textos sobre ela especificamente também aparecem como importante procedimento para este trabalho. Articuladas a isso, as entrevistas semi-estruturadas por e-mail e de forma presencial, também aparecem no conjunto de ferramentas metodológicas.

Essas foram entrevistas selecionadas a partir do diálogo com a própria BAEC. Na verdade, o diálogo direto durante as atividades da Brigada é importante para a pesquisa, no entanto as respostas que aparecem no corpo do texto são resultado de uma entrevista por e-mail, realizada com cinco integrantes da BAEC. 1. O que é a BAEC e quando nasce? 2. Quais os objetivos da BAEC? 3. O que é a BAEC hoje? 4. Como são os processos de criação da brigada? 5. Existem trabalhos da brigada sobre agroecologia? Onde posso encontrar? Foram as perguntas que orientaram a referida entrevista. No entanto posterior e anteriormente a este procedimento o diálogo direto com os demais membros da Brigada ademais de integrantes do setor de comunicação, assim como a relação com os materiais publicados pela organização, até mesmo antes da existência da Brigada foram centrais para a elaboração da pesquisa e desta apresentação.

A participação na equipe de trabalho de Comunicação nas tarefas da BAEC na 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária (2023), recentemente em reflexão e diálogo direto com os integrantes da brigada, amplia e dá novos rumos epistêmicos, e em certo sentido, à metodologia. A própria vivência neste espaço e a percepção dele é encarada como uma parte desta metodologia, que se quer e é – mais do que antes – participante. A partir desta atividade e de entrevistas com integrantes, assim como de revisão bibliográfica, refletimos sobre o processo de produção audiovisual, que se apresenta como uma dimensão importante para a pesquisa.

A pesquisa dessa ação cultural do MST que tem a Baec como uma ferramenta importante nos tem encharcado dela mesma. A vivência no interior da organização e os próprios questionamentos da pesquisa, tem nos feito atentar para o imprescindível engajamento necessário que já se referia Paulo Freire. *“O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam "molhados", "ensopados".* (Freire, 1979).

Sem mais delongas, para apresentar esse trabalho que tem a Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho e a ação cultural de construção da agroecologia

proposta pelo MST como centro – depois de muito trabalho e dor de cabeça – três capítulos aparecem como necessários.

Deste modo, como já anunciamos, no primeiro capítulo, intitulado de *Território*. Abrimos a discussão sobre o território na atualidade tendo o MST e o agronegócio como sujeitos de re-des-territorialização. No texto: *“Territórios e alienação da natureza, as fronteiras do MST e do agronegócio na atualidade do conceito”*, apresentamos o movimento dos territórios de onde a BAEC emerge. No mesmo capítulo, no subtítulo: *“Dos territórios de resistência e ação cultural do MST: O espaço BAEC”*. A partir de pensar a dinâmica conflitante de estabelecimento no território, assim como das formas de re-des-territorialização do MST que tem a organicidade imprescindível, analisamos o nascimento e “delimitamos” o espaço BAEC.

No segundo capítulo, intitulado *Agroecologia*. Partindo da BAEC e dos processos audiovisuais do MST, como o canal Cultura Camponesa, no texto: *“Agroecologia e audiovisualidades crioulas”*, abrimos a discussão do conceito. No segundo subtítulo: *“Mas o que é agroecologia?”*, essa discussão epistemológica e de delimitação conceitual dialoga com a ecologia dos pobres, nascida do avanço do capitalismo para o campo e das resistências dos povos, e é analisada em perspectiva histórica espacial que inclui a Brigada. No terceiro subtítulo: *“Agroecologia e BAEC”*, observa-se as produções audiovisuais da brigada e do MST sobre agroecologia. E, a partir de pensar a amplitude do conceito de agroecologia que inclui o fazer artístico, assim como de entender a experiência audiovisual com potencialidades de sementes de uma práxis agroecológica, a categoria é apresentada.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Estética*. Analisamos mais diretamente os processos de produção da brigada e algumas obras específicas. No primeiro subtítulo – *“O que é estética?”* – abrimos a discussão sobre o conceito. Logo em seguida no texto: *“Estética da BAEC”*, a partir de algumas categorias estéticas sistematizamos e dialogamos, tanto com os processos de produção, assim como as obras e reflexões estéticas do interior deste espaço. Nesse texto apresentamos algumas características das sementes-audiovisuais, audiovisualidades crioulas, produzidas pela brigada. Para isso, desde as elaborações que já apresentamos um desenvolvimento estético que pode servir como farol para as análises. Nesse ponto,

no subtítulo “As obras”, que é sucedido por “*Lutar, construir Reforma Agrária Popular (2014)*”; “*Ocupar Resistir, Produzir: as feiras do MST (2018)*” e “*LGBT Sem Terra: o amor faz revolução (2020)*”, analisamos as três obras que são títulos. Na sequência no texto: “*Ainda sobre as obras e o todo da pesquisa*”, seguimos dialogando com as ideias que a análise permite. Nesse ponto, em diálogo com o todo do trabalho e pensando se é possível pensar em uma estética da agroecologia a partir da BAEC, assim como se estas produções audiovisuais contribuem para a própria construção da agroecologia e da Reforma Agrária Popular, as palavras dialogam.

Por fim, ainda algumas *considerações finais* são apresentadas. Na tentativa de organizar os “resultados da pesquisa”, nos permitimos escrever, como os leitores devem constatar, algumas palavras em considerações finais. A esperança é que as palavras sejam úteis para enfrentar esse tempo-espço que sufoca nossa existência. Boa leitura.

2. TERRITÓRIO

Neste capítulo, a categoria de território se articula, tanto com a existência e resistência do MST, quanto com o agronegócio. O território aqui, é para nós, como categoria humana gestada no processo de humanização e está umbilicalmente ligada a nosso caminho de desenvolvimento da espécie humana, ora expressando as relações de cooperação, ora expressando a dominação. Desta maneira começamos como uma discussão desde a humanização e chegando a realidade onde a Brigada existe.

Em primeiro subtítulo: *“1.1. Territórios e alienação da natureza, as fronteiras do MST e do agronegócio na atualidade do conceito”*, analisamos a realidade complexa onde a categoria território existe e de onde a BAEC emerge. Aqui também, iniciando com essa discussão ontológica já citada, refletimos sobre as transformações dessas lógicas territoriais como a ascensão do capitalismo

Em segundo subtítulo: *“1.2. Dos territórios de resistência e ação cultural do MST: O espaço BAEC”*. Como já introduzimos, em diálogo com autores e a partir de pensar a dinâmica conflitante de estabelecimento no território, assim como das formas de des-re-territorialização do MST que tem a organicidade imprescindível, analisamos o nascimento e “delimitamos” o espaço BAEC.

2.1. Territórios e alienação da natureza, as fronteiras do MST e do agronegócio na atualidade do conceito

Conceitos não nascem das frases, letras ou ideias, é o contrário, é da materialidade, da natureza em movimento e transformação da qual somos parte. Essa totalidade natureza que coopera e conflitua, determina o desenvolvimento da vida no planeta. Nós, humanidade, mesmo que neguemos – em afirmações retrógradas de suposta superioridade humana e separação dos humanos do supra organismo – somos natureza, e é de aí que nascem as ideias. Um exemplo disso é o próprio território que sempre pressupõe relações de poder e conflitualidade no espaço. Os Sem Terras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde 1984 – data de sua fundação – ou outros tantos povos desterritorializados, sempre souberam o significado prático deste conceito que é também uma categoria da

realidade objetiva. Conquistar um pedaço de terra, onde a vida seja possível, sempre esteve para além dos gritos de ordem, – "ocupar, resistir e produzir" – nas ações destes sujeitos que em Movimento disputam territórios e territorialidades.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (Fernandes, 2005 p.27).

No tecido do desenvolvimento da vida, onde nos humanizamos, o território sempre foi central. O processo de humanização, que está determinado em larga medida pela relação com a natureza – trabalho criativo – e com nossos iguais humanos e não humanos, determina territórios e territorialidades e é determinado igualmente. Território é portanto, um conceito ontológico. Sendo que a territorialidade consiste nestas relações sociais que se estabelecem nas múltiplas relações de poder existentes de forma combinada e dialética no território, constituindo-o. Assim como define Claude Raffestin (1993).

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (Raffestin, 1993, p. 158).

Território é uma categoria humana, de relação econômica, de produção e reprodução da existência humana. Ou seja, no caminho do desenvolvimento da espécie é que ele é gestado. Rogerio Haesbart (2004) falando sobre a categoria, escreve: "há um processo de compreensão do espaço-tempo, mergulhado nas múltiplas geometrias de poder, não há uma territorialização, mas múltiplas formas de (re)territorialização" (HAESBAERT, 2004, p.169). Para ele, não se pode falar de desterritorialização sem falar de reterritorialização, que é sempre "des-re-territorialização". Não é possível haver desterritorialização sem reterritorialização, não há espaços vazios no território. Sempre um outro agente de poder se faz presente para desativar os mecanismos antigos de controle, reativando novos.

É possível refletir sobre a ideia de desterritorialização com as categorias absoluto e relativo. A desterritorialização absoluta está vinculada ao pensamento e à criação, criar algo novo implica em romper com os territórios pré-existentes (territorialidades imateriais, demandam novos agenciamentos. Já, a desterritorialização relativa se desenvolve na ação do Estado e do capital, das máquinas capitalistas, na sobrecodificação de

antigas territorialidades de sociedades pré-capitalistas, se colocando no plano da materialidade e da representação. Ocorre, assim, a construção de novos territórios sociais pela relação entre agentes maquínicos de corpos e agentes coletivos de enunciação, nunca um movimento isolado, mas sempre de 'dois em dois'. (Haesbaert, 2004, p.169).

Porém, território não é só conflito. Para essa ciência dita moderna, a humanização sempre foi sinônimo de diferenciação e dominação dos humanos em relação à natureza. No entanto, cada vez mais, a própria pesquisa científica tem demonstrado que sem a cooperação intra-natural – entre os humanos e entre eles com os não humanos – a vida não teria chance. Desta maneira, para falar de territórios ontológicos, o elemento da conflitualidade apenas não dá conta do raciocínio. A cooperação, e inter-relação entre seres, permitiu, mais que dominar territórios, se estabelecer no organismo vivo do território. Para nós, nos juntando a Piotr Alexeyevich Kropotkin (2012), e pela própria observação da natureza, a vida alcançou sucesso antes pela cooperação do que pela competição como a apropriação parcial das idéias de Darwin em *A evolução das espécies* (2004) pelo pensamento social burguês, afirmava e ainda afirma. O mutualismo, que já aparece, inclusive na obra de Darwin, como um elemento essencial da evolução das espécies.

Para nós (Piotr Kropotkin, 2012)³, é a cooperação entre estes humanos e a natureza que naquela medida histórica – e ainda hoje, mesmo que se negue – é a totalidade, que possibilita o desenvolvimento destes sujeitos-territórios que são os humanos. Em tempos atuais já duvidamos de nossa superioridade em relação à natureza, no entanto essa convicção ainda se faz objetiva. O capital, a razão do mundo, dirige as ações dos humanos e o uso das tecnologias, assim como as características das novas tecnologias e nos dirige para um futuro sem vida e de afastamento, separação da natureza, na lógica reversa do desenvolvimento humano e territorial.

³A vida em sociedades permite aos mais fracos insetos, aves ou mamíferos resistir ou se proteger das mais terríveis aves ou bestas predatórias; ela permite longevidade; ela possibilita à espécie criar sua prole com o menor desperdício de energia e se manter numericamente mesmo com uma taxa de natalidade muito baixa; ela permite aos animais gregários que migrem em busca de novas moradas. Por isso, embora admita plenamente que força, destreza, cores para proteção, esperteza e resistência à fome e ao frio, que são mencionadas por Darwin e Wallace, sejam qualidades que tornam o indivíduo, ou a espécie, a mais apta sob certas circunstâncias, sustentamos que sob qualquer circunstância a sociabilidade é a maior vantagem na luta pela vida (Kropotkin, 2012, p. 46-47).

Ademais, em certo sentido, mesmo o desenvolvimento capitalista tem como chave o mundo camponês, tanto pela sua exploração como pela sua desterritorialização. A apropriação da riqueza e reorganização do mundo camponês, expulsa camponeses e garante a espoliação e a exploração capitalista tanto no campo⁴ como na cidade (Marx apud Foster, 2005). Tendo seu marco histórico nas revoluções burguesas, no exemplo do cercamento dos campos ingleses, como já afirmou E.P. Thompson (1987) em *Senhores e Caçadores*, – é central para o nascimento do próprio capitalismo.

Como também afirmaram John Clegg e Rob Lucas (2020), o capitalismo não nasce na cidade, nasce no campo e tem nele centralidade para criar as contradições necessárias para o seu funcionamento metabólico. Nesse novo mundo camponês – iniciado na segunda revolução agrícola e agora intensificado pelo neoliberalismo com a ideologia e materialização do agronegócio – as empresas são mediadoras da produção, mercantilizando as relações de reprodução da vida destes seres, controlando e se apropriando da produção; na cidade pelo efeito do êxodo rural a ampliação do exército industrial de reserva, além do consequente achatamento dos salários, garante subjugação pela lógica do capital destes ex-camponeses. Sem alternativa, vendem sua força de trabalho por alimento, roupa e moradia – que longe da “mãe terra” – são impossíveis de conseguir sem dinheiro.

Ainda que o capitalismo seja realmente, em muitos aspectos, o objeto sublime e assustador que os teóricos críticos costumam apresentar, suas características e precondições são muito simples: está baseado no princípio de que a maioria das pessoas devem vender seu trabalho por um salário, e, para isso, a condição de que essas pessoas já não tenham acesso aos próprios meios de subsistência. Ainda que esses meios sejam muitos e a definição mesma de “subsistência” seja, é claro, variável, é útil -do ponto de vista analítico e também estratégico- se concentrar no que sempre será um importante subconjunto de necessidades de subsistência em qualquer que seja o mundo: o alimento. (Clegg; Lucas, 2020, p.7).

Em crítica às estratégias revolucionárias da esquerda, esses autores (Clegg; Lucas, 2020) abrem uma discussão importante que também serve para pensarmos o território. Para eles, tanto no passo do desenvolvimento dos humanos que

⁴ [T]odo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador” (Marx apud Foster, 2005, p. 219).

permitiu a relação de abundância com a natureza, assim como na sua apropriação privada, o alimento é a chave das transformações territoriais. Na verdade, mais que isso, para eles a raiz da exploração e opressão contemporânea e talvez o código para sua superação está no alimento. Iniciando na “primeira revolução agrícola” do neolítico, junto à invenção do escravismo, do Estado e da propriedade privada, a apropriação violenta do alimento, é para eles o ponto de inflexão e de quebra metabólica da relação com a natureza.

A revolução burguesa, ainda segundo os autores, é esse o segundo afastamento, que garante a separação dos sujeitos da terra e a possibilidade da relação direta com a natureza na produção de alimentos. Desterritorialização e reterritorialização. Pode parecer óbvio, o alimento está para todos os seres no centro da vida. No entanto, a alienação dos humanos em relação à natureza que incide também na alienação do próprio real, na morte da verdade, deixa essa ideia obscurecida. O MST e, conseqüentemente, a BAEC, quando afirmam a agroecologia e a Reforma Agrária Popular como estratégia, dão sinais desse entendimento. Além do mais, a pesquisa tem demonstrado que o alimento é para esses sujeitos territoriais o centro da ação de reterritorialização que propõem.

No entanto, mesmo que a história dos camponeses e da humanidade se confundam e que, nessa busca pela vida, onde o alimento é o centro, esses sujeitos sempre estiveram ativos no território, constituído territorialidades, o tempo é outro. A história, ou os tempos e espaços que criaram os humanos e são criados por eles, também produzem a desigual, alienante e desumanizadora realidade contemporânea. Agora, pela subjugação do trabalho pelo capital – garantida pela privatização e mercantilização do alimento – e talvez também pela subjugação da própria natureza, esse sentido humanizador da relação ser-natureza, que cria a humanidade, vem desaparecendo. O capitalismo – na contemporaneidade, se anunciando como “pós moderno”, altamente tecnológico, neoliberal, integrado às tecnologias digitais – cada vez mais reduz ou destrói territórios e territorialidades que têm esse potencial.

A função social da transformação da natureza – que, como já vimos, funda o ser humano – ganha agora uma nova qualidade. Os meios de subsistência e de produção, imprescindíveis para a reprodução de toda e qualquer sociedade, serão produzidos agora com a finalidade de enriquecer a classe dominante. O que passa, agora, a dirigir o trabalhador no processo produtivo não são mais as necessidades humanas do trabalhador – ou mesmo de qualquer pessoa humana –, mas as necessidades para acumulação da propriedade privada da classe proprietária. Com isto, o

trabalho deixa de ser expressão vital do desenvolvimento das novas necessidades e possibilidades de desenvolvimento de todo o do gênero humano e se converte em uma atividade cuja função social predominante é produzir a propriedade privada. [...] o trabalhador está alienado de sua verdadeira humanidade pela sua inserção no trabalho. Como o que ele produz não é o que ele necessita, não pode se desenvolver plenamente como pessoa humana, já que suas necessidades jamais podem comparecer em sua atividade produtiva. (Lessa; Tonet, 2011, p. 93).

A lógica da exploração e da alienação do trabalho fabril moderno tem se ampliado para o todo da sociedade, inclusive para o campo, onde estão os sujeitos territoriais que nos propomos estudar. E esta alienação está umbilicalmente ligada à relação ser-natureza, que já não pode produzir seu alimento nem material, nem espiritual⁵. É como escreve Silvia Federici em *Reencantar o mundo* (2020): há um empobrecimento de nossas capacidades autônomas. Ou poderíamos dizer, também, captura, expropriação de espaços-tempos de reafirmação ontológica, de humanização.

[...] existe otra forma de empobrecimiento que es menos visible pero igual de devastadora y que ha sido prácticamente ignorada por la tradición marxista. Se trata de la pérdida provocada por la larga historia de violencia capitalista sobre nuestras facultades autónomas. Me refiero con esto al conjunto de necesidades, deseos y capacidades que durante millones de años de desarrollo evolutivo en estrecha relación con la naturaleza se han sedimentado en nosotros y que constituyen uno de los orígenes principales de nuestra resistencia a la explotación. Me refiero a nuestra necesidad de sol, viento y cielo, la necesidad que tenemos de tocar, oler, dormir, hacer el amor y estar al aire libre, en lugar de estar enclaustradas (mantener a los niños encerrados entre cuatro paredes sigue siendo uno de los retos más importantes para los maestros de muchos lugares del mundo). La insistencia en la construcción discursiva del cuerpo nos ha hecho perder de vista esta realidad. (Federici, 2020, p. 270).

Dominador da natureza, o capitalismo aliena objetivamente e subjetivamente, des-re-territorializando. Na verdade, esse descomprometimento para com a natureza aliena os humanos de inclusive defender o desenvolvimento de sua própria espécie. O desenvolvimento capitalista tem significado prático de “des-envolvimento”: retirada de envolvimento dos sujeitos para com a terra e com o território. Essa alienação além de objetiva é subjetiva ou espiritual, como já afirmamos. Uma arte dirigida pela ideologia burguesa invade as subjetividades⁶ e destrói territorialidades em uma relação profícua com as relações econômicas mercantis do capital no território que se reterritorializa atacando e se apropriando da

⁵ Nos referimos ao plano ideal, no qual a religiosidade está incluída. Mesmo que nos aproximamos do sentido dado por Marx, para nós as cosmovisões indígenas amplia também esse sentido do termo.

⁶ Quando nos referimos a subjetividade estamos nos referindo às idéias dos sujeitos sobre o real. Os sentimentos, as opiniões, as ideologias determinadas pela materialidade e voltando a determinar o real.

vida. Hoje essa quebra metabólica, que poderia não existir entre aqueles que fugiram para as florestas, já é quase total. Até os camponeses se alienaram da natureza, da floresta e agora do solo. O contemporâneo agronegócio é muito mais perverso e criador de mecanismos de exploração, espoliação e alienação dos camponeses e de toda sociedade que arca com os custos desta forma econômica-cultural por natureza imperialista espoliadora.

As revoluções burguesas modernizam o campo, é verdade que não é de hoje que tratores e máquinas aparecem no mundo rural. No entanto, a modernização do campo inglês, está articulada a relação direta e dependente às propriedades rurais – agora produtoras de matérias primas – principalmente para as indústrias têxteis.

Na modernização capitalista – segunda revolução agrícola – do campo durante a Idade Moderna algumas práticas ecológicas e a preocupação com a vida do solo, parcial, é claro, pela destruição da floresta, não desaparecem. É apenas no agronegócio contemporâneo, com a ajuda das indústrias da guerra, química e armamentista e do desenvolvimento dos insumos sintéticos nestes mesmos laboratórios, que temos esse segundo “afastamento”, agora do solo.

As grandes guerras e os capitais envolvidos nelas são quem apontam a “suposta saída” para a fome no mundo. O pacote do agronegócio reorganiza a divisão internacional do trabalho garantindo a manutenção das cadeias de exploração e espoliação do capital monopolista, iniciando, quase que ao mesmo tempo das políticas neoliberais anunciadas por Margaret Thatcher. Os tanques viram tratores, as bombas fertilizantes, as armas químicas agrotóxicos, está iniciada a *revolução verde*, que foi na verdade uma contra revolução para garantir que os camponeses não alterassem a realidade nos países subdesenvolvidos. São estes espaço-tempos e a dialética cósmica das contradições próprias desses processos que fazem nascer agronegócio.

No Brasil essa contra revolução foi implementada nos anos de 1970 durante o “Milagre Econômico”. A questão do latifúndio improdutivo que Jango queria resolver com a Reforma Agrária na beira das grandes rodovias, foi “resolvida” pelos militares com a modernização conservadora, que garantiu o poder à oligarquia, agora em articulação subalterna ao capital internacional. A modernização do campo garantiu o aumento da produtividade e a não democratização do acesso à terra, garantiu a permanência da dependência, agora sobre novas molduras, mas conservando a velha ordem econômica. Uma ordem dependente e subalterna aos

países ricos, que garante uma economia de exploração e principalmente de espoliação.

Filho da Ditadura Civil Militar Brasileira, é a solução de “modernização conservadora” – como bem definiu Florestan Fernandes – que as elites oligárquicas brasileiras articuladas capital internacional implementaram para frear a contradição capital-trabalho que os milhões de camponeses sem terra, a fome, e os imensos latifúndios improdutivos representavam nos anos 1960. A revolução verde, determinada pelos capitais que saíram fortalecidos das grandes guerras agora apresenta a alternativa para a fome no mundo, veneno, maquinários agrícolas, manipulação de genes e alimentação sintética das plantas. Essas técnicas e tecnologias articuladas ao mercado internacional e as cadeias flexíveis de acumulação, desenvolvem o território em sentido reverso ao desenvolvimento humano, ou ao sujeito-território.

O agronegócio moderniza o campo e mantém nas mãos da oligarquia brasileira e do capital internacional as fontes de exploração e espoliação. O Brasil na divisão internacional do trabalho, que determina a situação de capitalismo dependente, se mantém como fazenda do mundo, como produtor de commodities e de produtos intermediários. O agronegócio, resultado do avanço das relações capitalistas no campo, serve como uma luva para uma economia e uma burguesia de formação histórica dependente, como bem observou Ruy Mauro Marini, subserviente aos interesses do capital internacional⁷. “[...] *uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência*” (Marini, 2000, p. 109).

Mesmo que essa seja a tóxica imagem do agronegócio, sua articulação com a própria IC (indústria cultural) cria narrativas que contradizem o real, o seu sucesso econômico, social, cultural sua “modernidade” é uma “verdade”, o “agro é pop” mesmo que cancerígeno para as pessoas e para a economia.

Hoje essa indústria cultural, multiplataforma, rádio, TV e internet, é hegemônica, e, por mais que ainda existam obras de arte dissidentes dessa lógica,

⁷Ver também: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000. (1ª edição 1973).

orienta a produção de arte por uma ética mercantil e egoísta dos interesses de acumulação. A indústria cultural como definiu Adorno, aliada à ideologia burguesa, *“contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza, de tal forma que o resultado final constitui em uma espécie de anti-iluminismo”* (Adorno, 1999, p.08). Segundo ele, essa indústria *“impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”* (Idem). Contribuindo então, para a alienação e consequente desterritorialização, com intensidade ainda maior – como veremos – para os camponeses.

A BAEC, que nasce em 2014, aqui é analisada em um tempo de hegemonia do agronegócio no campo e disputando territórios, assim como territorialidade, ou o conjunto de ideias que movem o território, a expressão simbólica, espiritual do território, campo de atuação da arte com suas peculiaridades de atividade estética. O campo brasileiro é hoje, mais um espaço de avanço do capitalismo tardio e o agronegócio espoliador e explorador desterritorializa camponeses. E é nele que se encontra a fronteira, o ponto de conflito onde começa e termina a ação cultural que o MST propõe e onde está a BAEC. Por esta razão o agronegócio e suas formas contemporâneas ganham foco aqui, mesmo que a ideologias de desterritorialização já estejam em curso no Brasil mesmo antes deste tempo no qual o “agro é pop”.

Se você perguntar para um grupo de jovens de uma comunidade camponesa, principalmente – não exclusivamente – para aqueles que não tiveram contato com nenhum movimento social se eles “querem ficar no campo”, a resposta negativa sem dúvida será a mais provável. Muitos são, ainda hoje, os que ouvem dos pais que não queriam “essa vida” para seus filhos. O processo de des-re-territorialização empreendido pelo capitalismo brasileiro e depois intensificado pela Revolução Verde assim como também sugerem Rafael Litvin Villas Bôas (2012) e Ana Manuela de Jesus Chã (2016), é um processo não apenas de natureza física, mas também espiritual. Há um roubo das subjetividades que inclui os sonhos destas populações. E esse processo está articulado à indústria cultural.

Não sendo um problema novo, visto que a relação entre Indústria Cultural e a Questão Agrária pode ser identificada já na década de 1960, com “a influência decisiva que teve a Indústria Cultural para a implementação da Revolução Verde no Brasil” (VILLAS BÔAS, 2012, p.166), ele se coloca cada vez mais como central para compreender o momento presente.(Chã, 2016, p.15).

Não é o agronegócio – como já citamos – que inaugura a apropriação privada da natureza e des-re-territorialização dos territórios ontológicos, mas ele dá – principalmente no Brasil – o impulso fundamental intensificando o êxodo rural, assim como ressignificando a vida no campo. Enquanto isso, e em articulação, a monocultura, o campo sem camponeses, a morte do solo e dos biomas é celebrado na apologética Indústria Cultural – para quem o camponês é sinônimo de atraso, na verdade se propõe o seu apagamento da história. Ao mesmo tempo que hoje, pela lógica neoliberal, evoca um camponês como empreendedor, “gente como a gente” O “agro é pop”, mesmo que tóxico para a natureza e para os seres humanos.

É quase totalitária a falsa ideia – com intenções de desterritorialização ou de fortalecimento do território do agronegócio – de que só é possível produzir na terra com o pacote do agronegócio. Um pacote tecnológico (maquinários e insumos e agrotóxicos) ligado aos bancos e ao capital internacional, que impossibilita ou reduz a reprodução do metabolismo camponês⁸. O campo que já foi lugar de atraso, de não conhecimento e de sofrimento – que também já teve no audiovisual difusor importante – agora, com o agronegócio, aparece nos meios de comunicação como moderno, provedor da riqueza e até ecológico, mesmo que projete um campo sem camponeses e sem vida. Essas duas lógicas intensificadas também pelo audiovisual destroem territorialidades e roubam subjetividades. Agora os sonhos para o campo — propagados pela indústria da cultura – são até possíveis, ser “agroboy”, comprar uma “colheitadeira que vale mais que uma ferrari”, mas são sonhos que incidem em mais desterritorialização, afastamento e subjugação da natureza.

[...] as empresas e as entidades de classe que representam o setor do agronegócio buscam construir e fortalecer sua hegemonia, produzindo uma imagem de campo e de Brasil bem sucedido, sem contradições e em plena expansão. A indústria cultural, em especial a publicidade e a propaganda de grande alcance, mas também, mais recentemente, o marketing cultural, com ações junto das comunidades, tem sido assim a parceira ideal para tal tarefa. (Chã, 2016 p. 15).

⁸ “Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc. Neste sentido, a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, o capital, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia, supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. Esta distinção é essencial para compreendermos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas.” (Fernandes, 2007, p. 50)

Na verdade, o agronegócio é o agente mais importante de desterritorialização do camponês na contemporaneidade. As ideias técnicas-ideológicas, elitistas e excludentes do agronegócio só se sustentam diante também da hegemonia burguesa criada pela indústria cultural, redundando em anti-iluminismo como o próprio criador do conceito Indústria Cultural muito bem elucidada. Deste modo o agronegócio, com a ajuda da IC, des-re-territorializa também subjetividades. Contribuindo de maneira significativa para a sustentação da ordem, o agronegócio segue em des-re-territorialização. Endividando os pequenos camponeses com os bancos, se apropriando de recursos hídricos e minerais, destruindo biomas, extraíndo recursos financeiros pela elevação do pacote e criação de dependência química dos ecossistemas, matando aos poucos pelas doenças dos agrotóxicos ou roubando subjetividades, decreta o fim do campesinato para retirar dele o poder de produzir o alimento.

No entanto, mesmo que o tempo presente seja o ponto onde nos encontramos com a realidade, a desterritorialização e reterritorialização determinada pelo capital já tem mais de 500 anos no Brasil. Embora nossa situação colonial não era de colônia de povoamento, a colonização, guardadas as dimensões temporais, desterritorializa os povos originários, populações camponesas que aqui viviam, inclusive já quebrando seu metabolismo de produtores de alimentos para extratores de matéria prima, no exemplo do pau-brasil. Aí não findou, como se sabe, o que aconteceu foi um massacre a estes povos além da apropriação e subjugação de sua cultura. Materializando-se então em um apagamento da história, inclusive do ponto de vista de conhecimentos ancestrais de agricultura.

Mais tarde, a apropriação privada da terra, pela lei de terras em 1850 que cria formalmente a propriedade privada, ainda permitiu que outras experiências de práxis agrícola, e portanto de construção de cultura camponesa, fossem parcialmente impossibilitadas, como os quilombos e as possíveis práticas camponesas dos antigos escravizados agora libertos caso tivessem acesso à terra. No caso destes exemplos, o que ocorre é desterritorialização do grupo humano e de seu modo de vida para a reterritorialização de um outro grupo humano, no caso a elite colonial e seus interesses capitalistas.

Por fim, não podemos esquecer da colonização mais sistemática que aconteceu com camponeses pobres trazidos da Europa principalmente para o sul e sudeste. Essa colonização que contribuiu na subjugação e apagamento racista das

culturas originárias, também se reproduz na cultura camponesa. Esses camponeses pobres que também são vítimas da colonização racista, para bem ou para mal, deixam marcas profundas na construção da cultura camponesa brasileira.

A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês. (Fernandes, 2007, p. 49).

Os camponeses – ou os povos que se relacionam pela reprodução da vida com a natureza – como já podem constatar, sempre estiveram no centro das lutas territoriais e de resistência à dominação capitalista iniciada na chegada de Cabral no litoral do Pindorama. Os povos originários, as resistências das populações africanas escravizadas pelo capitalismo colonial “apenas” dão início às lutas territoriais que até hoje permanecem. As populações empobrecidas, negras ou pardas na sua maioria, são constantemente desterritorializadas e agem em luta de reterritorialização.

O MST, que age como um agente de des-re-territorialização, se auto afirma como herdeiro das lutas do povo brasileiro. Nascido das lutas de reconstrução da democracia do pós ditadura civil militar, dos redutos de cidadania das Comunidades Eclesiais de Base, ocupa latifúndios e cria territórios de resistência ao regime de exploração e alienação. Filhas e filhos do amanhecer de nossa maltratada democracia, revivida por “acordos por cima”, de “transição lenta, gradual e segura” como muito bem definiu José Paulo Netto (2014), os camponeses Sem Terra voltam à cena política e criam o maior movimento Social da América Latina.

Iniciando suas ações no sul do Brasil se afirma, mais diretamente pela proximidade histórica como herdeiro das lutas dos movimentos camponeses da década de 1960. As Ligas Camponesas por exemplo, que organizaram trabalhadores rurais primeiramente Pernambuco, depois na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil com lutas desde direito a caixão para a morte até a ocupação de terras, já eram milhões de trabalhadores e exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. O Master⁹, agrupamento de sem terras que também

⁹ No dia 24 de junho de 1960, há exatos 50 anos, surgiu no Vale do Rio Pardo um movimento que antecipou, no Rio Grande do Sul, as propostas e estratégias do MST na luta pela reforma agrária. O

ocupavam terras no Rio Grande do Sul e outro exemplo que de forma prática ali influenciou o nascimento do MST. No entanto, o Movimento se apresenta como herdeiro das lutas ainda anteriores como Contestado, Porecatu, Canudos, Balaiada, Cabanagem, as lutas dos povos indígenas por seus territórios, assim como da população negra vítima da escravidão colonial e da violência das elites brancas e de seus interesses de acumulação¹⁰.

Na verdade, nessa gênese do nosso sujeito territorial está um tempo-espaço decisivo para as discussões territoriais e de desenvolvimento no Brasil. Um momento chave de grandes discussões e ações de luta por reterritorialização, ou por acesso à terra e contestação da concentração da propriedade no Brasil foi na década de 1960. Todos estes sujeitos territoriais camponeses supracitados, colocaram a Reforma Agrária em pauta na sociedade, reativando sonhos de existência camponesa. No entanto, a ditadura militar, que toma de assalto a democracia nesta mesma década, dá outros rumos e a superação do latifúndio, que tanto fazia mal ao desenvolvimento brasileiro, não acontece. O que acontece é a chamada modernização conservadora. A “revolução verde” traz tecnologias das guerras aplicadas à agricultura. Assim a terra continua na mão das oligarquias, agora articuladas com o capital internacional. Nasce aí o agronegócio, para manter o capitalismo dependente *sui-generis*¹¹, especializado em produtos primários e matérias primas.

Esse processo se insere dentro de uma geopolítica territorial que visa, às expensas dos países pobres ou em desenvolvimento (extração de mais-valia por meio de relações degradantes de trabalho, deterioração dos recursos naturais, obtenção de fundos públicos via subsídios e/ou renúncia fiscal), a ampliação da riqueza nos países de capitalismo avançado. Tal ofensiva, tem se instaurado por meio da aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras, mas também por meio da produção de commodities em larga escala, especialmente em áreas de fronteiras agrícolas, como, no caso brasileiro, do vasto território da chamada nova fronteira agrícola, constituída pelas seguintes parcelas das respectivas Unidades Federativas: sul do Maranhão, sul do Piauí, sul do Tocantins e oeste da Bahia. (Xavier, 2017, p. 148).

A “paisagem do subdesenvolvimento” que se traduz em monocultura e atentado contra vida, se quer totalizante. A paisagem criada, como sugere Milton

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) nasceu no município de Encruzilhada do Sul. O motivo foi a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área com cerca de 1.800 hectares, situada no distrito de Faxinal – que hoje faz parte do município de Amaral Ferrador –, que há 40 anos era habitada por cerca de 300 famílias. (MST)

¹⁰ Ver MST, **A gente cultiva ela e ela cultiva a gente, História do MST**, cartilha, MST, 2015.

¹¹ Ver também MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. (1ª edição 1973).

Santos, “[...] se dá como um conjunto de objetos reais concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (Santos, 2002 p. 103). O agronegócio que é um fenômeno da contemporaneidade articula outras camadas de tempo, incluindo aí, pelo menos lógica colonial de capitalismo dependente; as tecnologias da guerra aplicadas à agricultura (tecnologias químicas, digitais ou de maquinários) em uma articulação com o capital financeiro. Portanto, assim como dizem também Marildo Menegat¹² (2007) David Harvey (2012), o território que se traduz em paisagem a que dedicaremos pesquisa é um espaço onde a hegemonia da sociabilidade do capitalismo tardio de acumulação flexível, de características barbarizadoras das relações de produção e de reprodução da existência humana, é cada vez mais forte. Na ideologia do consumo da IC, na superexploração do trabalho e extração imperialista de divisas característica de nossa economia e do agronegócio brasileiro, no envenenamento das águas, da comida, do leite dos bebês, no câncer, nas doenças pelo uso de veneno, na destruição de nossas florestas, assim como nos assassinatos no campo – estão alguns dos sintomas de como esse território, está sob essa lógica hegemônica, atentando contra a vida do campo e dos camponeses. Um território que continua sendo estratégico para as relações de poder do Brasil e que carrega uma das faces das contradições mais centrais deste país subdesenvolvido e dependente, o agronegócio, a atualização do latifúndio com sua perversa relação com o ambiente e com a economia.

No caso brasileiro, as relações sociais de produção de alguns setores, como o sucroalcooleiro, marcadas pela superexploração da força de trabalho, associadas à forma de negociação do capital das agroindústrias (ações nas bolsas das principais economias mundiais) atestam a inferência acima exposta. Grandes corporações empresariais ligadas à pecuária, bem como à produção de soja, milho, cana-de-açúcar, assim como à extração mineral, dentre outros produtos primários, muitas delas transnacionais, têm aproveitado da disponibilidade de força de trabalho e de recursos naturais pertencentes aos países periféricos (especialmente países da América Latina e da Ásia) com o propósito de garantirem altos patamares de lucros. (Xavier, 2017, p. 148).

É nesse mundo que o MST existe e resiste, são esses territórios de subjetividade que a BAEC disputa, com suas produções e concepções estéticas. Nos referimos então às consciências, territórios subjetivos que também são

¹² “A barbárie não é um adjetivo para caracterizar certos fatos, mas a própria substancialidade desta forma social que apenas pode continuar existindo ao ampliar o seu estado de destruição. A barbárie é imanente à civilização burguesa.” (Menegat, 2007, pg. 27).

objetivos e materiais, determinando e determinados pela realidade. O agronegócio articulado aos monopólios transnacionais, ao capital financeiro e à IC é um dos propagadores dessa ética e desta estética no campo. Nas grandes fazendas, mas também nas pequenas propriedades, incluídas aí alguns não poucos assentamentos do Movimento, são territórios de intervenção e controle do agronegócio e propagadores dessa ideologia que atenta contra os humanos e a vida em geral. Mas não é só o MST que disputa o território do agronegócio com as ocupações de terra, também a ideologia do tóxico “agro pop” chega e arrasa os territórios camponeses, objetivos e subjetivos.

O fim da ditadura onde está a intensificação da globalização determinada pelo regime neoliberal internacional – que é o contexto de nascimento do MST e do agronegócio – apenas dá início a um processo de dimensões muito mais catastróficas. A chamada revolução verde, que tem sua gênese na ditadura civil-militar brasileira, determinada pelos capitais das indústrias bélicas e químicas da guerra no Brasil, só alcança hegemonia no campo com o agronegócio nos anos 2000. No entanto, no tempo presente onde está localizada a pesquisa, a sua hegemonia ainda se relaciona mais diretamente com a face política neoliberal que se traduz em ideologia que marca a contemporaneidade e os territórios que analisamos. A ideologia neoliberal que se faz presente para além da indústria cultural e se articula ao agronegócio, se apresenta e disputa subjetividades e práticas no território.

Pierre Dardot e Christian Laval em *A nova razão do mundo* (2016), chamam atenção para novas características da dominação do capital. Os autores afirmam a existência de uma nova subjetividade, a subjetividade do sujeito neoliberal. Segundo eles os espaço-tempos contemporâneos têm determinado uma série de ideologias e formas das disposições do mundo do trabalho e do mercado de consumo em geral, assim como das relações interpessoais (principalmente digitais), que formam um novo sujeito, uma nova subjetividade – a subjetividade neoliberal, o neo sujeito, o sujeito neoliberal ou sujeito empresarial. Diferente do homem das sociedades industriais, calculador, produtivo, com pés firmes no mundo do trabalho. Agora é o homem competitivo, em transformação e imerso nas relações de competição mundial. É pela psicofisiologia das sensações que as relações de trabalho determinadas por essa nova fase do capitalismo, sofrem profundas transformações, transcendendo o limite das empresas. Segundo nossos autores, estão modelando a

sociedade pela empresa, pela criação do sujeito empresarial. Diferente do século XIX e até meados do XX, agora com uma abordagem menos autoritária, e cada vez mais “sustentável”, - é claro que para o capital não para os humanos -, são as ações de modelagem da empresa na sociedade.

*Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja **subjetividade deve estar inteiramente envolvida** na atividade que se exige que ele cumpra. (Dardot; Laval, 2016, p. 332, grifos meus).*

E esse envolvimento com essa ética, propagada em verso e prosa e formas subjetivas e objetivas. Os mecanismos de avaliação para coagir os sujeitos e construir essa nova subjetividade, estão por toda parte. Nas empresas ou mesmo nas redes sociais, formam o sujeito de si mesmo, sempre em busca de plus valia, sempre em perversão e depressão por tentar e não atingir aos inalcançáveis padrões exigidos.

Seguindo o quadro clínico do neosujeito, vemos que a empresa de si mesmo tem dois rostos: **o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontrolláveis e das técnicas de normalização**. Oscilando entre depressão e perversão, o neossujeito é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável. (Dardot; Laval, 2016, p. 336, grifos meus).

A expressão da crise sistêmica do capital que avança na desterritorialização dos territórios de reafirmação ontológica, se materializa em uma sociedade cada vez mais doente. Essa lógica decadente, antes apenas relacionada à indústria cultural, agora com as tecnologias da informação e a intensificação da ideologia neoliberal da modelagem da empresa na sociedade, ganha força. Esse sentido alienante de afastamento da natureza, e a consequente des-re-territorialização do capital é ampliado, ainda mais. Determinando assim uma padronização perversa, na agricultura, plantas doentes; na sociedade, pessoas.

Território, mais do que palavra, essa expressão conceitual nasce da vida e tem a vida como centro, mesmo que seja para a sua apropriação privada – que também pode significar morte – no caso dos territórios do capital. Na verdade, além do diálogo com autores que têm ajudado a compreender o real, o espaço onde estão os territórios e suas fronteiras a que dedicamos pesquisa, já aparecem para nós – dado o desenvolvimento da pesquisa – tendo a vida como central. Quando o MST diz que a luta pela vida, não é apenas força de expressão, as doenças físicas

e mentais causadas pelo agronegócio e pelo neoliberalismo, assim como os processos de desterritorialização e empobrecimento dos povos estão matando os camponeses. Além do mais, as práticas de agroecologia propostas pela organização, assim como a própria proposta de Reforma Agrária Popular como ação de des-re-territorialização – como veremos –, tem a vida também como centro. Territórios e territorialidades, mesmo que embrionárias, de reencantamento, de reafirmação ontológica e de reencontro com a natureza em resistência à ordem hegemônica.

2.2. Territórios de resistência e ação cultural do MST: O espaço BAEC.

Para Milton Santos (1996, p.19), o espaço é um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. As ações correspondem aos processos sociais que geram produtos, objetivos e subjetivos e ambos estão em constante transformação, dialeticamente determinados e determinantes. O espaço é movimento, relações entre humanos e natureza, ou melhor, relações na natureza. Não é possível capturar um espaço, ele é inter-relação dialética de sistema de objetos e sistema de ações. As palavras que permitem a comunicação dessa pesquisa não almejam assim capturá-lo, mas entender esse movimento. Ou melhor, aproximar do entendimento das dinâmicas internas e externas, suas multideterminações dialéticas, suas dimensões relativas e relacionais. Aqui analisa-se esse novo espaço, criado pelos camponeses do MST, a Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho. Esse, peculiar e material, mesmo que difícil de mensurar, é um *espaço* que brota dos férteis territórios do MST. É mais um dos espaços de vida, plantado e cuidado por esse Movimento dos Sem Terra. Mais um raro espaço destes territórios que resistem à desumanização mercantil que inunda nossa realidade contemporânea.

A humanidade-natureza sempre esteve em interação dialética e multideterminante, que no tempo - também parte desta dimensão da natureza e da história - determinou o que somos hoje. Encontrar as dimensões relativas e relacionais dessas múltiplas relações espaço temporais, ou deste sistema de objetos e sistema de ações como propõe Santos, é por assim dizer a tradução da busca mais geral desta pesquisa. Por agora, também para tentar mensurar as

dimensões do espaço BAEC, algumas palavras sobre esse conceito, que também nasce da vida, são ainda necessárias. Para David Harvey:

A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (Harvey, 1973, p.13, in Harvey, 2012, p.10).

Talvez um outro autor que também pode ajudar a compor essa discussão é Lefebvre. Nele a noção de espaço tripartite dialoga muito com a definição de Milton Santos e David Harvey. Colocando as subjetividades na equação e talvez dando pistas de como podemos pensar o espaço que transcende o espaço absoluto, para entendermos juntamente a BAEC e suas peculiaridades de espaço novo.

[...] o espaço material (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico a à sensação); a representação do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia). (Lefebvre, 2006, p. 19).

Ou seja, aquilo que vivemos e tocamos, o *espaço material*, permite nossa existência; o espaço que se relata, por qualquer linguagem, que se projeta é a *representação do espaço*, a ideiação; nos *espaços de representação* estão as sensações, as relações concretas com os significados incorporados pela representação do espaço. O presente e o passado e futuro circulam no espaço, na mesma medida em que somos espaço. O ser humano constrói os primeiros espaços e territórios – como já afirmamos – ao passo de seu processo de humanização. Se Frederick Engels estivesse em uma discussão assim diria: é pelo trabalho, pela criação, pela reafirmação ontológica do ser, que criamos espaço e nos humanizamos. E foi em nossos iguais e na natureza, parte de nós mesmos, que encontramos nossa humanidade.

Nessa definição de espaço os sujeitos são parte indispensável do raciocínio. O espaço material que permite a interação entre os humanos que criam as representações do espaço e vivem determinados pelos espaços de representação. Criamos o espaço e o espaço nos cria dialeticamente. É assim que os integrantes da BAEC criam e são criados, determinados por essas relações históricas espaciais. Quando nos referimos à BAEC, também nos referimos aos sujeitos que a construíram e constroem, assim como a lógica relacional deste espaço. Ademais, outros espaços

– que trataremos a diante – e a própria lógica de reterritorialização que o MST representa, determinam o nascimento e a existência do espaço BAEC.

A BAEC que é difícil de apresentar em cartografia, como um espaço absoluto, fácil de mensurar, para nós é um espaço relativo e relacional. Esse coletivo e este fazer audiovisual têm nos encontros nacionais do Movimento uma localização importante. No entanto, se materializa na prática dos militantes que também se inserem no fazer audiovisual nos estados. A brigada, segundo as entrevistas, encontra-se em um momento de enraizamento, mesmo que já exista e tenha como referência a Secretaria Nacional com sede em São Paulo, está agora se ampliando para os estados. A resposta de Luara Dal Chiavon, integrante da brigada, nossa segunda brigadista ajuda bastante na delimitação e localização deste espaço.

A BAEC hoje tem a tarefa de produção dos conteúdos audiovisuais relacionados à página e redes sociais do MST, dos vídeos mais curtos. É também responsável pelas *lives* e programas ao vivo do movimento, além do gerenciamento do canal do *youtube*. Produz vídeos de prestação de contas para projetos, vídeos-síntese de atividades do movimento, ficção, além de programas fixos. Além disso, é responsável pela formação de novos militantes com a tarefa do audiovisual dentro do MST e de promover o debate sobre o audiovisual e também através dele. A BAEC se organiza de forma nacionalizada através do setor de comunicação, com a participação de aproximadamente 20 militantes de todas as regiões do país e centraliza boa parte de sua produção através da comunicação da secretaria nacional em SP. (Luara, 18 de novembro de 2021).

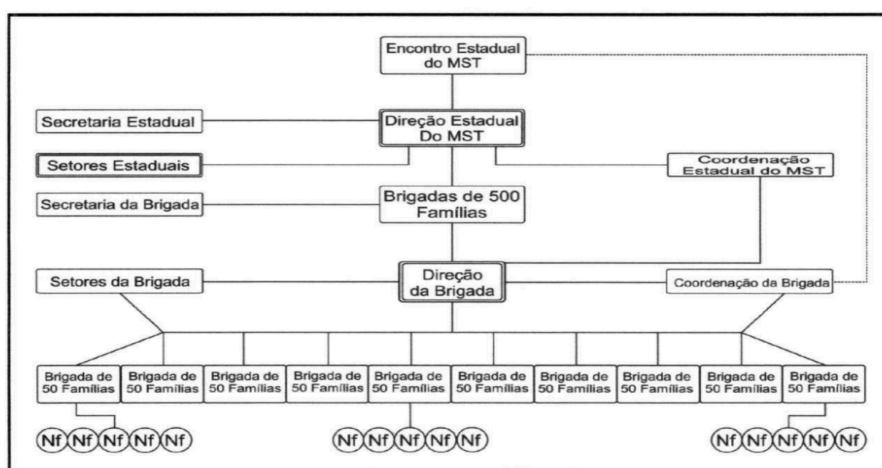
A Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho é um coletivo de práxis audiovisuais em *Movimento* e em construção no MST. É um espaço dentro da espacialidade do MST e de seus territórios em resistência. Disputando, territórios territorialidades ou os territórios da subjetividade com a forma do capital na contemporaneidade, se objetiva em algumas dezenas de militantes de diversas regiões do Brasil que contribuem com a produção, circulação e elaboração acerca do audiovisual no movimento na atualidade.

Para além dos hectares de terras conquistados pela luta, espaço absoluto, que nem sempre fazem parte do “território do MST”, a espacialidade MST, existe objetivamente de forma relacional na sua *organicidade*. Palavra própria de sujeito histórico, que também determina de forma relacional o espaço BAEC. Essa organicidade, brota do trabalho de base, da ocupação, da vivência das famílias, nos acampamentos, das conversas em núcleo, primeira célula dessas raízes de reterritorialização. Além dos acampamentos e assentamentos, nas escolas, nos

centros de formação, nas cooperativas, em todos os processos onde o MST está, está a organicidade.

Quando um Sem Terra fala organicidade refere-se à sua lógica organizativa e seu método de construção da luta política. No acampamento, onde o pesquisador que voz escreve viveu mais de 10 anos, é onde a organicidade nasce. E é ali dos barracos de lona preta que é construída. Nasce e se reconstrói em uma relação dialética com os sujeitos Sem Terras. O núcleo é a primeira célula organizativa que logo se faz representar em coordenação e direção política que se juntam nas brigadas, e coordenações locais, regionais, estaduais e nacionais. Existem ainda as equipes, setores¹³secretarias, frentes de trabalho e brigadas específicas.

Essa estrutura que pretende dar conta de “construir nova cultura”, está sempre em transformação. O que se mantém são os princípios organizativos que balizam a construção dessa organicidade que está literalmente em Movimento. Na imagem abaixo podemos ver essa estrutura estadual que se replica no Brasil e se altera nas realidades espaço temporais. Por exemplo, recentemente o MST criou o coletivo LGBT e o coletivo de Raça e Classe, assim como essas estruturas organizativas variam bastante de estado a estado da federação. Além disso, na dimensão das instâncias de decisão, nacionalmente o encontro estadual é sucedido pelo Encontro Nacional e Congresso, maior instância do movimento realizada a cada 5 anos, às vezes mais.



Fonte: Cartilha do MST do Setor Nacional de Formação (MST, 2005)

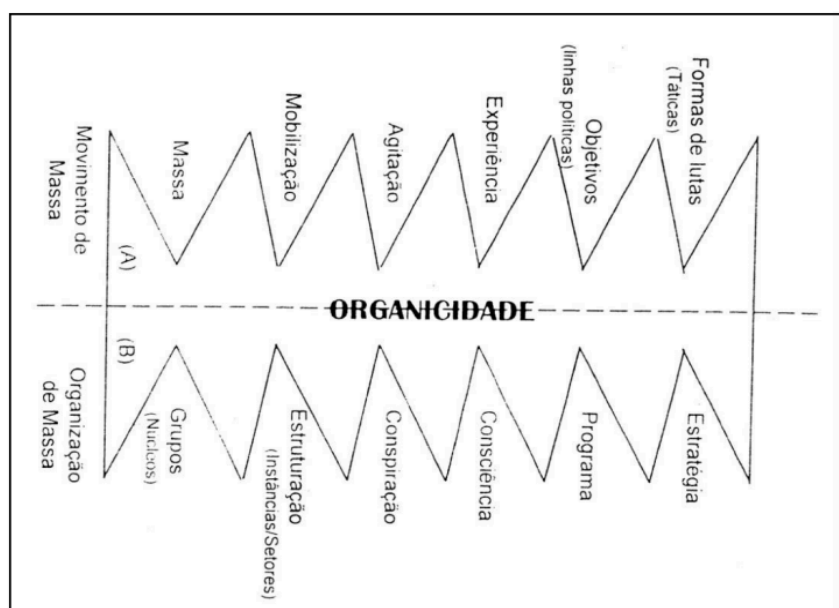
¹³ Hoje, nacionalmente existem os setores de: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. São coletivos do MST: juventude, raça e classe, relações internacionais e LGBT Sem Terra.

A organicidade é como o MST organiza a cooperação no espaço. É como se estabelece no território. Como se faz força viva e em movimento. Mais que tomar o território físico pela ocupação, trata-se de romper com as relações territoriais mercantis que o capital impõe para o campo. A organicidade permite existir no território, reencantando, restabelecendo um organismo vivo e às vezes em reafirmação ontológica, conectando com a natureza para superar a ordem do capital e se objetivando em espaços relacionais ao exemplo da BAEC.

Ou seja, a organicidade, as formas e ações, ou os costumes políticos da práxis do Movimento, ou a pedagogia do Movimento, como diria Roseli Caldart, é que determinou e segue determinando esse fazer peculiar da Brigada, que se constitui em um novo espaço.

A organicidade da brigada para os processos de criação acabam se baseando na organicidade e princípios do próprio MST. Então, princípios como o planejamento, a divisão de tarefas, o trabalho coletivo, a avaliação estão presentes no processo criativo. A BAEC produz seus materiais a partir do que já há de acúmulo na organização. No último período, vem se buscando, com mais intencionalidade, o aprofundamento do trabalho intersetorial, envolvendo de modo mais profundo os setores na construção dos materiais, para além da mera socialização da demanda existente. Além disso, a militância vinculada à brigada também está se desdobrando no desenvolvimento de um método próprio, considerando elementos como o tipo de conteúdo a ser produzido, complexidade, tempo e militância disponível... Existe, deste modo, como consequência do desenvolvimento deste método, o desafio de o espriar pelos estados e territórios do MST, fazendo com que nossa base social também se aproprie dele. (JANELSON, 9 De novembro de 2021).

Essa organicidade, assim como identifica Isaac Giribet Bernat (2012), se altera no MST nos anos 2000. Na verdade essa alteração igualmente determina o nascimento da própria brigada de audiovisual. Também determinada pela nova fase de hegemonia do agronegócio e do neoliberalismo, uma “Nova organicidade” se apresenta como uma necessidade. Ademar Bogo, define esse momento marcado pela decisão política do MST em passar de “Movimento de Massas” para uma “Organização Massas”. Essa alteração está relacionada justamente a essa ação de des-re-territorialização que tem o agronegócio e o neoliberalismo como fronteira e ponto de conflito.



(Bogo, 1995. p.3 in Bernat, 2012, p.67).

Mais adiante, quando trataremos das questões estéticas um diálogo com essa categoria, volta a ser necessário. Até porque os próprios processos de produção da Brigada Eduardo Coutinho estão grandemente determinados por essa organicidade. Neste fazer prático destes espaços relacionais de sujeitos camponeses brasileiros em que se constrói o Movimento e desde ali das próprias contradições internas do movimento dos sujeitos que esse espaço se materializa.

Uma brigada é para o MST uma conformação temporária de sujeitos para a realização de determinadas tarefas. No movimento, já existiam as brigadas de famílias assentadas, que são o conjunto de alguns assentamentos, as brigadas internacionalistas que estão em determinados países com tarefas específicas, as brigadas de alfabetização, as brigadas artísticas como a Portinari, que é anterior a da BAEC, por exemplo. Se relacionando com essas experiências é que a decisão de que a forma para esse novo espaço seria uma brigada, foi marcada.

A BAEC nasce, ou é registrada oficialmente, no VI Congresso do MST de 2014. Os congressos do Movimento representam de maneira elucidativa aspectos da existência e resistência destes espaço-tempos. A cada 5 anos, às vezes mais, o MST realiza um congresso com toda a militância para definir, ou acordar os novos rumos da organização. Segundo os documentos do próprio movimento e as entrevistas e a empiria, pois estava presente na data, é durante o VI congresso em Brasília, neste espaço, o marco para a fundação da BAEC. Ali, reuniram-se as

condições essenciais para que germinasse esse novo espaço que é, como devem imaginar, resultado de processos anteriores.

A BAEC é a Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho, o coletivo do MST responsável pela produção, circulação e elaboração acerca do audiovisual no movimento. A BAEC nasce durante o VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014, a partir de um processo de retomada da organização do audiovisual do movimento, que antes era feito a partir da Brigada de Audiovisual da Via Campesina. Ainda no congresso a BAEC trabalhava de forma intersetorial, mas era vinculada ao coletivo nacional de cultura. Ao longo de 2014 até 2016 passou a responder também ao Setor de Comunicação, e em 2016 passa a ser somente uma frente do Setor de Comunicação. (Luara, 18 de novembro de 2021).

No entanto, desde o nascimento do MST as câmeras foram apontadas para esses sujeitos em Movimento, hora para atacar, hora para escutar/ver¹⁴. E essas câmeras que no território de maneira geral no início, estavam longe do alcance dos Sem Terras, também determinam em certa medida a relação do Movimento com o audiovisual. Na verdade até antes da data oficial da fundação do Movimento, 1984, ele já foi objeto de produções cinematográficas¹⁵ e por muitos anos a mídia brasileira tratou o MST como caso de polícia.

É só mais tarde, com a disseminação das câmeras digitais e celulares na sociedade brasileira, iniciada em meados dos anos 1980, que os Sem Terras também começaram a fazer audiovisual. E a sua utilização como uma arma de defesa, para se defender da violência do latifúndio ou do Estado era uma das primeiras funções. É apenas nos anos 2000 que as primeiras práticas audiovisuais se apresentam de forma organizada no MST. Depois de anos sendo apenas objetos das produções, agora os Sem Terra começam a se aproximar deste fazer prático que mais tarde é sedimentado na BAEC.

Marcando a convicção dos camponeses Sem Terra de produzirem mais que alimentos para o estômago, esse espaço nasce. Mesmo que existam processos audiovisuais como a produção de roteiro e filmagens realizadas pelos Sem Terras já no 4º e 5º congresso, é a primeira vez em atividades nacionais que os brigadistas realizam tudo, sem uma intervenção externa. Durante três dias que antecederam o evento, as pessoas que comporiam a equipe se propuseram a uma formação

¹⁴ 1. *A Classe Roceira*, Berenice Mendes / 1985; 2. *Terra para Rose* Tetê Moraes / 1987; 3. *Getulina Meu Amor* Miriam Lourenção e Robson Janes / 1994; 4. *Pensar em Você* - clipe Chico Cesar / 1999; 5. *Raiz Forte* Aline Sasahara e Maria Luisa Mendonça / 2000; 6. *Arquiteto da Violência* MST e CPT / 2000; 7. *Los Sin Tierra – Por los Caminos de América* Miguel Barros / 2007; 8. *Chão* Camila Freitas / 2019; *Tapete Vermelho* Luiz Alberto Pereira / 2005; *Lua em Sagitário* Marcia Paraíso / 2016.

¹⁵ *A Encruihada Natalino* (1981), de Ayrton Centeno e Guaracy Cunha, e *A Classe Roceira* (1985), da cineasta Berenice Mendes, são exemplos primeiros.

técnico política, na qual dividiram-se as tarefas: captação de materiais para o documentário final, os que se responsabilizaram pela captura para os vídeos diários, ademais do posicionamento das câmeras para a gravação das místicas, pensando nas imagens de apoio. A equipe organizou-se de maneira a dar conta da cobertura audiovisual e para a construção do produto mais completo, que se materializou no documentário: *Lutar, construir, Reforma Agrária Popular* (2014). Materiais também editados coletivamente pela brigada posteriormente.

É a vida do espaço, movimento histórico iniciando, ou, como diria Santos (1996), a eclosão do conjunto de objetos e ações indissociáveis em movimento dialético. Ou em Harvey: o exemplo do espaço já produzindo representações do espaço e gerando espaços de representação. Neste fértil encontro de trabalhadoras e trabalhadores e de seus processos de resistência ao avanço do agronegócio, articulados as prática destes sujeitos históricos espaciais que viveram no interior do Movimento experiências de produção audiovisual, assim como de debates técnicos e estéticos - deram as condições "ecossistêmicas" para que esse novo espaço, vivo e em *movimento* nascesse. As ações e objetos criaram um novo espaço, onde novas ações e objetos seguem em fecunda interação criativa, estão iniciadas.

Espaço que ganhou nome, identidade: Eduardo Coutinho, cineasta brasileiro ligado aos Círculos Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia falecido meses antes do Congresso. Por se relacionar com a prática de fazer audiovisual do MST e para homenagear esse importante artista e militante das causas humanistas é escolhido para dar nome a esse novo espaço. Em assembleia da “primeira formação” da brigada, aprova-se.

Eduardo Coutinho, além de parceiro do MST, principalmente com o filme “Cabra Marcado para Morrer (1984)”, recoloca o camponês como protagonista no cinema nacional. Mesmo que a BAEC não pratique cinema de autor, tem nele e neste filme uma referência importante.¹⁶ Tendo as filmagens interrompidas pela ditadura, uma ficção que se transforma em documentário, “Cabra” conta a história do assassinato de um líder campones – João Pedro Texeira – que ousou lutar em um país onde a terra e o poder sempre estiveram e se mantiveram concentrados. Ademais, assim como Coutinho, e pela natureza da atividade estética, a BAEC vem se objetivando um fazer audiovisual de intervenção política junto aos camponeses.

¹⁶ "ConTelas - Conversa com A Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC) do MST" <https://www.youtube.com/watch?v=7A08xdYYUJ0&t=2135s>

[...] as gravações de 1964 mostram —uma dramaturgia inovadora naquele momento. Não só porque recorria a atores não profissionais, mas principalmente porque esses atores estavam diretamente implicados nos fatos reais que o filme transpunha para a ficção. (BERNARDET, 2009, p. 239).

Os camponeses do *Cabra de 1964* não eram hesitantes ou apáticos, mas sim organizados nas Ligas Camponesas. Sua ação já estava em curso e, nesse agir, se conscientizavam enfrentando o latifúndio e as relações de opressão no campo. Há aí, portanto, uma diferença qualitativa frente aos demais filmes da época mencionados, marcando inclusive a conexão entre a equipe de Coutinho — vinculada ao CPC e MCP — e as Ligas, numa aposta de retratar o tempo presente daqueles dias. Tempos pré-Golpe de 1964 em que a questão agrária emerge com força, porém a organização popular nas cidades não chamava a atenção dos cineastas, mesmo que eles fossem de origem urbana.(Gonçalves, 2019, p.92).

No entanto, mesmo que Coutinho ou o cinema brasileiro¹⁷ ou a própria indústria cultural, contra e a favor, também determinam as dimensões desse novo espaço, existe um espaço ainda mais determinante e de certa forma, ancestral ao espaço BAEC – *A Brigada de audiovisual da Via Campesina*. Os menos distraídos leitores devem ter notado que em entrevista já citada já atribui-se a centralidade desse espaço nas determinações da BAEC. Esse espaço objetivo ou suas representações de espaço e espaços de representação assim como os sujeitos que os constituem – mesmo que parcialmente – agora compõem esse novo espaço que ganha nome próprio em 2014. A brigada da Via que já contribui com a filmagem e produção do documentário do 5º congresso produz uma série de documentários¹⁸ com os movimentos vinculados a ela em uma relação bastante orgânica com essas organizações.

É importante ressaltar que os desafios entre as diferentes frentes, brigadas e coletivos no MST e em outros movimentos sociais se interpenetram, o que estimula as trocas e as influências entre os grupos. Um exemplo é a percepção do trabalho teatral do MST como —tática de contra-comunicação, como método de formação, como linguagem vigorosa no processo de alfabetização pela dinâmica dos múltiplos letramentos, como arma de combate em ações diretas massivas ou de brigadas compactas (VILLAS BÔAS, 2014, p. 10), que em boa medida inspiraram a criação de um coletivo de realizadores audiovisuais orgânicos aos movimentos sociais do campo, a Brigada de Audiovisual da Via Campesina.

¹⁷ Importante lembrar que nesse mesmo período dos anos de 1960, o nacional desenvolvimentismo em diálogo com as lutas camponesas no Brasil faz surgir outras experiências audiovisuais, que também colocam os camponeses em cena. A trilogia da seca é exemplo disso: *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha, e *Os fuzis* (1964), de Ruy Guerra. Ao mesmo tempo que se embriam na literatura do realismo brasileiro e no clima político do pré-64, a questão agrária recebia um tratamento como conflito estrutural brasileiro e também como espaço propício para a análise do engajamento popular na revolução, que se acreditava estar em curso naquele momento. (GONÇALVES, 2019, p. 91)

¹⁸ 1)" O PREÇO DA LUZ É UM ROUBO", Brigada de audiovisual da Via Campesina, 09'00"/" DVD; 2) LUTAR SEMPRE- 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST', Brigada de audiovisual da Via Campesina, 29'51"DVD; 3) NEM UM MINUTO DE SILÊNCIO FORA SYNGENTA DO BRASIL ,Brigada de audiovisual da Via Campesina, ("23'00") DVD.

Surgida de um curso interno de formação de militantes do Coletivo de Cultura e do Setor de Comunicação do MST em 2007, o passo inicial para a formação da brigada como um coletivo de realização audiovisual foi um processo de análise fílmica de obras construídas sobre, para e com os movimentos, buscando entender o papel da forma e sua relação com o conteúdo na expressão do conteúdo audiovisual. Com a viabilidade do acesso aos meios de produção, apoiada pelos Pontos de Cultura, política pública de cultura iniciada no primeiro governo Lula (2003-2006), o passo seguinte consistiu em uma apropriação coletiva da técnica como apontam Gomes et al.: —o desafio era construir não só uma linguagem, mas uma prática audiovisual que, partindo de um ponto de vista dialético do mundo, fosse condizente com as propostas de transformação social das nossas organizações. (Gonçalves, 2019, p. 96-97).

Se seguirmos escavando a arqueologia da BAEC, vamos reencontrar o ano de 2000. Neste ano, na “nova organicidade”, o MST cria o Setor de Comunicação, e dentro deste setor já nasce a frente de audiovisual. Nesse mesmo período aconteceu a oficina de produção do vídeo documentário do 4º congresso Nacional do MST coordenada por Aline Sasahara, Jovana Castille e Maísa Mendonça com objetivo de formação de novos documentaristas do MST. Também neste mesmo fértil ano, os militantes do Movimento estiveram presentes no Festival Internacional de Londrina (FILO), onde participaram de diversas oficinas, dentre elas a de audiovisual, com a cineasta Berenice Mendes.

São muitos os espaços e sujeitos que determinam a possibilidade desse novo espaço. Segundo os diálogos que construímos com os integrantes da BAEC e do movimento, os documentos produzidos pela Brigada permitem citar: o Seminário Arte e Cultura na Formação (2005), da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), São Paulo; as parcerias internacionais e nacionais como com a organização não governamental norte americana Witness (2003) e com a organização sueca Solidariedade Suécia-América Latina (SAL), de 2003 a 2009, ou ainda com a ViVeTV (Visión Venezuela TV), TV Brasil e Companhia do Latão; os cursos formais e não formais como o Curso de Ensino Médio em Comunicação Popular (2002 a 2004) Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), e o Curso de Comunicação e Cultura entre os anos de 2006 e 2008, na ENFF; assim também como os processos do Movimento ou ligados a políticas públicas como o Cinema da Terra e os Pontos de Cultura, são exemplos importantes. É um momento, protagonizado pela ação da brigada da Via Campesina que, como afirma Felipe Canova Gonçalves (2019), é de socialização dos meios de produção audiovisual, que se assume no MST como um pressuposto da produção integral. “os membros

da brigada assumem a autoria coletiva em ruptura com a divisão de trabalho do cinema comercial”. além de que a práxis audiovisual se afirma como:

uma produção audiovisual que aprofunde e problematize a realidade sem desvincular-se dela; que supere a simples constatação em imagens e sons da pobreza, miséria e violência — sem oferecer qualquer possibilidade de modificá-las. Ao contrário, explicita uma imagem da realidade passível de transformação, que vá além do cotidiano visível e possa provocar uma tomada de consciência no espectador. (Gomes et al., 2015, p. 186).

Mesmo que, além da brigada da Via e de todos esses processos explicitados, algumas outras experiências contemporâneas sobre a gestação do espaço BAEC, ainda merecem atenção. Antes da existência da brigada, algumas características hoje atribuídas às especificidades deste espaço já estavam presentes. Em entrevista Luara Dal Chiavon uma das brigadista, responde assim quando perguntada sobre o processo de criação da Brigada:

Os processos de criação da brigada sempre ocorrem de forma coletiva, seja através das reuniões de pauta semanais ou na criação de materiais com os mais diversos setores do movimento. Ao longo do tempo foi criado o que chamamos de *método BAEC*, que consiste na elaboração conjunta de um documento que engloba objetivos, escaleta e planejamento dos projetos que serão feitos conjuntamente com outros setores. (Luara, 18 de novembro de 2021).

Ou seja, um procedimento padrão mínimo é o mutirão – prática camponesa – construir coletivamente e na medida do possível envolver outros setores do Movimento. Já em 2009, no envolvimento dos setores de Educação, Comunicação e o Coletivo de Cultura, para a construção coletiva do *Sem Terrinha em Movimento* (2009), isso aparece como característica. Aliás, como os documentos apresentam, foi um processo produtivo com preocupação de não estereotipar esse lugar da infância e tendo as crianças como protagonistas. Mais tarde a própria BAEC elabora um documentário que além de ter os setores tem os Sem Terrinhas como produtores, filmando e entrevistando as demais crianças.

Nesse mesmo sentido, em 2012, a transformação da cartilha de preparação para o VI Congresso para vídeo é um marco do entendimento do Movimento da importância e potencialidade do audiovisual. Em parceria com militantes da Brigada de Agitação e Propaganda Semeadores do Distrito Federal e com militantes de diversos setores, a Brigada da Via produziu quatro vídeos: *Introdução - Brasil e seus desafios* (2012); *A trajetória do MST* (2012); *O avanço do agronegócio* (2012) e *Nossas Lutas* (2012). Uma experiência inovadora e articulada às demandas de construção da luta nos territórios, o debate dos rumos da organização, ao fazer

audiovisual. Com o diálogo visível com o teatro fórum, esse vídeo pode se parecer com outros diversos da BAEC, utilizados como disparador de debates. Em recente encontro em “Com Telas”, Luara (2023) ressalta esse sentido do audiovisual que não acaba em si mesmo, que se relaciona com os territórios de maneira orgânica e ativa.

No desenvolvimento desigual e combinado da história dos Sem Terras o audiovisual vai crescendo. O acesso à internet e a possibilidade de produzir e receber conteúdo audiovisual se amplia. Para o bem e para mal, os militantes vão se envolvendo com as plataformas e a pandemia do Covid19, também determina, no mínimo, uma aceleração dessa intensificação do uso do audiovisual pelos camponeses e em especial pelo MST que passa a desenvolver inúmeras atividades online, eventos e programas na internet.

No entanto, as relações internacionais e com os parceiros nacionais, assim como os projetos com recurso público, ou os diversos cursos e oficinas, assim como os espaços externos e internos do Movimento o próprio desenvolvimento tecnológico, possibilitaram cada vez mais o acesso aos meios de produção do audiovisual, tanto na forma de equipamentos como de conhecimentos técnicos e estéticos. Aos poucos, também pela relação dos governos “progressistas” do Partido dos Trabalhadores, – assim como com parceiros internacionais, associações e cooperativas construídas pelos Sem Terras – acessam projetos de recurso público, um exemplo já citado aqui é os Pontos de Cultura. Este acesso a essa mais valia social - que historicamente é de propriedade das elites - tem se mostrado importante para a construção destas práxis, e é para nós como recentemente escreveu Raul Zibechi:

Os sem-terra, por sua vez, mantêm uma evolução contraditória. Por um lado, uma forte aproximação com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que apesar disso não resultou em ampliação da reforma agrária, embora o Estado tenha liberado fundos para educação e moradia do movimento. Nos últimos anos, porém, as mulheres e os jovens LGBT nos assentamentos têm criado coletivos de novo tipo, de caráter feminista, gay, lésbico e transexual, resultando em intenso debate e na incorporação de novas gerações que, de outro modo, estariam emigrando para as cidades, abandonando o movimento [...]. (Zibechi, 2022, p. 113 e 114).

E aos poucos os Sem Terras ensaiam relações novas com esse fazer prático. A BAEC é um destes espaços ensaísticos. Em 2014, no ano em que o MST define seu lema “Lutar Construir Reforma Agrária Popular”, apresentando seu

programa agrário para a sociedade brasileira, a Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho nasce. Nasce como insistentemente se afirma aqui, dos territórios em resistência do MST, de resistência ao capital e a suas decadentes tendências desumanizadoras. Como comprovam os documentos, o currículo das formações, cursos e oficinas, assim como as entrevistas, nasce como arte contra a barbárie.

Num mundo de crise civilizatória, como o nosso, a arte e a cultura só têm sentido se forem uma arte contra a barbárie, ou seja, uma arte e uma cultura que tenham essa clareza. Ser contra a barbárie é ter consciência de que o que está em jogo é salvar a humanidade, na qual estamos incluídos. (Menegat, 2015, p. 33).

Em certo sentido, como foi confirmado pelas entrevistas com os integrantes da BAEC, o objetivo central da BAEC está expresso no programa cultural do MST, a luta pela “Reforma Agrária Popular” onde está o objetivo estratégico da agroecologia e a superação do próprio capitalismo. E essa luta, já aponta para novos desafios para o fazer audiovisual. No programa agrário, esse sentido de disputa contra hegemônica necessário a este espaço-tempo, aparece:

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. Além da pressão econômica, a reprodução ideológica dos interesses das classes dominantes é agora realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico. (MST, 2013, p. 15).

Deste modo, além do objetivo histórico de fazer arte para a humanização, quebrando essa lógica perversa da mercantilização da arte e talvez repensando essa epistemologia de dominação da natureza, a BAEC se insere na luta cultural contra hegemônica do campo. Recebe como tarefa da organização disputar esses territórios da subjetividade, disputando também a comunicação. Fazer trincheira contra o avanço do capitalismo monopolista no campo. Esse fazer, essas práticas históricas determinadas pelos sujeitos histórico espaciais que construíram e/ou constroem esse espaço em Movimento é uma das dimensões mais amplas desta investigação que não finda nestas palavras.

3. AGROECOLOGIA

“Vem companheira vem junto defender, a agroecologia novo jeito de viver”



Nesse segundo capítulo, partindo da BAEC e dos processos audiovisuais do MST, como o canal Cultura Camponesa, assim como de demais “audiovisualidades crioulas”, abrimos a discussão do conceito. No primeiro texto: “*Agroecologia e audiovisualidades crioulas*”, em diálogo com a realidade objetiva que inclusive motivou a produção dessa pesquisa, assim como com autores que são próximos à ação cultural do MST, questionamos a categoria e conceituamos a agroecologia.

No segundo subtítulo: “*Mas o que é agroecologia ?*” Abrimos, agora com mais pausar, uma discussão epistemológica e de delimitação conceitual dialogando então com a ecologia e com o avanço do capitalismo para o campo produzindo resistências. Aqui, analisamos a agroecologia sempre em perspectiva histórica espacial que inclui a Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho, que se apresenta também como uma raiz epistêmica da categoria.

No terceiro subtítulo: “*Agroecologia e BAEC*”, observando as produções audiovisuais da brigada e do MST sobre agroecologia. E, a partir de pensar a amplitude do conceito de agroecologia que inclui o fazer artístico, dialogamos com a realidade objetiva e a construção conceitual. Além disso, a partir de entendermos a experiência audiovisual como potencial “semente de uma práxis agroecológica”, a categoria é novamente questionada. Entendendo as produções da brigada também como parte dessa construção epistêmica e como potencializadora dessa práxis agroecológica, seguimos refletindo sobre a existência da agroecologia.

3.1. Agroecologia e audiovisualidades crioulas

Para falar em agroecologia, mesmo que a segunda pessoa do plural seja a mais importante, a primeira e singular, tão desprezada pela ciência acadêmica, é aqui entendida como imprescindível para o raciocínio. As experiências pessoais no

¹⁹ Frames do vídeo: Você sabe o que a juventude faz no campo? onde apresentamos a experiência do coletivo que estava em passos iniciais. in: <https://www.youtube.com/watch?v=Zb3e8gNIEbA>

"interior do objeto", vivenciando a organicidade, aparecem como um imperativo a essa conceituação. Deste modo, mesmo que o capítulo pretenda dialogar acerca da construção do conceito de agroecologia, em diálogos com autores, iniciamos pela vivência em uma pesquisa participante:

“Toda a vida importa”. Rabisquei essa frase em um velho caderno de núcleo de base que já nem existe mais. Foi então, entre um planejamento ou avaliação, destas reuniões de equipes ou coordenações, talvez em uma marcha ou um mutirão, ou em uma feira ou jornada de agroecologia, ou ainda, um trabalho na escola itinerante. Quando, não é possível mensurar, mas foi na vivência da organicidade, na lona preta, na existência do acampamento de luta pela terra do MST, que primeiramente, aprendi conceitos e práticas agroecológicas. Ali, a agroecologia se tornou um sonho e uma busca que ainda hoje persiste, desde muitos campos, mesmo as vezes me sentindo longe da terra, ainda me sinto militante da agroecologia. Logo, as formas conceituais pelas quais apresento a agroecologia nesse trabalho, tem esse cheiro e essa cor, a cor da luta dos Sem Terra, na qual também me insiro.

Do acampamento para a articulação estadual de juventude, comunicação e cultura, nos 16 anos que estive contribuindo no movimento, dançamos muitas cirandas. Revero Ribeiro²⁰, saudoso companheiro aqui de Santa Catarina, que é também um dos motivadores de uma das raras ficções da BAEC, *Um fantasma ronda o acampamento*, (2019), também, como artista popular que era, nos ensinou a dançar em roda. Em 2019, “Por nossos sonhos mais bonitos²¹”, uma ciranda, foi especialmente marcante e aparece como uma mística de passagem de um tempo.

Neste ano e nos posteriores, germinaram processos de construção de agroecologia entre a juventude dos assentamentos e acampamentos de Santa Catarina. O vídeo²² onde apresentamos a canção que agora é epígrafe deste texto, ademais de marcar a subjetividade do escritor, se relaciona, diretamente com o

²⁰ Revero Ribeiro foi um militante do MST, que saindo de Florianópolis, Santa Catarina, contribuiu com diversos projetos com o MST, nesse processo se junta à organização no setor de Cultura, Comunicação e Juventude. Mais tarde contribui ainda no setor de Cultura da Escola Nacional Florestan Fernandes. Com formação através de mestres da cultura popular e da própria prática de teatro e palhaçaria sempre tinha uma dinâmica, uma dança de roda para propor. A ele que infelizmente nos deixou em tempos recentes, nossa homenagem “em memória”.

²¹ Grito de ordem que era envolto dessa mística de construção coletiva: Juventude Sem Terra: por nossos sonhos mais bonitos!

²²<https://www.youtube.com/watch?v=Zb3e8gNIEbA>

tema da dissertação, pois é parte de um projeto de práxis audiovisual e agroecologia que não podia deixar de aparecer nestas páginas.

A pesquisa me levou a observar como esse processo de construção potencializava a práxis agroecológica. Nos encontros do coletivo de juventude comunicação e cultura, Espaços de mutirões de auto sustento para as feiras do MST e de construção de experiências de agroecologia, assim como de formação e debates entre estes sujeitos. Desde os territórios dos sujeitos envolvidos nos coletivos, realizamos – com a ideia de ampliar a comunicação com nossos iguais – produções audiovisuais que estavam ligadas a essas práticas ulteriores do coletivo. Essas audiovisualidades mais do que, atingir o objetivo de semear subjetividades externas, ajudam no fortalecimento do coletivo e de suas práticas.

Na verdade, pode parecer estranho associar agroecologia com audiovisual, até porque os contextos sociais onde estão situadas essas práticas por vezes estão em oposição. O desenvolvimento das tecnologias que hoje permite que o fazer audiovisual esteja disseminado na sociedade, também é resultado de uma razão utilitária – e hoje se associa a ideologia neoliberal, como já apresentamos –, que está adoecendo as plantas e os bichos, dentre eles os humanos. Na contemporaneidade²³, cada vez mais sozinhos, os “neo-sujeitos” competem entre si, produzindo também, audiovisualidades. No entanto, há resistências, há aqueles que - como já afirmamos - na contramão dessa lógica hegemônica aprendendo com a natureza, lutam, se movimentam. Esses sujeitos também produzem audiovisualidades, em recente dissertação, Carlos Eduardo de Souza Pereira (2022), que também integra a Brigada, chama essas audiovisualidades, de audiovisualidades crioulas. A própria BAEC ou o canal Cultura Camponesa podem ser também, assim caracterizados.

Audiovisualidades crioulas moram no mundo das fabricações humanas diante das possibilidades de comunicação de suas vivências, cotidianos, modos de fazer e insurgir-se contra o estabelecido, o ausente, o marginalizado, o excluído. Trata-se de falar de nós para nós e de nós com os outros (que podem a vir a ser conosco). (Pereira, 2022, p. 53).

É a partir de então que as audiovisualidades crioulas são agora – mesmo que já haviam produções e cursos de formação audiovisual que são anteriores a isso – cultivadas com maior dedicação desde estes territórios. E nesse desenvolvimento, o canal Cultura Camponesa que é um projeto que articula o fazer

²³ Ver: DARDOT, Pierre. E LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal

agroecológico com um fazer reflexivo de audiovisual, esteve contribuindo para, no mínimo, uma práxis agroecológica.

Na verdade, de acordo com o relato de Bruna Lavratti, Direção estadual do MST pela juventude, já em 2018 durante o encontro estadual do Movimento, na assembleia da juventude a questão do fazer agroecológico protagonizado pela juventude aparece com muita força. Este espaço tempo, é para este coletivo territorial um ponto de inflexão das práticas que migram, ou melhor ampliam se, de práticas ligadas às linguagens artísticas até a terra, ao fazer agroecológico umbilicalmente relacionado às teorias agroflorestais. A partir de 2019 atividades de mutirão e de formação nos territórios, que chamamos de “laboratórios de agroecologia”, se realizavam articuladas à produção audiovisual. Ademais, as campanhas nacionais do MST, ao exemplo do “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, também somam nesse movimento. Essas práticas geraram uma série de vídeos, que foram interrompidos, ou mudando de formatos, pela Pandemia do Covid 19. Ademais, também determinados pela pandemia, assim como a BAEC nacional e todo do MST, uma série de programas ao vivo, poesias e atividades de plantio de árvores articuladas ao viveiro Revere Ribeiro, também aparecem como parte importante das produções deste coletivo. Em paralelo, diversos documentários, curtas, média e longa metragem com participação desse coletivo em várias regiões do estado de Santa Catarina, ainda foram realizados. Aqui listamos alguns deles: *Águas Santas* (2021), *Quem matou Olívio?* (2022), *Sem feminismo não há agroecologia* (2020), *Contestado* (2019). (Do canal Cultura Camponesa, org. própria, ver na filmografia).

Em certa medida o Cultura Camponesa, que lista muitas produções de vídeo como demonstramos, é também parte deste processo nacional onde a brigada de audiovisual Eduardo Coutinho. Mas mais que isso, são audiovisualidades crioulas. Para além da BAEC a produção audiovisual do MST é muito maior, até pela peculiaridade do movimento social e as dinâmicas autónomas dos territórios. Para termos uma ideia, em uma pesquisa rápida no youtube ou mesmo no instagram ou facebook, podemos encontrar dezenas de canais regionais vinculados a processos estaduais do MST. O canal que tem motivação direta na prática da BAEC e na agroecologia é apenas um exemplo de audiovisualidades crioulas que esse movimento faz nascer desde os territórios.

E é embebido desta práxis que esse projeto de dissertação inicia. A agroecologia e sua construção protagonizada pela juventude. Logo esse conceito carrega a priori esses sentidos. Aprendi com esse coletivo que a agroecologia é um modo de reorganizar a vida. Não apenas técnicas agrícolas, mas novas relações com a natureza, nossa totalidade maior. É como já apresentamos já na introdução: se trata de construção de uma cultura agroecológica, que não pode dispensar um pensamento estético e de produções artísticas. Trata-se de produzir audiovisuais crioulas, sementes de consciência, criadoras de memórias subversivas e de uma ética da vida.

É sobre essas audiovisuais e seus tratados estéticos que estamos nos referindo quando articulamos o fazer audiovisual com agroecologia. Sobre essa produção crioula, diversa e em ligação umbilical com o território, que produz memórias e experiências que cultivam ideias de reencantamento e reencontro com a natureza, assim como críticas a essa lógica utilitarista e empobrecedora da experiência humano-natural. São, assim como as sementes crioulas, “patrimônios dos povos a serviço da humanidade²⁴”, e podem germinar em várias experiências generosas com o território.

²⁴ Conhecido lema da Via Campesina

3.2. Mas o que é agroecologia ?

Mesmo que aparentemente o autor saiba o que é agroecologia e que essa mística de construção também envolva essas palavras, talvez até aqui, ainda não tenha sido definido o que é agroecologia. Por isso, em discussão conceitual, recorreremos a alguns autoras e autores, começamos então com Dominique Guhur Nívia Regina da Silva:

a agroecologia precisa ser pensada no contexto das relações sociais e dentro de seu desenvolvimento histórico. Embora o uso contemporâneo do termo tenha surgido em meados do século XX, é importante insistir que se pode identificar a origem do que hoje chamamos de agroecologia nas objetivações agri-culturais dos povos originários e camponeses (Hecht, 1989; Rosset; Altieri, 2017), desenvolvidas e acumuladas por gerações, em modos de ser dialeticamente sinérgicos e antagônicos (ou seja, de cooperação e complementariedade, mas também de exploração e depredação), nas relações entre si e com a natureza (Tardin; Guhur, 2017). (Guhur; Silva, 2021, p. 60).

Desta maneira podemos recomençar, também reafirmando, que os conceitos são uma relação social. Existem como essência determinada pelo espaço-tempo. Nascem na natureza e voltam a ela. São as experiências reais, das relações entre as classes e as disputas pelo poder que dão formas materiais aos conceitos. No entanto, não significa afirmar-nos como empiristas apenas, o diálogo que é vivo entre os campos do conhecimento que também é um diálogo com a academia é importante. Para os mais preocupados com a discussão epistemológica, seguiremos então em diálogo com autoras e autores.

Além do mais, mesmo que os sujeitos principais da construção epistemológica sejam os camponeses, alguns cientistas pioneiros na teorização da agroecologia, não podem deixar de aparecer. São para nós agentes imprescindíveis desse diálogo de saberes onde a ética da vida, da natureza, é o centro. Segundo, Dominique e Tona: *“Dentre os pioneiros do pensamento agroecológico brasileiro, podemos citar: Artur Primavesi, Ana Maria Primavesi, José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado. (idem. p.63)”* Mas isso – para pensarmos em uma historicização do conceito – ainda seria mais adiante, quando o diálogo de saberes se estabelece.

Para tratarmos do conceito, talvez a primeira ideia a considerar é que a agroecologia faz parte de um campo do conhecimento que é maior: a ecologia. Segundo, Juan Martínez Alier, em *O Ecologismo dos Pobres (2007)* a hegemonia

do pensamento ecológico está dividida em duas correntes do movimento ambientalista, que em certa medida deram e ainda determinam as proporções conceituais do conceito de ecologia. O “culto ao silvestre”, ligado a uma ótica conservacionista, e o “credo da ecoeficiência” ou “desenvolvimento sustentável”, apoiando-se na crença da “internalização das externalidades”.

O culto da vida silvestre, filho da própria crise da modernidade, da crítica, mesmo que tímida e conservadora das relações de poder, mas crítica à relação com a natureza. Expresso por pensadores como Aldo Leopold com seu marcante livro para o movimento ecológico *A ética da Terra* (1933) e pelo *Sierra Club* nos EUA, afirmavam uma ação de retaguarda, não se opondo ao crescimento econômico, mas propõem: “*manter o que resta dos espaços de natureza original situados fora da influência do mercado. [...] se desenvolve desde 1960, fornece as bases científicas que respaldam essa primeira corrente ambientalista.*” (Alier, 2007. p.22)

Os biólogos e filósofos ambientais são atuantes nessa primeira corrente ambientalista, que irradia suas poderosas doutrinas desde as capitais do Norte, como Washington e Genebra, até a África, Ásia e América Latina, apoiados por organizações bem estruturadas como a International Union for the Conservation of Nature (IUCN), o Worldwide Fund of Nature (WWF) e Nature Conservancy. (Alier, 2007, p.24).

Segundo nosso autor, essa primeira corrente tem uma expansão em 1970, aumentando consideravelmente o número de membros de organizações como *Sierra Club*, da *Audubon Society*, da *WWF* ou de organizações similares. Quando pensam em reservas, pensam nesse culto ao silvestre onde os seres humanos não estão inseridos. Ou seja, é uma noção de natureza que não inclui o humano e ele não pode ser agente direto da restauração ecológica. É preciso então criar reservas de natureza onde o ser humano não esteja presente, mesmo que elas possam ser usadas para fins mercantis, como safaris. Isso sem dúvida conflitua com os povos das florestas que secularmente vivem construindo a harmonia com os biomas. “*Os fundamentalistas do silvestre entendem que a gestão conjunta nada mais configura do que converter a impotência em virtude, sendo a exclusão o seu ideal. Uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos.*” (idem, p. 24)

A segunda corrente, a “ecoeffiência”, que embora já apresenta-se como ideologia em tempos anteriores²⁵ aos de seus expoentes representantes, tem seu templo mais importante nos anos de 1990 como o Instituto Wuppertal, que ainda em pé, segue pregando essa ideologia. A atenção direciona-se aos impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização ou da agricultura moderna. Essa corrente, portanto, propõe pensar na economia na sua totalidade, acreditando no “desenvolvimento sustentável”, em uma “modernização ecológica” e na boa “utilização de recursos”. No entanto, mesmo que eles defendam o crescimento econômico, “não a qualquer custo”, a natureza para essa corrente é vista como “fonte de recursos”, “capital natural” ou “serviços ambientais” como bem define nosso autor.

A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas. Cientificamente essa corrente repousa na economia ambiental (cuja mensagem é sintetizada em “conquistar preços corretos” por intermédio da “internalização das externalidades”) e da nova disciplina da Ecologia Industrial, voltada para o estudo do “metabolismo industrial”, aprofundando tanto na Europa (Ayres e Ayres, 1996, 2001), quando nos Estados Unidos. Neste último caso, trata-se precisamente da Escola Florestal e de Estudos Ambientais da Universidade de Yale, fundada sob o auspício de Gifford Pinchot, responsável pela edição do excelente *Journal of Industrial Ecology*. (Alier, 2007. p.28).

A ecoeficiência ou a modernização ecológica, segundo o autor, caminha sob duas pernas: uma econômica, com “ecoimpostos” e mercados de licenças de emissões de carbono; e a outra, tecnológica: apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias primas. Essa corrente a ecologia se converte em uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização. A ecoeficiência, afirma o direito indiscutível à vida dos animais

²⁵ “No contexto colonial europeu, Richard Grove descreveu os intentos dos franceses e ingleses em preservar as matas, que remonta aos finais do século XVIII, localizados em algumas pequenas ilhas açucareiras como Maurício – na qual o modelo foi nove porções de cana-de-açúcar para cada uma de floresta preservada –, uma proporção melhor que a reservada pelos espanhóis nas regiões ocidentais de Cuba colonial ou pelos estadunidenses em Cuba oriental pós-colonial em princípios do século XX. Tal como a história é relatada por Richard Grove, a crença na teoria francesa de “dessecação”, que entende o desflorestamento como causa do declínio da chuva, orientou já em 1791 a aprovação, na ilha caribenha de San de uma legislação para preservar trechos de mata “para atrair a chuva”. * Essa política ambiental, também praticada em outras ilhas como Santa Helena sob a doutrina de Pierre Poivre e outros estudiosos e administradores coloniais, foi implementada 120 anos antes de Gifford Pinchot ingressar em Yale. No Brasil, José Augusto Pádua (2000) mostra a consciência clara, constatada desde os primórdios do século XX em autores e políticos (relativamente fracassado) como José Bonifácio, a respeito dos vínculos existentes entre a escravidão, a mineração e à agricultura de *plantation* que arruinou a selva da costa atlântica.” (ALIER, 2007. p 30)

não humanos. Porém, a dos humanos que dependem diretamente de seus ecossistemas, que são agora fronteira nova do capital, nem tanto. Nesse caso, *se trata mais de um movimento atual de engenheiros e economistas ligados a uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado*” (idem p. 27). Um movimento que tenta remediar o avanço do capitalismo tardio, colocando a sujeira para baixo do tapete, ou melhor, para as periferias do mundo. Nesse ponto, Alier, chama atenção para o valor da natureza, que são desconsiderados ou “esquecidos intencionalmente” nesses raciocínios. O valor ecológico dos ecossistemas, o respeito ao sagrado, a urgência do sustento vital, a dignidade humana, a demanda por segurança ambiental, os direitos territoriais indígenas, o valor da própria cultura, a justiça ambiental, por exemplo, não cabem nas calculadoras.

Ambas estas correntes, que por vezes aparecem associadas em diversas organizações ambientalistas, são legitimadas pela ideologia dominante. Tanto o culto da vida silvestre com sua noção de sagrada natureza, quanto a ecoeficiência e sua sustentabilidade do capital não consideram – como ideologia idealista que são – as periferias, os países pobres e suas necessidades ecológicas-econômicas.

Materialmente, os países industrializados dependem de uma parcela cada vez maior de matérias-primas e bens de consumo provenientes dos países pobres. As fronteiras de extração de matérias primas avançam na direção de novos territórios. Então, segundo nosso autor, também como consequência destas intervenções e destas falsas soluções, uma terceira corrente aparece, a ecologia dos pobres, ou ecologismo popular ou movimento *livelihood*, do sustento, da sobrevivência humana ou ainda, ecologia da libertação. Diferente das anteriores, idealistas ideologias que movimentam o pensamento ecológico hegemônico, promulgado pelo capital, essa corrente é materialista e está encharcada das relações com o território.

E desde estas existências resistentes, afirma-se, “desgraçadamente”, que o crescimento econômico necessariamente implica em maiores impactos no meio ambiente. Neste ponto da obra o autor, chamando atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos, apresenta a dependência dos países desenvolvidos em importações provenientes do sul global. “[...] entendendo que os padrões de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais dependem de relações de poder mutáveis e da distribuição de renda,

entramos então no campo da ecologia política (idem, p. 53)”. Por exemplo, os EUA importam metade do petróleo que consomem e a União Europeia uma quantidade de materiais quase quatro vezes maior do que exporta. Já a América Latina, exporta uma quantidade seis vezes maior de materiais do que importa. É como também percebe Eduardo Galeano em *"Veias abertas da América Latina (1981)"*, *"Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. (Galeano, 1981, p.5)"*, ou ainda como define Ruy Mauro Marini, a lógica dependente da economia Latina, que se materializa em espoliação das riquezas naturais, incluindo aí a vida das populações. Pela superexploração do trabalho, transferências de lucros das transnacionais, alta taxa de juros, e principalmente especialização econômica dos países subdesenvolvidos na produção de produtos primários e matérias primas como as *commodities*, gera-se trocas desiguais. Nessa lógica, como já afirmamos, o agronegócio tem papel protagonista.

Ademais, na contemporaneidade, como já apresentamos, a lógica do capital se expande para novas fronteiras e como sempre, ameaça a vida. Essas realidades, perpetuadas pelas falsas soluções idealistas, que se materializam em políticas econômicas ou inovações tecnológicas, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais e territórios, que às vezes, resistem. Aí estão os expoentes da ecologia dos pobres.

Nessa corrente, o que importa não é a reverência sagrada à natureza como no culto da vida silvestre, mas um interesse no ambiente como fonte de subsistência. De vida, e não das futuras gerações de humanos, mas sim pelos humanos pobres de hoje. São movimentos que surgem forjados na ética da justiça social e são a resistência ao avanço do capital sobre os territórios e sua consequente destruição e degradação ecológica. É nesta corrente que a agroecologia está vinculada.

A agroecologia, hoje vem ganhando visibilidade e se expandindo em diferentes países, reúne uma “multiplicidade de sentidos, alguns consensuais, complementares ou convergentes, outros nem tanto”. Segundo Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva, a agroecologia é resultado de diversas práticas agrícolas e de relação com a natureza, em contextos específicos e agora – como já afirmamos desde as primeiras palavras aqui – em contraposição e resistência ao agronegócio,

que desenvolveram saberes populares que hoje se relacionam com a produção científica na academia.

O semear da Agroecologia vem de longe. Entrelaçando lutas populares, conhecimento tradicional e conhecimento acadêmico, movimentos populares e ONGs que trabalham com Agroecologia constituíram as forças de enfrentamento ao latifúndio e à Revolução Verde no início de 1980. Suas origens não estão em tecnologias milagrosas ou pacotes “ecológicos”, mas sim no desenvolvimento de metodologias de trabalho popular e diagnósticos da realidade que, articuladas a sistemas de aperfeiçoamento e inovação horizontais dos agroecossistemas, produziram uma diversidade de iniciativas nos distintos biomas do país. (Guhur; Silva, 2021, p.13).

Se tentarmos remontar a construção epistemológica da agroecologia, vamos chegar à ideia que no campo científico ela surge no final de 1920 início da década de 1930, ligada ao interesse de estudar práticas agrícolas com perspectivas ecológicas. Buscando²⁶ então, na ecologia e na agronomia, disciplinas chaves para essa primeira acepção – dentro da academia é claro. No entanto, um estudo mais sistemático dos sistemas agrícolas tradicionais dos camponeses e dos povos originários, a partir de 1970, demandaram aportes de outros campos científicos das dimensões sociais, econômicas e culturais. Recentemente também relacionado aos estudos dos territórios camponeses e suas formações sociais, aproximaram a agroecologia, também do feminismo e do anti-racismo.

A agroecologia requer, assim, uma abordagem integradora das formulações e métodos de diversas áreas do conhecimento, o que abre possibilidades, mediante diferentes e novas abordagens metodológicas, mas coloca também tensões e questionamentos a determinados aspectos da ciência positivista ou dominante. (Guhur; Silva, 2021, p. 395).

De certo modo a epistemologia da agroecologia é o conhecimento ancestral camponês que se relaciona com o conhecimento acadêmico²⁷. Esse encontro não é

²⁶“Na ecologia, [a agroecologia] buscou conceitos-chave tais como comunidades e interações ecológicas, ecossistemas, coevolução, sucessão ecológica, ciclos biogeoquímicos, dentre outros. O agroecossistema, expressão material de uma determinada forma de agricultura, tornou-se a unidade básica de análise da Agroecologia (Gliessman, 2001). Da agronomia, buscou integrar diversas disciplinas, destacando-se a climatologia agrícola, a ciência do solo e a fisiologia vegetal, entre outras (Altieri, 1989). Entretanto, o estudo mais sistemático de sistemas agrícolas tradicionais, camponeses e povos originários, principalmente a partir dos anos 1970, passou a demandar o aporte de outros campos científicos, que dessem conta também das dimensões sociais, econômicas e culturais: contribuições importantes vieram da geografia, da sociologia rural (em especial, do desenvolvimento rural e dos estudos camponeses), da economia (destacando-se a economia ecológica) e da antropologia (com aportes especiais da etnografia) (Hecht, 1989).” (Guhur; Silva, 2021 p.395)

²⁷“No âmbito acadêmico, os estudos e pesquisas passaram a crescer exponencialmente, ampliando-se para novos campos do conhecimento e abordagens, conduzindo, na década de 1990, a uma consolidação e reconhecimento institucional (Wezel; Soldat, 2009). Houve, nesse período, acúmulos significativos dos movimentos de resistência à Revolução Verde, da produção científica e da retomada das práticas e sabedoria tradicionais camponesas e ameríndias, que conduziram, nos anos seguintes, a uma ampliação das dimensões e do conceito de agroecologia. Na América Latina,

novo, na verdade a lógica do conhecimento científico foi forjado nessa relação. O conhecimento popular é apropriado e subjugado pelo conhecimento científico desde de Descartes . E mesmo que estamos em caminhos de uma superação dessa lógica, isso até hoje acontece. Há uma relação sempre de apropriação, às vezes violenta, de conhecimentos seculares agora “sacralizado” pelo método científico e retirado da mão das classes perigosas. A ciência que nasce cartesiana, tentando dominar a natureza, dividir, dissecar a vida para entendê-la, foi tão eficaz que convenceu a todos que o conhecimento nasce e está na universidade. No entanto, esse encontro, agora da agroecologia com a ciência acadêmica, que iniciou também de forma subjugada, não sem conflitos, atualmente se dá em outros termos. A agroecologia, que enfrenta também esta contradição, é o resultado do encontro, que hoje se materializa – não sem contradições internas – como um “diálogo de saberes” entre trabalhadores camponeses e trabalhadores da ciência.

Na evolução da vida, mesmo havendo competição, havia também, solidariedade e ajuda mútua com a própria natureza-totalidade e em sentido amplo, temos como espécie, uma origem camponesa. Os povos tribais, anteriores à invenção do Estado e do patriarcado, camponeses do mundo que na relação com a produção da existências produzem práticas agrícolas, produzindo alimentos, muitas vezes, produzem práticas que podem hoje ser associadas à uma lógica da agroecologia. As práticas de cuidado com o solo, de conhecimentos de insumos, os conhecimentos da própria lógica das florestas, dos rios, dos climas, ou de modo mais específico: técnicas e tecnologias que pela relação de aprendizado com a floresta, eram orientadas por éticas ecológicas. Estes conhecimentos, adquiridos pelos camponeses ao longo do tempo, são também, epistemologias dessa construção conceitual.

Para nós, no Brasil e na América Latina, os povos originários – e suas múltiplas cosmovisões que estabeleceram modos de vida onde o respeito à natureza e aos ecossistemas tem centralidade – também têm contribuições epistêmicas. Essas agriculturas tradicionais e suas relações holísticas, embora esquecidas e intencionalmente apagadas, são também parte importante da

foram criados o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia y Desarrollo (Clades), em 1989, e o Movimento Agroecológico Latino-Americano (Maela), em 1992.” (Guhur; Silva, 2021, p. 63)

concepção de agroecologia. Os povos da floresta tem muito a ensinar sobre essa construção agroecológica que se projeta hoje.

Também nesse espaço geográfico, ao menos depois do século XVI os quilombolas, ou *palenques* como são conhecidos nos países de língua espanhola da América, também tem contribuições próprias de sua relação com a produção da existência, onde o alimento é o centro. As experiências de resistência destes povos que se articulam com a cultura africana, também são parte desta epistemologia que temos de considerar quando pensamos na construção agroecológica.

Aí também, quando observamos as realidades regionais, ao exemplo da região do Contestado, desde onde estas palavras são escritas, onde cultura cabocla deu exemplos de resistência à expansão do capital ainda em 1912, poderemos encontrar “fósseis” desta construção. Na verdade, anterior a isso, com a construção de comunidades e culturas holísticas dos caboclos que tinham a natureza como sagrada, que de certo modo estavam relacionadas com a própria resistência das culturas indígenas atacadas pela colonização, estão experiências que também podem ser associadas a agroecologia.

Por outro lado, se novamente pensarmos na realidade brasileira, os colonos, ou os imigrantes europeus que participaram dos processos de colonização de modo mais sistemático, ao exemplo da região sul, embora negando ou se apropriando e subjugando os conhecimentos indígenas em agriculturas, empregam práticas agrícolas que muitas vezes também podem ser associadas à agroecologia. Se por um lado, é por esse público e pela oficialidade que a lógica do agronegócio se hegemoniza no Brasil, por outro, trazendo práticas europeias e aprendendo com os biomas e seus seres vivos brasileiros, esses camponeses, também contribuem com essa formação epistemológica.

Sendo assim, é como afirma também, Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva:

[...] a agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais (trabalho produtivo, processo de trabalho, tecnologia; e simultânea e dialeticamente, ideação e reflexão, saberes, conhecimentos, concepção de mundo/cosmovisões, teoria, valores, estética, reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 70).

No entanto, a agroecologia que em sua origem pode remontar tempos longínquos, ligados inclusive ao próprio processo de humanização, tem na contemporaneidade – com a expansão do neoliberalismo com o agronegócio²⁸ – ganhado novos contornos. A revolução verde e o avanço do capitalismo sobre a natureza, produz resistências, uma destas resistências, forjada também pela ética da justiça social, da ecologia dos pobres, é sedimentada na agroecologia.

De modos que a resistência tempera essa epistemologia. Juntando conhecimentos úteis, em uma relação de dependência e mutualidade dos seres com os ecossistemas, a agroecologia resiste à expansão predatória do capital. Quando nos referimos à resistência estamos nos referindo a ocupações, marchas, greves, protestos contra multinacionais e seus capitais devastadores das teias da existência da vida, referimo-nos também a construção contracultural de economia solidária, cooperação ou de sistemas produtivos ecológicos ou demais práxis emancipatórias, referimo-nos à velha luta de classes que hoje tem novos contornos. E essa luta tem determinado também a amplitude desse conceito. Como sublinham nossas autoras e autores, de certo modo a “luta” tem se apresentado como parte importante da construção epistêmica atual da agroecologia. Hoje a agroecologia, “afirma-se” é como bem define nossas autoras, “na luta”.

Afirma-se na luta política, dos territórios até o âmbito nacional e internacional, em aliança com os trabalhadores da cidade, na busca por superar as contradições impostas pela estrutura capitalista, patriarcal e racista; por rearticular o metabolismo socioecológico entre campo e cidade; e pela apreensão consciente da dimensão ecológica da vida como uma dimensão fundamental da emancipação humana. Insere-se, assim, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados com a sustentação de toda a vida, em que os seres humanos possam realizar-se enquanto autoprodutores e criativos, e reconhecer-se como partícipes da teia da vida. (Guhur; Silva, 2021, p. 70).

²⁸ Retomando alguns destaques das transformações na agricultura industrial, é no século XX, via ciência e tecnologia, que se alcançará produzir substitutos sintéticos aos insumos orgânicos naturais, a exemplo do feito por Fritz Haber e Carl Bosch em 1909, que padronizam a reação química para a obtenção do amônio líquido, base para a produção de fertilizantes nitrogenados e explosivos. Em 1939, inaugura-se a era dos agrotóxicos com a produção dos inseticidas organoclorados. Seguem os avanços na genética que permitirão a obtenção dos híbridos, variedades agrícolas e raças de animais, além do mega salto com a biologia molecular, proporcionando com as biotecnologias notadamente a produção dos cultivos transgênicos. Emerge a física quântica, com incomensurável impacto filosófico, epistemológico e possibilidades tecnológicas, e segue-se com a informática, a robótica, a nanotecnologia e a biologia sintética, estas duas últimas áreas em processo inicial de aplicação agrícola. Dá-se a financeirização da agricultura, completando a conformação do agronegócio (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 81-87) como expressão atual do capital no campo, não só ampliando quanto complexificando o desafio da práxis revolucionária que suplante a ordem social burguesa e instaure uma nova ordem social capaz de liberar ilimitadamente os processos de emancipação humana e restauração do metabolismo sociedade-natureza. (TARDIN, 2017, p.59)

É claro que não podemos confundir a agroecologia com a construção em si de uma sociedade emancipada. Está mais como uma ferramenta, “parte da construção” de poder popular que estes coletivos territoriais expressam. Uma tática que rumo a um objetivo estratégico, tática que como chama atenção John Clegg e Rob Lucas (2020), em *“Três revoluções agrícolas (e o comunismo)”*, é assertiva, diferentemente de muitas tentativas amorfas de construir uma sociedade pelo controle da violência e do Estado, que naufragaram por ignorar essa condição tão básica. O alimento, ou o controle da produção da vida – como já afirmamos – que é a chave da dominação capitalista e talvez possa ser a chave para a superação dessa ordem. É como também escreve José Maria Tardin (2017):

Necessário para evidenciar, do ponto de vista do Movimento Social Popular camponês, a abrangência de suas visões de mundo que corrobora com aquela crítica, bem como para protagonizar cooperativamente nos processos sociais agroecológicos e populares que atuam pela transformação radical da sociedade contemporânea na perspectiva da emancipação humana que inclui a “restauração revolucionária da ruptura metabólica da relação sociedade-natureza. (Tardin, 2017, p.55).

A agroecologia e a utopia mais geral da construção de uma sociedade emancipada estão relacionadas, e a materialização de o que é agroecologia, talvez dependa dessa construção. Logo, a agroecologia é sempre uma busca e a sua aceção conceitual, também depende do movimento da transformação da sociedade, que implica na superação da ordem do capital. A forma desta nova sociedade, ademais de se relacionar com as lutas de hoje, também tem uma relação umbilical com as cosmovisões dos povos em luta, como bem define Tardin:

Nesse âmbito, há um vasto campo de diálogo em curso nos processos de intercâmbio, de formação e educação, e de lutas promovidos pela CLOC/Via Campesina. Indiquemos, por exemplo, as cosmovisões dos seguintes povos: a dos Guarani, expressa em geral na configuração da “Terra Sem Males”; a dos Povos Andinos, no “Sumak Kawsay” – Quechua, e no “Suma Qamaña” – Aymara, traduzido no “Bem Viver”; a Zapatista, expressa no “Popol Wuj” – livro sagrado Maya K’iche’ (BARBOSA, 2016); a do povo Duwamish, pronunciada pelo Cacique Seattle, em 1854, nos Estados Unidos da América (CACIQUE SEATTLE, s.d.), como aquela transmitida por Chico Mendes na carta que escreveu em 28 de outubro de 1988, menos de dois meses antes de ser assassinado. (Tardin, 2017, p.54).

No entanto, nos territórios onde a agroecologia é construída não significa que essa sociedade nova, ou essas novas sociedades – “mundos dentro de mundos” como diriam os zapatistas – existam. O patriarcado, o racismo e o próprio capitalismo que se amplia para o campo com a ideologia do agronegócio, insiste em se fazer presente nos territórios camponeses, mesmo aqueles que se colocam

na construção da agroecologia. A contradição é um dado da realidade, e talvez as lutas para a suas superações sejam também, chaves do significado mais contemporâneo da agroecologia. E é a própria atualidade da luta de classes e as peculiaridades dessa conformação social nos territórios – ou as contradições reais –, que tem determinado as lutas que ocorrem no interior da construção agroecológica. Se não existe uma experiência agroecológica que consiga ser totalizante, que considere o todo, até por estar inserida no interior da sociedade capitalista, a luta pela superação das contradições aparece como uma necessidade constante.

Logo, nessa mesma compreensão, os movimentos populares da América Latina, dentre eles o MST onde nosso objeto de estudo está, tem entendido a agroecologia como uma práxis. Práxis pressupõe então objetivações humanas, onde a teoria e prática estão associadas.

a práxis ora é uma categoria diferente do trabalho, ora é categoria que o comporta, que se identifica com ele, na medida em que ele é uma modalidade de práxis, é práxis produtiva. A práxis é a atividade humana em geral, que se define enquanto tal pela posição teleológica. Nesse sentido, o trabalho é uma práxis, a práxis que se distingue de todas as outras formas porque é a primeira resposta teórico-prática dos homens na luta pela sobrevivência; porque promove a produção material da existência; e porque é a condição de possibilidade de todas as demais; além disso, a posição teleológica do trabalho modifica causalidades espontâneas ou naturais ao passo que as demais formas de práxis modificam causalidades postas pela intervenção humana, social. (Sousa Jr, 2015, p. 78).

Ou seja, onde a reflexão e a intervenção humana na natureza, estão em constante diálogo. Ademais, é uma categoria teleológica. Referindo-se sempre a um télos, um ponto de chegada, um objetivo estratégico, um fim almejado. Para esses camponeses a agroecologia, esse conceito, que ganha forma a cada dia e é forjado na luta de classes nos territórios de resistência ao agronegócio, pode ser vista como esse télos. Assim como, a sua relação direta com os camponeses e com os seus projetos de construção de uma sociedade que supere a ordem do capital, também podem ser encarados como esse objetivo estratégico mais geral²⁹.

Desta maneira, tanto os camponeses nas suas esferas de práxis agroecológica, que teorizam e praticam, como os cientistas, com suas teorias e

²⁹ No interior da CLOC/Vía Campesina que situa a agroecologia como parte do labor camponês consciente do desafio histórico e contemporâneo da sua participação protagonista na revolução social pela emancipação humana, incluindo a “restauração revolucionária da nossa relação metabólica com a natureza” (Foster, 2005).

práticas, contribuem com essa construção. É nesse diálogo de saberes e no calor da luta de classes nos territórios onde as cadeias de acumulação flexível do capital intervêm na economia e na cultura dos povos, produzindo contradições, que a agroecologia segue em formulação dialética. No caminho das superações das contradições impostas pelo sistema capitalista e aprendendo com a natureza, os camponeses do mundo, vem construindo esse conceito que está em aberto, mas tem materialidade.

Compreender a agroecologia como práxis sugere a possibilidade de incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido; além de nos permitir apreender suas múltiplas objetivações (trabalho, práticas, ciência, luta, cultura...) ou momentos de maneira integrada, sem perder de vista suas relações e mediações. Em uma primeira aproximação, a agroecologia poderia ser reduzida a um conjunto de técnicas e práticas de produção agrícola. Entretanto, nas práticas sociais originárias e camponesas, não completamente subsumidas ao capitalismo, se encontram entranhados os sistemas de conhecimento tradicionais, razão pela qual recuperar as práticas é também resgatar os saberes tradicionais que foram e estão sendo erodidos: “costuramos com as mãos dos povos o tecido vivo de nossa biodiversidade que também representa nossa memória, nossas culturas. (Jornada de Agroecologia, 2019). (Guhur; Silva, 2021, p. 64).

Logo, esse conceito que nasce ligado a práticas agrícolas, ganha sentidos amplos. E o audiovisual que parecia estranho se relacionar com a agroecologia, é agora uma necessidade dessa prática e pode contribuir e contribui de forma qualificante dessa práxis. É – além de produtora de memórias e representações crioulas, sementes, audiovisuais crioulas da própria agroecologia –, parte desta práxis mais geral, que não pode dispender, como já afirmamos, de uma dimensão artística-cultural e, desta maneira, de um pensamento estético.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação-pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida. A práxis agroecológica, baseada num tipo particular de relação com a natureza e em uma racionalidade “mais ecológica”, tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva – o que às vezes acaba se traduzindo na identificação da agroecologia como “modo de vida”. (Fórum Internacional de Agroecologia, 2015) (Guhur; Silva, 2021, p. 64, 65).

Nas esferas da produção, circulação e formação audiovisual, que na BAEC, também se materializam em uma práxis, com ideias e ações específicas, também pode e tem contribuído com esse materialista diálogo de saberes. Tanto que, a produção da brigada, se não total, parcialmente também pode ser categorizada como parte desta práxis agroecológica e de certo modo desta epistemologia, como

veremos no próximo capítulo. Por tanto, a questão sobre uma estética agroecológica, que aparece nesse trabalho, é no mínimo, uma discussão importante dentro dessa dinâmica de construção prático-teórica.

Neste sentido a agroecologia, com essas raízes da ecologia dos pobres, como uma práxis emancipatória, mesmo que embrionária, está na vanguarda da resistência à essa ordem que despreza a vida. E mais que uma teoria estática e formal é dialética e segue em movimento com seus seres natureza, que em cirandas, dançam, aprendendo com a sagrada natureza, em um reencantamento urgente e necessário para a própria sobrevivência da espécie. E a produção audiovisual está aí colocada, como mais uma destas variedades de sementes desta construção.

3.3. A agroecologia e a BAEC

Para além da discussão de indústria cultural e da sociedade do espetáculo da escola dos Annales³⁰, na contemporaneidade as experiências audiovisuais são uma expressão cada vez mais sólida da materialidade que forma nossa subjetividade. Desde a infância, com os programas infantis de televisão ou com novelas, séries, filmes, assim como vídeos, hoje disponíveis no fluir das *timelines*, das redes digitais, até a velhice – são parte constituinte das experiências humanas na atualidade. Na verdade, desde a intensificação da utilização da televisão no Brasil, datada da década de 1970³¹, e agora, a partir dos anos 2000 com disseminação das tecnologias da informação e comunicação, isso é uma verdade, cada vez mais, objetiva.

Nos estetas Georg Lukács e Theodor Adorno, por exemplo, encontramos também esse sentido, da experiência artística. Em Lukács menos pessimista em relação ao artístico na sociedade, a arte é uma representação, que diferente do cotidiano, onde a essência é oculta, é uma experiência que pode fornecer uma realidade autônoma, mas, mais alta e verídica³². Adorno que já vive a era da

³⁰ ver: Adorno, Theodor W, 1903-1969 Indústria cultural e sociedade / Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. — São Paulo Paz e Terra, 2002

³¹ ver: NETTO, Zé Paulo: Pequena história da ditadura (1964-1985). São Paulo, Editora Cortez, 2014.

³² “[...] e estas se diferenciam e se constituem de acordo com suas finalidades específicas, e alcançam sua forma pura nessa especificidade – que nasce das necessidades da vida social – para logo, em consequência de seus efeitos, de sua influência na vida dos homens, desembocar novamente na correnteza da vida cotidiana. Essa, por sua vez, enriquece-se constantemente com os

hegemonia da Indústria Cultural e que critica a dissolução da arte em mercadoria e o seu uso para a mercantilização do tempo livre, assim como para a manutenção da ideologia burguesa, mesmo assim, apresenta a experiência estética como potencial experiência de uma possível educação para a emancipação.

pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. (Adorno, 1995, p. 151).

Logo os dois autores, mesmo em diversos momentos divergentes, colocam a experiência artística como um lugar da formação da consciência. No texto referido, por exemplo, Adorno associa a atividade reflexiva com a realização de uma experiência, assim como em Lukács que define essa experiência como reduto da verdade, do entendimento da realidade complexa que é impossível de se apreender no cotidiano. Para nós essa noção dialoga muito com a noção de arte do Movimento e de certa maneira com os objetivos estratégicos do MST. Entender a realidade para modificá-la em um sentido de construção da superação do capitalismo desde as raízes dos territórios, significa também ter na experiência estética – incluído aí o audiovisual – como sementes dessa construção.

É claro que a maioria das obras estão a serviço de uma lógica perversa que rouba tempo de vida e mercantiliza até os sentimentos, mas as experiências audiovisuais existem e têm determinações sobre as subjetividades. Carregam potencialidades educativas advindas da peculiaridade do artístico e do espetacular, mesmo que estejam longe de ser uma experiência com a potencialidade educativa de uma objetivação como o trabalho longe da exploração. A catarse vivenciada nessas experiências, operando repetidamente e a partir de diferentes formas, como o trágico, o cômico, o assustador, garante o envolvimento de quase a totalidade dos humanos que acessam a essa nova e viciante experiência.

Na memória da infância ou mesmo na adolescência do pesquisador que vos escreve, a atividade mais esperada ao chegar em casa depois da escola, era sem dúvida, assistir televisão, mesmo que, pela condição de empobrecimento, fomos ter

resultados superiores do espírito humano, assimila-o às suas necessidades cotidianas práticas, dando assim lugar a questões e a exigências que originam ramificações de formas superiores de objetivação.” (Lukács, 1966, p.11 e 12)

TV a cores só na virada do século XXI. O que é certo, é que as experiências audiovisuais, são, como nunca, uma dimensão do processo educativo, portanto da formação da consciência histórica, que às vezes, mais que a escola ou as relações de trabalho, determinam a realidade objetiva. Hoje, além de consumirmos uma quantidade cada vez maior de audiovisuais, é possível pelo avanço técnico, também produzir. Para bem e para mal, na nova realidade contemporânea, as tecnologias da informação e comunicação inundam a sociedade de audiovisualidades.

A pesquisa até aqui tem encontrado a organicidade do MST como constituinte da territorialização do Movimento. No entanto, ela está acompanhada de ao menos um elemento a mais, a educação popular. A educação do Movimento e a construção da cultura agroecológica que de certa maneira dialogam, estão orientadas para a organização. Tem se tratado, nas experiências mais exitosas, de reconstruir os laços de solidariedade de classe, esses laços que determinando e determinados pelo desenvolvimento da espécie, que se afirmam em “instintos” como o amor, são imprescindíveis aos que sonham com existências emancipadas. São séculos nos quais a hegemonia das classes dominantes têm imposto culturas que nos dividem, afastam da natureza e de nós mesmos, mas também são séculos de resistência e de reconstrução das teias da vida, onde a educação popular tem se apresentado como uma tática fundamental.

A educação popular está sempre imbricada a cultura popular e a luta de classes. Ademais, Paulo Freire, nosso mestre maior que muito influencia o MST, com suas práticas e reflexões é quem aclara esse sentido onde a luta pela libertação dos oprimidos é o centro da ação proposta.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (Freire, 1987, p. 109-110).

Sendo assim, neste novo tempo onde as audiovisualidades que hoje tem papel determinante na formação da consciência – mesmo que tenhamos que refletir sobre essa excessiva exposição dos humanos a esta experiência – a questão sobre que tipo de audiovisual veiculamos, consumimos ou se relacionamos, aparece como imperativo.

Neste trabalho nos juntamos ao grupo de pesquisa de Audiovisualidades apresentando o audiovisual como transcendente das mídias onde são veiculados, mesmo que estas mídias por vezes determinam formas específicas. No *Manifesto audiovisualidades*, assinado por Alexandre Rocha da Silva, Miriam de Souza Rossini, Nísia Martins do Rosário e Suzana Kilpp (2009), atentando-se para a transformação do tempo-espço, – além de partir de reflexões e diálogos com Sergei Eisenstein, que reconhece que a presença do cinema precede a indústria cinematográfica, ou com Gilles Deleuze, que encontra em Bergson o conceito de imagem-movimento, antes da invenção do cinema – ampliam o conceito de audiovisual. Neles, “*o objeto audiovisual [apresenta-se] desde a perspectiva de sua irredutibilidade a qualquer mídia, admitindo que o audiovisual é também uma virtualidade que se atualiza nas mídias, mas que as transcende.*” (Silva; Rossini; Rosário; Kilpp, 2009, s/p.)

Hoje esse fazer audiovisual é cada vez mais dinâmico e acessível. Se no início da história do cinema, mesmo que reconheçamos a sua existência antes da indústria cinematográfica, era uma atividade para poucos e com altos custos. Hoje, até pela disseminação dos *smartphones*, tanto a produção audiovisual para fins de comunicação simples, assim como a produção de obras de caráter cinematográfico clássico, são mais acessíveis à maioria da população.

Ser acessível, no entanto, não significa que exista liberdade de criação, já que a hegemonia da indústria cultural imprime fortes marcas na cultura que são reproduzidas por vezes, até pelos movimentos de resistência. Além do mais, as próprias mídias impõem formas e conteúdos que aparecem como linguagem comum, formatando, simplificando e empobrecendo essas experiências. É como observa o próprio Adorno ao referir-se a música:

O comportamento valorativo tornou-se uma ficção para quem se vê cercado de mercadorias musicais padronizadas. Tal indivíduo já não consegue subtrair-se ao jugo da opinião pública, nem tampouco pode decidir com liberdade quanto ao que lhe é apresentado, uma vez que tudo o que se lhe oferece é tão semelhante ou idêntico que a predileção, na realidade, se prende apenas ao detalhe biográfico, ou mesmo à situação concreta em que a música é ouvida. (Adorno, 1999, p. 66).

Mesmo assim, guardadas as imensas limitações a experiência audiovisual como já afirmamos, é cada vez mais determinante na formação da consciência. E pode então, contribuir nesse sentido de construção determinado pela educação popular que a agroecologia ou a Reforma Agrária Popular, apresenta.

Nesse reencantamento, nessa construção da organicidade, os brigadistas da BAEC e suas produções se somam, construindo educação popular. Possibilitando cursos e processos de formação, análises fílmicas e mostras audiovisuais, assim como de vivência artística e a própria produção audiovisual Sem Terra junto a processos organizativos a BAEC segue em Movimento. Sobre isso a prática do Movimento em sempre questionar as formas burguesas, assim como de socializar os meios de produção do cinema, são sintomáticas.

Produtora de obras que dialogam com os objetivos estratégicos do movimento, a BAEC – que está localizada em um espaço-tempo, onde essa realidade se afirma e tem se beneficiado com o avanço e a popularização dos meios de produção audiovisual – está para nós, nesse ponto da pesquisa, como sementes de uma Práxis da agroecologia. São, como também afirma Carlos Eduardo de Souza Pereira (2022), “audiovisualidades crioulas”.

Deste modo, nesta medida do texto, apresentamos então um conjunto de obras da Brigada, que estão diretamente ou indiretamente ligadas com a temática da agroecologia. Para selecionar essas sementes poderíamos listar todas as obras, apresentando as variedades de produções audiovisuais da BAEC, ou ainda das produções do MST. No entanto, seria um pouco exaustivo e pouco conclusivo, já que, só no canal oficial do youtube, @MovimentoSemTerra, são 1,8 mil vídeos, sem contar aí os canais estaduais ou locais, vinculados a coletivos do Movimento. Nos deteremos aqui então a uma amostragem. Para isso, o diálogo com alguns pesquisadores qualificados que já apresentaram possíveis recortes, parece rico em possibilidades.

Segundo Pereira (2022), as produções que estão listadas abaixo, retiradas do texto da cartilha da BAEC: “Histórico do Audiovisual no MST”, são uma amostragem destas sementes crioulas. Para melhor entendimento, apresentamos, diferente de Carlos, um histórico que iniciou com a criação da brigada em 2014, focado na produção audiovisual. Em negrito destacamos as obras que se relacionam diretamente com o tema:

- 2014 Durante o VI Congresso Nacional do MST foi realizado o filme “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”
- 2015 Realização de vídeos sobre a mobilização do Dia Internacional de Luta das Mulheres (8 março), que foram veiculadas por noticiários nacionais
- 2017 Realização da vídeo-crônica “Sô isso não, Dona” (2017)
- 2018 Realização da série “Agroecologia e Educação” Escola Paulo Freire, Bahia**

2018 Durante a cobertura da III Feira Nacional da Reforma Agrária foram realizadas variados filmes, experimentação de outros formatos, como o “vlog”

2018 Realização do filme “Ocupar, Resistir e Produzir – As feiras do MST”

2019 Realização do filme “Versos de Conquista – Juventude e Auto-organização”

2019 Realização do filme “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar!”

2019 Realização do filme “Café com Sabor de Resistência” [...]

2019 Realização da série “Agroecologia e Educação” Escola Luana Carvalho, Bahia

2020 Realização do filme “LGBT Sem Terra – O Amor faz Revolução” (2020)

2020 Realização do filme “Um Fantasma Ronda o Acampamento” (2020)

2020 Realização da série “Agroecologia e Educação” Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, Bahia

2021 Realização do filme “Mulheres em Luta – Semeando a Resistência” (2021)

2022 Realização do filme “Mutirão em Novo Sol” (2022).

(Pereira, 2022, p. 78).

É claro que a produção da brigada é muito maior, inclusive determinada por essa nova realidade que dialoga com as mídias. Só na “Feira nacional da Reforma Agrária”, analisando apenas os vídeos postados no youtube, agora de 2023, a equipe de audiovisual, produziu 30 vídeos. Nesse sentido, aqui apresentamos uma possível amostragem das produções da BAEC.

Além do mais, até a pandemia do Covid 19 e a estratégia das feiras nacionais, determinou uma ampliação das formas e do fazer audiovisual do MST. A *Cantoria de Varanda, Comida de Verdade, Café com o MST, Ocupa Juventude*, programas ao vivo através do instagram, facebook e youtube, são exemplos. Nos vídeos com as mais variadas análises de conjuntura ou podcasts como o *Internacionalizemos*, ou ainda nas séries como *Estrela Vermelha, Caravana à Bolívia, MST no Debate* ou ainda a *Agroecologia é o caminho*, que não podia ser esquecida, temos mais exemplos desta ampliação das formas. Somando-se a isso temos as mais diversas experimentações que segundo nossos brigadistas, também determinados pela dinâmica das feiras – como já apresentamos – tem se expandido, ao exemplo dos vlogs.

Leonardo Gonçalves da Silva (2023), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes/Unicamp, em recente trabalho analisa as obras da Brigada. De forma preliminar, utilizando-se dessa pesquisa, e de nossa análise prévia, é possível afirmar algumas características destas produções. Para utilizar a nossa analogia das sementes, perceber antes de nossa

análise da obra, características destas variedades, ao exemplo da capacidade de germinação.

Para Leonardo, dialogando com o que já temos apresentado, com o surgimento da BAEC, há transformações nesse fazer, esse espaço relacional diretamente determinado pelas questões do território e da realidade contemporânea que modifica o fazer audiovisual no MST. O primeiro ponto é a desvinculação desse fazer do setor de Cultura para o setor de Comunicação.

a partir da própria percepção das mudanças sociais provocadas pela inserção do audiovisual na internet, com a exigência mais premente de conteúdo imediato e curto para circular nas redes sociais. Passam, então, a serem debatidas e trabalhadas questões mais próximas do Setor de Comunicação, resultando na produção de conteúdos pontuais na esfera Estadual e Nacional. No eixo do debate surge o intuito de estabelecer também um diálogo propriamente audiovisual com a sociedade, através das plataformas digitais (Silva, 2023, s/p).

Mesmo com as limitações impostas justamente por essa inserção do audiovisual na internet, segundo o autor, a BAEC, vem em um avanço na elaboração estética a partir de experiências que vem de dentro do MST.

Nesse sentido, a Brigada busca propor caminhos alternativos para o audiovisual, como é o caso dos vídeos em *vlogs* ou a elaboração de narrativas ficcionais como em *Um Fantasma a ronda o acampamento*, adaptação do conto infanto-juvenil de autoria de Maria José Silveira, militante do Movimento, e *Mutirão em Novo Sol* (2021), adaptação da peça de mesmo nome de Nelson Xavier, Augusto Boal, Hamilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito M. Araújo, quando participaram no Movimento de Cultura Popular. (Silva, 2023, s/p).

Essa pesquisa tem demonstrado, assim como também observou o autor, que são nos Encontros e Congressos Nacionais do MST, bem como nos espaços de Feiras, seminários, cursos que a Brigada encontra a oportunidade de propor práticas audiovisuais. Ali nesses espaços relacionais, na organicidade do Movimento, é que os brigadistas se encontram e produzem a maior parte dos vídeos que apresentamos. Desde de dentro, a Baec também começa abranger novos temas, sempre em diálogo com os demais setores: o curta *Lgbt Sem Terra: O amor faz a revolução*, a vídeo-crônica *Só isso não, Dona* (2017), são exemplos da ampliação dessas temáticas e de parcerias³³ intersetoriais. Então se o setor de

³³ “Dessa parceria intersetorial já foram realizados diversos vídeos com temas variados, como caso de *Verso de Conquista: Juventude e Auto-organização* (2019), sobre a atividade de cineclube e teatro desenvolvidas pela juventude Sem-Terra no Ceará; a série *Agroecologia e Educação* (2018, 2019 e 2020), que narra, em três episódios, como a agroecologia está presente nos currículos e no dia a dia das escolas do MST na Bahia, em parceria com os setores de Educação e Produção, Cooperação e Meio Ambiente; o episódio *Café com Sabor de Resistência* (2019), da série *Cadeia Produtiva do Café*, sobre a organização e produção dos grãos de café pelo MST em diferentes Estados, em

comunicação é que passa a coordenar as ações da Brigada o diálogo com os outros setores nunca cessa, assim como já acontecia na Brigada de audiovisual da Via campesina, sua antecessora. O primeiro realizado com o Coletivo LGBT Sem Terra e o segundo junto ao setor de gênero, sendo proposto sempre como uma ferramenta disparadora do debate, transcendendo a própria obra.

Para o autor, a linguagem estética que está em aberto, mesmo apresentando claras características, como a negação do gênero melodramático burguês e um tipo de catarse diferente àquela propiciada pelo *“Happy End, mas a um estranhamento de si e da realidade que o cerca, provocando a repensar esta realidade e seu potencial para mudá-la”*, (idem). Ele também observa que o predomínio dos documentários de caráter jornalístico, em tom de denúncia, já dão lugar para o cotidiano da produtividade nos assentamentos e as estratégias produtivas também vinculadas à agroecologia. Ademais, as parcerias e relações com demais coletivos que sempre seguiram acontecendo, tem possibilitado potentes experimentações, como exemplifica o pesquisador:

Verificam-se também atualmente maiores aberturas para experimentações estéticas como o caso da websérie Ensaio Sobre a Verdade, realizada em parceria com coletivo de teatro Companhia do Latão, que apresenta uma linguagem híbrida, misturando trechos de entrevistas e apresentações teatrais. Assim como a antecessora BAVC, a BAEC mostra preocupação em refletir a estética de suas produções e modos de alcançar um público mais amplo, fora do âmbito do MST, ocupando outros espaços seja na TV ou em Festivais de Cinema. (Silva, 2023, s/p.).

Para nós, mesmo concordando com a conclusão do autor de que a questão agrária ou, melhor, a luta pela terra esteja na centralidade das produções audiovisuais, a compreensão da agroecologia como uma “práxis agroecológica”, dá à BAEC – observando também por essa ampliação dos temas – novas funções. Está agora, como já afirmamos, como semente de uma práxis agroecológica. Potencializadora dessa práxis, tanto porque reflete sobre o real, se localizando na dimensão teórica desse movimento, assim como se materializando em experiências que podem também incidir nas subjetividades e nas práticas dos sujeitos nos territórios. A agroecologia além de aparecer como tema e como uma tarefa de educação popular – que tem como método a organicidade, da reconstrução das teias de existência – na BAEC, também tem aparecido refletindo nos

parceria com setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Outro exemplo é o documentário *Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar* (2019), que acompanha o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha (2018), produção em conjunto com os setores de Educação, Cultura e Comunicação.” (Silva, 2023, s/p)

questionamentos estéticos e no próprio processo de produção da Brigada. Até porque, como já apresentamos, o fazer artístico também aparece como uma dimensão da construção da agroecologia, que nós brigadistas também comungamos.

4. ESTÉTICA

Neste terceiro e último capítulo, além de em espaço dedicado questionarmos a categoria da estética, analisamos diretamente algumas obras da brigada assim como refletimos sobre os seus processos de produção. No primeiro texto “*O que é estética?*” Abrimos a discussão sobre o conceito sempre em um raciocínio ontológico, observando o desenvolvimento da categoria ao lado do desenvolvimento da própria espécie humana. Nesse mesmo texto no diálogo com autores analisamos as concepções estéticas na contemporaneidade.

A partir disso, na sequência no texto: “*Estética da BAEC*”, dialogamos, tanto com os processos de produção, assim como as obras e reflexões estéticas do interior deste espaço. Apresentamos aí, alguns princípios desse desenvolvimento estético, sementes-audiovisuais, audiovisualidades crioulas, da BAEC. Desde as elaborações e reflexões internas da Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho e da sua antecessora Brigada de audiovisual da Via Campesina analisamos esses princípios de um desenvolvimento estético. Esses princípios servem de farol para as análises.

Nesse ponto, no subtítulo “*As obras*”, que é sucedido por “*Lutar, construir Reforma Agrária Popular (2014)*”; “*Ocupar Resistir, Produzir: as feiras do MST (2018)*” e “*LGBT Sem Terra: o amor faz revolução (2020)*”, analisamos as três obras que são títulos. Na sequência no texto: “*Ainda sobre as obras e o todo da pesquisa*”, seguimos dialogando com as ideias que a análise permite. Nesse ponto, em diálogo com o todo do trabalho e pensando se é possível pensar em uma estética da agroecologia a partir da BAEC, assim como se estas produções audiovisuais contribuem para a própria construção da agroecologia e da Reforma Agrária Popular, as palavras dialogam.

4.1. E o que é estética ?

Para o esteta marxista Gyorgy Lukács que pretendia propor uma estética³⁴ revolucionária através de encontrar um ética da humanização, a arte mesmo que

³⁴ “Averiguar como, a partir de qual solo comum de atividades, relações, manifestações etc., do homem, desprenderam-se as formas superiores de objetivação, antes de tudo, na ciência e na arte, conseguindo uma independência relativa, como sua forma de objetivação cobrou aquela peculiaridade qualitativa cuja existência e cujo funcionamento são para nós, hoje, fato óbvio.” (Lukács, 1966, p.84)

pela luta de classes, tenha se elitizado e mesmo cumprindo funções também para as classes dominantes, pode contribuir inclusive para a superação dessa ordem. A arte nasce, como objetivação que é, junto ao trabalho. É portanto resultado do processo de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que se separe do trabalho se independizando³⁵.

O estudo apaixonado da natureza humana do homem — faz parte da essência de toda literatura e de toda arte autêntica; daí que toda boa arte e toda boa literatura sejam humanistas, não só ao estudarem apaixonadamente o homem e a verdadeira essência da sua natureza humana, mas, também, por defenderem apaixonadamente a integridade humana do homem contra todas as tendências que a atacam, a envilecem e a adulteram. (Lukács, 1965, p. 21).

A agroecologia e suas objetivações também se colocam, na luta de classes, ao lado das classes produtoras, auspicando uma transformação dessa ordem desigual e desumana que ataca a vida. A partir desse raciocínio e do todo da pesquisa, tem se apresentado algumas questões. Uma delas pode ser descrita assim: Será que as câmeras são dignas de comparação com as máquinas de plantar dos camponeses que praticam a agroecologia? Na práxis agroecológica, como recentemente apresentamos, a arte está incluída. Só por essa constatação, poderíamos então, apresentar a BAEC, ou os sujeitos-territórios que a determinam e se realizam neste espaço. Objetivando-se em produções estéticas, como um espaço de uma práxis agroecológica, mesmo que isso “diga pouco sobre”, já que ainda não apresentamos a análise das obras deste coletivo. No entanto, até por a BAEC ter se apresentado como essas audiovisualidades crioulas e a própria agroecologia tenha a questão das sementes como central, aqui – também por essa crítica epistemológica à uma ciência que se afasta da natureza – as sementes e a luta dos camponeses por sua preservação hoje ameaçada pela transgenia dão sentido analíticoas palavras.

A estética da BAEC é o conjunto de obras e os debates em torno delas, assim como os processos de produção mediatizados por essas primeiras objetivações e pela relação com a produção de arte em geral. São então as variedades de sementes e seus genes, que, em produção orgânica desde o território, seguem em melhoramento genético, selecionado e fazendo trocas

³⁵ “A existência das formas abstratas de do chamado reflexo estético (como o ritmo a simetria e a proporção, o ornamento), por uma parte, e a mímese mágica, por outra, encarnam somente a possibilidade da essência, mas não são a própria essência. A existência se revela como essência somente na síntese da obra. O mundo da arte se independentiza e, nesta independentização, torna-se essencial” (Heller apud Frederico, 2013,p.116.)

genéticas entre experiências artísticas. Neste capítulo, além de apresentarmos o que é estética, nos deteremos em analisar quais são os genes destas sementes, quais são as características desse desenvolvimento estético.

Estética são as técnicas, práticas e reflexões sobre a práxis artística – sobre o seu fazer no mundo humano – assim como sua recepção, sua relação com o mundo objetivo que também é subjetivo dos demais humanos, sujeitos a essa totalidade artística. De certa maneira a estética nasce no momento em que nasce a arte. E esse estudo e seu fazer intencional, esteve presente no longo processo de desenvolvimento humano, sendo que a arte, como trabalho peculiar, foi também responsável pela própria humanização.

Nas sociedades tribais as funções da arte orientavam práticas e “estilos” artísticos ligados a seus caminhos de desenvolvimento. Como já apresentamos, caminhos não alienados do desenvolvimento da natureza, nossa totalidade. No entanto, é no mundo escravista grego que esse conceito aparece (uma vez que o que hoje chamamos “arte” se separa do conjunto da produção social como especialização) e este estudo ganha formas escritas. Mais tarde, na revolução burguesa, com o movimento iluminista resgata estas bases e a estética aparece novamente como uma disciplina da filosofia e uma necessidade no embate para construir o “novo mundo” sobre as bases burguesas.

Cada sociedade tem, em certo sentido, a arte que merece: a) na medida em que é aquela que favorece ou tolera; b) na medida em que os artistas, membros de tal sociedade, criam de acordo com o tipo particular de relações que mantêm com ela. Isso quer dizer que a arte e sociedade, longe de se acharem numa relação mútua de exterioridade ou indiferença, se buscam ou se rechaçam, se encontram ou se separam, mas jamais podem voltar completamente as costas uma para outra. (Vázquez 2011,p.107).

A palavra estética, no senso comum – até mesmo pela vulgarização desse conceito produzida pelos meios de comunicação e pela poluição visual do *marketing* dos milhares de “espaços estéticos” que “embelezam” as pessoas e as mercadorias –, é sinônimo de belo ou melhor dizendo, de “bonito”. Então, quando pensamos se uma arte tem qualidades estéticas louváveis é porque é bonita, porque agrada aos olhos, porque é agradável. Na verdade, esse reducionismo, já refere-se a uma definição política e histórica que carrega uma ética burguesa.

Na sua origem conceitual, na estética, a questão do belo expressava mais que isso. O belo é útil à sociedade. Aquilo que ajuda a sociedade em seu caminho de desenvolvimento. O que, se atentarmos ao exemplo que o sentido do senso

comum expressa, o belo da hegemonia burguesa é justamente essa vontade histórica de anestesiar os sentidos, deixar tudo palatável. No entanto, determinadas também pelas lutas de classes, as obras de arte na sociedade contemporânea não se resumem a obras para acalmar os corpos cansados.

O caminho de desenvolvimento está relacionado sempre a um tratado ético. Toda sociedade possui um tratado ético e é a partir dele que se propõem as funções da arte que são, por assim dizer, as raízes da estética nutrida pela ética. As funções determinam os estilos, ou, melhor, as “formas e os conteúdos”. Raízes das primeiras plantações desse desenvolvimento. E na medida da complexificação desse movimento dialético, essas obras e as técnicas e tecnologias envolvidas nesse fazer também se auto determinam.

Para nós, a estética é, portanto, nutrida pela ética – solo fértil ou doente –, por suas primeiras raízes, que são as funções da arte. Germinando em técnicas e tecnologias determinando estilos, variedades de plantas que podem se tornar “sementes-obras de arte”.

A ética dos povos da floresta é a ética da reprodução do grupo, da busca do equilíbrio dentro da natureza com a qual estão umbilicalmente ligados. A ética que existia na arte do movimento iluminista do século XIX, estava fortemente ligada às revoluções burguesas e à destruição do velho mundo feudal na Europa. Hoje a ética burguesa – guardadas as superações dialéticas destes próprios paradigmas, que acontecem também – são alinhadas à ética do próprio desenvolvimento do capitalismo e seus avanços infinitos. Hoje apontando para uma ética da sustentabilidade, para o capital, é claro, não para a natureza-humanidade. Esta ética da sustentabilidade do capital, conservadora e moderna, da sociedade neoliberal das cadeias flexíveis de acumulação, é, em última instância, quem rege as bases para a criação estética.

No entanto, mesmo que isso seja hegemônico, não significa que não existam resistências. Além do mais, todo território, por expressar relações de poder, também expressa uma ética e pode, e de certa maneira propõe, uma estética. A ética dos povos da floresta, de entendimento da natureza como nossa totalidade, assim como da ecologia dos pobres que enfrenta as forças do capital que atentam contra a vida, dá funções às obras de arte que os sujeitos podem produzir. Agora, a ética do agronegócio, por exemplo, e suas cadeias de exploração da natureza, de

compromisso com a morte, também dá funções a sua arte, mesmo que isso não esteja tão aparente no “agro é pop”.

As funções que iniciam o desenvolvimento da estética sempre referem-se também, assim como já aparece na ética – expressa no caminho de desenvolvimento –, a uma utopia. O professor Marildo Menegat, em recente ocasião, escreveu um artigo útil e atual para pensarmos a questão da utopia na arte. No texto *A arte de nadar para o reino da liberdade*, ele apresenta a arte como necessariamente uma atividade teleológica. “*A arte nos coloca um problema em relação ao mundo, sempre nos coloca um ‘podemos ser’*” (Menegat, 2015, p.33). Esse “podemos ser”, esse devir contido na obra, é sempre um horizonte que pode ser novo ou o velho travestido de novo. Na atualidade esse novo – diante das catastróficas crises econômicas, sociais, ambientais e mesmo éticas da sociedade contemporânea – se apresenta como uma inadiável necessidade que transcende à própria arte, mas também reflete nela, mesmo que a hegemonia discorde disso.

Cada ética tem um reino da liberdade. O desenvolvimento da própria arte tem colocado a questão da utopia como central nas obras de arte, e esse “poder ser” sempre esteve em disputas no movimento conflitivo e contraditório das classes sociais no espaço tempo. A ética que baliza as construções artísticas dos povos da floresta, ou a dos camponeses que lutam contra o avanço do capitalismo no campo; em comparação com a ética dos proprietários de terras e acionistas da bolsa de valores do agronegócio é, no mínimo, destoante.

No entanto, no seio das produções artísticas na própria crítica interna das criações, mesmo economicamente determinadas por esse segundo grupo, podem aparecer elementos estéticos ligados ao primeiro grupo, justamente por essa aproximação ontológica de arte e humanidade que a pesquisa e a produção artística propicia. Isso não é raro, é da peculiaridade do objeto artístico, um objeto – por não existir de forma alienada como o trabalho assalariado – remonta às primeiras condições da humanização e por vezes pode até contrariar os interesses de classe de seus produtores. Um exemplo está na literatura Honoré Balzac um monarquista que demonstrava a decadência da nobreza, mas outro pode estar nas próprias telenovelas da Rede Globo de Televisão no Brasil, que por vezes, até porque a obra só se completa na subjetividade do espectador, nutre sonhos de liberdade da classe dos não proprietários.

Todavia, na atualidade do “desenvolvimento” estético da sociedade capitalista contemporânea, que é descrita por muitos como pós-moderna, e pela lógica do capitalismo tardio, é mais totalitária do que no século XX. Mark Fisher (2009), na obra “Realismo capitalista”, alerta: “é mais fácil pensarmos no fim do mundo do que no fim do capitalismo.” Com um raciocínio que se parece um pouco com “A nova razão do mundo”, apresentando como a lógica neoliberal adoece a sociedade pela asfixia da esperança, o autor afirma:

[...] O realismo capitalista, resumindo brevemente, pode ser visto tanto como uma crença como uma atitude. É uma crença que o capitalismo seja o único sistema político ou econômico viável, e uma simples reafirmação da antiga máxima thatcherista: “Não há alternativa”.

Não se tratava necessariamente da ideia de que o capitalismo é um sistema particularmente bom: se tratava de persuadir as pessoas a acreditarem que ele é o único sistema viável e a construção de uma alternativa é impossível. O descontentamento ser praticamente universal não muda o fato de que não parece haver alternativa viável ao capitalismo. Não muda a crença de que o capitalismo ainda possui todas as cartas na mesa e que não há nada que possamos fazer sobre isso. (Fisher, 2021, s/p).

Hoje dada essa lógica dominante e totalitária da ditadura do capital, as obras de arte e, no caso, toda a crítica e elaboração estética não conseguem apontar como perspectiva artística nada além do mesmo. Mesmo que as obras se completem na subjetividade do espectador, na verdade depois de 1968, segundo nosso autor, com o fim das experiências utópicas do socialismo e da própria guerra fria que coloca a “democracia” capitalista como a triunfante vencedora, assim como a reestruturação capitalista neoliberal, as utopias estão em extinção.

Na verdade, na obra de Lukács, na que encontramos essa noção de estética que é positiva, ou seja, na qual existe a crença de que as obras de arte podem contribuir para a transformação revolucionária do real, mesmo a despeito das vontades dos produtores, isso também começa a aparecer. Esse mesmo autor, observando o desenvolvimento estético da sociedade capitalista, aponta uma decadência ideológica, que para ele, depois de 1848³⁶, a partir da “Primavera dos Povos”, acontece com a produção de arte na sociedade. Para nós, assim como para

³⁶ Antes de 1848, Guizot é um daqueles notáveis historiadores franceses, que descobriram a função da luta de classes na história das origens da sociedade burguesa. Após 1848, Guizot pretende demonstrar a todo custo que a manutenção da monarquia de Luís Felipe, estabelecida com a revolução de julho de 1830, é um imperativo da razão da história e que 1848 foi nada mais que um grande equívoco. (Lukács, 2010, p.52-53, grifos meus)

Fisher (2021), essa decadência ideológica tem um segundo ponto de inflexão, que é justamente 1968 e sua consolidação através da ideologia neoliberal.

[...] a nova fase de acumulação capitalista assim como elucida Harvey, (1992) se relaciona em determinação com a produção material e imaterial no mundo burguês. Colocando a nova máquina de produção destes produtos na centralidade das relações de produção. Essa nova fase é também para nós, se juntando a análise de Queiroz (2017), abre um novo momento histórico na produção cultural, momento análogo ao fenômeno da decadência ideológica analisado por Lukács. 1968 está para nós, como 1848 esteve para o esteta húngaro supracitado. (Jesus,A.O. 2017,p.72).

Então, mesmo que as obras consigam apresentar uma análise complexa do real, as perspectivas contidas nas obras nunca dão conta de superar o capitalismo. Mesmo que consigamos criticar o real, não há alternativa a ele. Isso é muito fácil de ser observado quando miramos para a produção cinematográfica. Recentemente o filme *Não Olhe para Cima* (2021) é um exemplo. Mesmo apresentando a decadência da sociedade capitalista e sua lógica de acumulação, a perspectiva da obra, parafraseando Fisher (2009), consegue imaginar a catástrofe do fim do mundo e não a superação dessa ordem perversa. É claro que essas perspectivas conservadoras referem-se mais ao real do que à produção ideal das obras, mas são também determinadas pela produção cultural hegemônica, que mesmo superando lógicas estéticas burguesas, como a negação do real ou o “embelezamento apenas”, voltam a afirmar estéticas burguesas, desse sistema que agora parece sem saída.

É neste contexto totalitário, da ditadura do capital, que o MST e a BAEC existem e resistem. Apenas essa existência e as perspectivas que as obras apresentam, que superam essa lógica decadente, por si só são desenvolvimentos estéticos louváveis que já podem ser afirmados. No entanto, embrionárias e não isoladas desse contexto mais geral, essas obras e práxis artísticas merecem uma análise mais atenta.

4.2. Estética da BAEC

No entanto, nosso objetivo aqui, agora posto esse entendimento do desenvolvimento estético, é nos aproximar de uma análise estética da BAEC e por ela e para ela, da práxis audiovisual do Movimento. Chegar então a analisar obras exemplares da brigada que são expressão estética do território. Então, ademais do diálogo que já se iniciou com estetas como Adorno e Lukács, os debates-síntese já apresentados no interior do Movimento também aparecem como imprescindíveis, já

que dizem respeito justamente a isso, a esse caminho dos Sem Terra na produção estética audiovisual.

Sendo assim iniciamos a partir da análise da recente publicação da *Cartilha Audiovisual* (2023) assinada pela BAEC e do livro *Lutar Sempre: Estudos sobre audiovisual e a construção da realidade* (2009), assinado pela Brigada de audiovisual da Via Campesina (BAVC). O faremos em diálogo com autores como Raul Zibechi (2022) e Felipe Canova Gonçalves (2019) que ajudam na discussão do tema, assim como, pela vivência no processo de produção da Brigada durante a feira, concluímos, tentando sistematizar as características gerais, genes crioulos, deste processo de desenvolvimento estético.

Em primeiro lugar, analisaremos algumas das funções que o MST dá a essa linguagem artística. Trata-se então, de encontrar as raízes propulsoras da estética dos Sem Terras. Raízes postas em um solo ético que essa análise também se propõe entender. Ainda aqui, neste raciocínio, observamos a formação de algumas plantas e suas variedades (obras e estilos) que podem também se apresentar como sementes, a depender de suas capacidades de germinação e de geração do novo, de apresentar o “reino da liberdade” proposto por esses sujeitos. Se quisermos nos aproximar mais da linguagem da pesquisa, são sementes, então, de uma práxis agroecológica, expressão estética do Movimento no território e talvez expressões de uma estética da agroecologia.

O livro *Lutar Sempre: Estudos sobre audiovisual e a construção da realidade* (2009) que é organizado pela Brigada de audiovisual da Via Campesina é resultado das reflexões estéticas no interior dos movimentos da Via – em especial o MST – assim como da relação com o Estado, determinada pelos pontos de cultura, que permitiram uma apropriação de meios de produção audiovisual, contribuindo então para uma práxis audiovisual. Dando pistas das funções do audiovisual no MST no início das produções internas, Felipe Canova Gonçalves (2019) descreve assim esse momento histórico de surgimento da Brigada da Via:

Surgida de um curso interno de formação de militantes do Coletivo de Cultura e do Setor de Comunicação do MST em 2007, o passo inicial para a formação da brigada como um coletivo de realização audiovisual foi um processo de análise fílmica de obras construídas sobre, para e com os movimentos, buscando entender o papel da forma e sua relação com o conteúdo na expressão do conteúdo audiovisual. Com a viabilidade do acesso aos meios de produção, apoiada pelos Pontos de Cultura, política pública de cultura iniciada no primeiro governo Lula (2003-2006), o passo seguinte consistiu em uma apropriação coletiva da técnica como apontam Gomes et al.: —o desafio era construir não só uma linguagem, mas uma

prática audiovisual que, partindo de um ponto de vista dialético do mundo, fosse condizente com as propostas de transformação social das nossas organizaçõesll (2015, p. 182). (Gonçalves, 2019, p. 97).

A obra é síntese desse período e reúne as ideias no entorno da elaboração estética audiovisual no Movimento. Nas suas 303 páginas, se prestarmos atenção, apresenta a análise síntese da práxis da BAVC e dos debates e análises a partir dos audiovisuais contemporâneos e de experiências entre parceiros. Segundo a apresentação, a obra *“primeiro, socializa o acúmulo da própria Brigada, na reflexão teórica e na análise filmica (capítulos 1 e 2); e depois, no acúmulo apropriado nas parcerias que caminharam conosco na técnica (capítulo 3) e pelas experiências e reflexões históricas da classe trabalhadora (capítulo 4)”* (BAVC, 2009, p. 9). Para elucidar melhor o conteúdo da obra, apresentamos seu sumário:

Apresentação; **Capítulo 1:** Audiovisual e Transformação Social - A Experiência da Brigada de Audiovisual da Via Campesina (BAVC); Democratização Proletkult (Thalles Gomes); Audiovisual e Agitprop - possibilidades de intervenção (Brigada de Audiovisual da Via Campesina); Sobre a distribuição - Uma pequena introdução ao problema (Brigada de Audiovisual da Via Campesina)

Capítulo 2: “Brava Gente” ou Como vender margarina e Reforma Agrária (sem falar em luta e em latifúndio) (Miguel Enrique Stédile); O cinema como força de ativação: “Cabra marcado para morrer” e o legado de nossa tragédia (Rafael Litvin Villas Bôas); “Só a cultura salva”: o drama e os valores hegemônicos em Favela Rising (Sílvia Alvarez); Falar de mim é fácil, difícil é ser eu (Felipe Canova, Sílvia Alvarez e Thalles Gomes)

Capítulo 3: E agora, o que é que eu faço? (Brigada de Audiovisual da Via Campesina); Manual do Produtor Integral Conselhos para entrevista, reportagem e documentário (ViVe TV – Escuela Popular y Latinoamericana de Cine); Ser ou não ser dramático (Leandro Saraiva); Teoria e prática de uma televisão socialista (ViVe TV – Escuela Popular y Latinoamericana de Cine)

Capítulo 4: Juramento (Fernando Birri); Cinema e Revolução (Leandro Saraiva); O imprevisível futuro de Medvedkin (Edgardo Cozarinsky); Por um cinema imperfeito (Julio García Espinosa); O espectador contemplativo e o espectador ativo (Tomás Gutiérrez Aléa); A estética da fome (Glauber Rocha); A Batalha do Chile (Patricio Guzmán); Transformações no vídeo popular (Henrique Luiz Pereira Oliveira)

Capítulo 5: Jorge Sanjinés e o Cinema Boliviano Revolucionário (Depoimento concedido à ViVe TV – Venezuela); A prática do documentário (Depoimento de Eduardo Coutinho); Provocador Onírico (Entrevista com José Carlos Avellar); Uma televisão socialista (Depoimento de Thierry Deronne)

Anexos: Filmografia na área de agitação e propaganda; Escala de planos. (Bavc, 2009, p. 5,6 e 7).

Já a cartilha da BAEC, publicada em 2023, produzida por militantes orgânicos da Brigada com um caráter interno e de ampliação da Brigada para os estados, reúne a síntese destes militantes, sobre a práxis audiovisual no Movimento, assim como dá segmentos a debates iniciados pela BAVC e suas funções que para nós sofrendo transformações principalmente na mudança dedicada antes para vídeos

documentais, para vídeos curtos para as redes, assim como experimentações ficcionais.

SUMÁRIO:

Apresentação	8
Panfleto, artigo e livro: sobre o conjuntural e o estrutural	10
AUDIOVISUAL E A LUTA PELA TERRA	
Reforma Agrária Popular e o Audiovisual	18
Representação camponesa no cinema brasileiro	26
AUDIOVISUAL E O MOVIMENTO SEM TERRA	
Histórico do Audiovisual no MST	44
Sobre a identidade BAEC	68
Estética e organicidade na Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho . . .	72
A memória Sem Terra: sobre as imagens do MST	80
Desafios do audiovisual no MST	87
Bibliografia	92.

(Baec, 2022 p. 3).

Há, então, na elaboração da BAVC, mais funções clássicas da arte em diálogo com o cinema documental. Construir uma prática audiovisual – a partir de documentários – condizente com a necessidade das organizações da Via de superar a ordem vigente. Enquanto na BAEC, em relação direta com a estratégia do Setor de Comunicação, a função da batalha de ideias, ocupando também as redes digitais, mesmo que os filmes de caráter cinematográfico e ainda documental sigam aparecendo, ganha centralidade. Na BAEC, mesmo que o “reino da liberdade” seja o mesmo, a relação com as redes dá novas funções determinadas pela lógica da própria internet. Logo, a experiência e os debates estéticos, mesmo que apareçam também como complementares e tenham determinação entre si, são também peculiares.

É comum ler nas elaborações da BAEC que a estética da brigada está em aberto, o que é verdadeiro e importante, mas não significa que já não exista uma estética. Uma estética não se propõe, o que se propõe são alterações de padrões estéticos que na relação com a práxis artística se modificam produzindo sempre uma nova estética. De certa maneira, a pesquisa tem nos mostrado que embora não possamos afirmar uma estética da agroecologia, uma estética Sem Terra nas produções audiovisuais – dadas as produções destes sujeitos e suas elaborações teóricas sobre esse fazer – já existe.

A transgenia, que de forma sintética altera os genes das plantas em laboratórios com objetivos autoritários, como o “aumento da produtividade” e “facilitando” a vida do agricultor, garantindo resistência da planta a produtos tóxicos,

altera ou extermina a biodiversidade, novamente ameaçando a vida deste todo. Ela é símbolo desse tempo-espaço onde a dominação da natureza nos coloca em suicida rota de colisão.³⁷ Todavia isso não é novo, a monocultura, por exemplo, na primeira revolução agrícola, já carrega essa lógica autoritária e traz consigo consequências nocivas à vida. No entanto, o melhoramento genético, feito no tempo da natureza, através do cruzamento de espécies, já pelos povos das florestas, garantiu o aumento da produtividade e a riqueza das sementes existentes hoje, e é anterior a essa lógica perversa.

Talvez, na produção estética esse sentido de dominação da natureza que altera o sentido de “desenvolvimento”, dado que no século XIX ou mesmo XX – alterando a ética – não considerando a natureza, também possa ser comparado. Quando, em espaços onde o desenvolvimento é orientado por essa lógica holística da totalidade natureza, temos esse melhoramento genético em apoio mútuo, nos aproximando novamente da práxis camponesa e sobretudo da práxis da agroecologia. A BAEC é, como já afirmamos, resultado de outras práxis audiovisuais, desde aí já tem características genéticas que foram cuidadosamente cultivadas, mesmo que, dada as condições de contaminação, podem carregar genes transgênicos.

A análise das obras – tanto as publicações e debates, assim como as próprias produções audiovisuais – também possibilita perceber esse genes comuns das Brigadas. Ou seja, os debates que se originaram nas práticas audiovisuais, e que ainda permanecem. Debates que têm aparecido como acúmulos de uma estética do Movimento. A partir deles podemos iniciar uma análise de alguns princípios, sementes crioulas da BAEC, características desse desenvolvimento estético.

O primeiro princípio que, que é parte da concepção estética, já está expresso na função da arte. Mesmo que existam subfunções que também podem ser percebidas já ao analisarmos as relações dos Sem Terras com o audiovisual. Contribuir para expressar a visão de mundo dialética e seus projetos políticos, como já apresentamos, pode ser a totalidade. Mas a segurança, a memória, a denúncia, e a propaganda – também definida como agitação e propaganda – são partes dessa função principal do audiovisual do MST.

³⁷ Ver também: *Não Olhe para Cima* (2021) • Comédia/Ficção científica • 2h 25m.

A partir de aí, ao analisar os textos das obras, pode-se observar também mais princípios resultantes desse desenvolvimento estético. A apropriação e socialização dos meios de produção de audiovisual – que também pode ser considerada como um princípio – é apenas um ponto de partida que tem a análise da dialética da forma e conteúdo, como um pressuposto. Logo a análise das relações dialéticas da forma e conteúdo são o segundo princípio que baliza as primeiras objetivações estéticas. Entendendo que não bastava mudar o conteúdo, havia de também mudar a forma, já que há uma interdeterminação das duas esferas existentes na atividade artística, é que os Sem Terras iniciam seu desenvolvimento estético. Ademais, a falta de articulação dialética entre essas esferas poderia então anular as capacidades formativas e disparadoras de processos organizativos que os objetivos almejavam. Desde aí e buscando desvelar o movimento complexo do real para a sua superação, ou seja, desde a ética dos camponeses Sem Terra, até a perspectiva da superação da ordem do capital, as obras de arte e reflexões seguem em desenvolvimento estético. Assim como também sugere Gonçalves (2019)

Essa demanda assumida de criar contrapontos ao domínio da forma dramática no teatro e no audiovisual, enfrentando a quase onipresença de uma narrativa calcada numa ilusão de realidade não distanciada tanto na ficção como no documentário, colocou o problema da mediação entre a forma social e a forma estética no MST. A ênfase, portanto está no *“elemento de síntese que faz com que a estrutura do processo social possa estar contida de forma transfigurada na forma artística. O que está em jogo é a progressiva possibilidade de rompimento com os padrões hegemônicos de representação da realidade”* (Villas Bôas, 2014, p. 12 apud Gonçalves, 2019, p. 98).

Esse desenvolvimento estético, por sua vez, gera outros princípios: a negação da lógica de registro com caráter institucional a partir de falas de “especialistas³⁸”, assim como de toda a lógica do *marketing* e do melodrama burguês; a problematização e não naturalização da pobreza; a fuga da catarse do *happy end*; a insistência em sempre apresentar as contradições, inclusive as internas; os filmes como gatilhos não como obras encerradas em si mesmas; e a proposição de personagens coletivos, partindo já do processo de produção que nega a divisão do trabalho artístico característica do cinema, são exemplos..

³⁸ “Os estudos realizados pelas brigadas de audiovisual do MST levaram os membros do coletivo à percepção de que, na relação entre forma e conteúdo, duas formas de representação da luta camponesa eram frequentes nos filmes construídos para e com os movimentos: o registro linear e restrito ao contexto das lutas sociais e a supervalorização do discurso especializado, o que reduzia a força dos Sem Terra enquanto sujeito coletivo. Por outro lado, entendendo o audiovisual feito internamente como gatilho para a formação política dos trabalhadores [...]” (Gonçalves, 2019, p. 97)

Esses princípios característicos das produções dos Sem Terras, aparecem como acúmulos desse desenvolvimento estético. A apropriação e socialização dos meios de produção pelos trabalhadores, que como se apresenta na própria cartilha da BAVC, desde o CPC com Eduardo Coutinho no *Cabra Marcado pra Morrer*, que haviam sido paralisados pela ditadura, é retomada, então, tanto pela aproximação com organizações internacionais, e principalmente no período histórico de consolidação da BAVC com as parcerias com o Estado, ao exemplo dos Pontos de Cultura. A mais valia social é então utilizada para a compra de equipamentos e para a produção das obras, garantindo a existência dessa práxis audiovisual. Ao mesmo tempo que isso pode ser aceitável, já que o Estado financia em muito a produção da indústria cultural e que ela existe a partir da apropriação da riqueza produzida pelo trabalho, isso cria também uma dependência destes recursos, materializando-se em uma parcial autonomia, como bem define Raul Zibechi.

Após mais de uma década construindo organizações com base nessas políticas, o consenso instaurado continua a falar de autonomia (aliás, para uma parcela reduzida dos movimentos), mesmo que não se questione o fato de receber fundos dos governos. Essa contradição evidente foi abordada com a já mencionada separação dos conceitos de autonomia e autogestão/autogoverno. Não são autônomos, embora desejem sê-lo, mas podem, apesar disso, governar cada espaço segundo seus desejos ou projetos políticos. Sem ser autônomos, podem dizer que fazem autogestão. (Zibechi, 2022, p. 118).

Na verdade, esses princípios, são a elaboração ideal que se apresenta desde e para uma práxis audiovisual, portanto são verificáveis, ou não, nas obras. Por exemplo, uma dos princípios característicos é a ideia de sempre apresentar a contradição. A contradição da dependência do Estado que esse processo também representa, e sua análise ou não no interno das obras, já podem servir para analisarmos se isso se realiza na estética que é expressa pelas obras audiovisuais.

A tentativa de não “individualizar a luta”, de criar personagens coletivos³⁹, assim como de superar a divisão do trabalho na produção audiovisual, está diretamente relacionada com essa crítica inicial em fuga do melodrama que se expressa no culto ao indivíduo que a arte burguesa inaugura.

Mesmo que, antes disso, os militantes que iniciam a prática audiovisual da BAVC também criticam a própria produção militante, sobre a negação da lógica

³⁹ “Essa busca desesperada pela identificação entre espectador personagem e a supremacia da subjetividade do indivíduo precisava ser problematizada nas nossas produções audiovisuais. Ao invés da identificação cega, um distanciamento e estranhamento necessários à compreensão e reflexão. Contra a supremacia do indivíduo, a construção de um sujeito coletivo como protagonista.” (Bavc, 2009, p. 18.)

institucional e de registro afirmam: “*reconhecemos e trabalhamos para ir além dos limites apontados nas lógicas do registro e da supervalorização do discurso especializado. Ambos dificultam que a obra se torne um instrumento de formação e politização da luta da classe trabalhadora*” (Bavc, 2009, p. 17).

Da mesma maneira, em crítica à produção artística hegemônica ou mesmo à produção militante, assim como na análise das próprias obras e processos de produção artística, afirma também, como verificou o professor Leonardo Gonçalves da Silva (2023), a negação do *happy end*. Afirmando sempre a necessidade de apontar a contradição, de não negar o movimento dialético da história. No filme *Lutar sempre! - 5º Congresso Nacional do MST (2007)*, isso já aparece como uma realização.

Na edição do “Lutar Sempre! - 5º Congresso Nacional do MST” buscamos um encadeamento de temas que ressaltasse o conflito permanente entre nosso projeto de sociedade e o modelo atual imposto pelo capitalismo. Se em algum momento nossa propaganda das conquistas da reforma agrária dava a entender uma vitória frente ao latifúndio, o bloco seguinte nos lembrava que o inimigo agora não é mais o fazendeiro bota suja, mas o agronegócio aliado às empresas multinacionais. E frente a esse inimigo, é preciso criar novas formas de combate. Do contrário, padeceremos. Não há aí nenhum final feliz. Há apenas o desafio e convocação a “jamais esmorecer e lutar sempre!”. (Bavc, 2009, p. 21).

Neste mesmo bojo, a problematização e a desnaturalização da pobreza⁴⁰ aparece. A Brigada queria mostrar mais que a pobreza, queria apontar futuros, possibilidades de organização e de superação da ordem. Desde o entendimento de que o vídeo, em si, não resolve os problemas do mundo, as obras, ao menos algumas delas, tanto na BAVC quanto na BAEC, aparecem como gatilhos, como disparadoras do debate. Obras que se realizam na relação com a organicidade do Movimento, também dando vida ao território, umbilicalmente ligados à intervenção político-organizativa dos militantes em seus territórios. Algumas obras que claramente têm essa função, são: *Sô isso não dona*, *LGBT Sem Terra*, *Lutar Construir Reforma Agrária Popular* e ainda o vídeo de preparação e debate para o VI congresso, assim como o próprio *Lutar Sempre!*, vídeo do congresso que depois

⁴⁰ “Assim, é importante que a produção audiovisual dos movimentos sociais busque esse avanço, pois entendemos que para construir esse instrumento formativo é necessária uma produção audiovisual que aprofunde e problematize a realidade sem desvincular-se dela; que supere a simples constatação em imagens e sons da pobreza, miséria e violência – sem oferecer qualquer possibilidade de modificá-las. Ao contrário, que explicita uma imagem da realidade passível de transformação, que vá além do cotidiano visível e possa provocar uma tomada de consciência no espectador.” (Bavc, 2009, p. 17.)

é utilizado em debates nos assentamentos e acampamentos, aproximando mais ainda as bases do entendimento histórico do período.

Os debates em torno de obras de parceiros, assim como as próprias produções audiovisuais do Movimento tem propiciado a compreensão da impossibilidade da imparcialidade na elaboração estética. Logo percebe-se também que quem não tem lado, sempre corrobora com o lado mais forte, além do mais os vídeos, já nas funções dadas a eles carregam essa parcialidade de classe, necessidade de expressar criticamente o real para transformá-lo. Então, a negação da ideia da imparcialidade aparece como um imperativo prático:

Para tanto, foi preciso negar a busca por uma pretensa imparcialidade – este dogma sagrado que habita a mente de boa parte dos cineastas e documentaristas. Não somos, não podemos e não queremos ser imparciais. Afinal, como militantes de movimentos sociais, nossa produção audiovisual é orientada em função do que for útil aos trabalhadores e trabalhadoras no seu processo de lutas. (Bavc, 2009, p. 20).

Ademais, mesmo que isso não apareça como um princípio nas elaborações, é visível nos vídeos o diálogo com a mística. Recentemente caracterizada como um teatro épico do MST, quase a totalidade dos Sem Terras, já pensou e ou participou de alguma maneira nas místicas que acontecem em todos os encontros e espaços de formação do Movimento. É na mística, que esses sujeitos têm o maior espaço de educação artística. As formas da mística também podem então reaparecer em outras elaborações estéticas.

Na cartilha da BAEC que grita o desafio da ampliação da Brigada, mesmo que tenha ali elementos da líquida realidade e que tenhamos que avaliar esse lugar dos vídeos para as redes, esses genes, seguem aparecendo e estão para nós como bases dessa construção estética. Ou seja, mesmo que agora pela demanda da relação com as redes digitais e pela própria imersão da realidade contemporânea neoliberal os vídeos da Brigada também tenham ganhado formas desde esses meios, ainda permanece a função, assim como os princípios anteriores e essa nova realidade.

Em oposição ao marketing, à linguagem comercial, publicitária, alienada e burguesa, há a possibilidade de uma formulação na linguagem audiovisual, uma estética nova, que agregue elementos históricos desenvolvidos pela classe trabalhadora, considerando os avanços e limites já sistematizados. Desse modo, a BAEC passou a buscar quais seriam os elementos que formariam esta estética. A coletivização de todos os momentos da produção e a negação ao “puro” e alienado tecnicismo – alinhando o elemento técnico ao político –, a valorização da participação de todas/os evitando a centralização e/ou personalismo, a partir da organização social e luta

concreta e o aperfeiçoamento do trabalho, a profissionalização do coletivo, são bases que dialogam nesta nova estética. (Baec, 2022, p. 74).

É através desses debates e da nova realidade em que as redes e as audiovisuais se conectam, em diálogo com as ações do Movimento que a BAEC existe. Como já afirmamos, um espaço relacional determinado pelos territórios de resistência do MST.

Por fim, recentemente a participação na 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária (2023), assim como as entrevistas com os brigadistas, nos aproximam da materialização dos processos de produção da BAEC. Sobre isso, ao menos alguns comentários parecem pertinentes.

A participação nas reuniões de planejamentos e roteiros, da pré-feira e da equipe de trabalho durante ela foi uma rica experiência que remonta às dimensões espaciais da Brigada. Para a construção monumental que é a Feira, milhares de militantes distribuídos em equipes de trabalho estiveram contribuindo, territorializando-se através da organização.

A imersão nessa atividade onde o MST pulsa, reivindicando toda a força e a criatividade do povo brasileiro, deixa marcas nessa pesquisa. Filmar esse espaço que se materializa em diversidade e solidariedade entre seres e com a natureza, tem, mais uma vez, realocado os caminhos da pesquisa. Ademais, ao menos 31 vídeos são produzidos pela Brigada durante o evento, e a intensidade do processo de produção e a organização para o trabalho que minhas anotações diárias registraram é comparável em grandiosidade ao próprio Movimento. Ademais, como consegue apresentar verdadeiramente em claros logros estéticos, o próprio vídeo das feiras, que será analisado, é um riquíssimo espaço de diálogo com a sociedade.

Chegando no segundo dia fui inserido na organicidade, e na equipe fiquei responsável pelas imagens para o vídeo síntese da feira. Organizados a partir de reuniões de equipe, coordenações do dia e coordenações das equipes, que se re-adequavam a depender da avaliação do dia seguinte e das demandas do Setor de Comunicação. A BAEC, ao lado da equipe de fotografia, redes e texto jornalístico, se desdobrava em tarefas.

Ali foi possível perceber, que os pré-roteiros para vídeos específicos, sempre tentavam aproveitar das experiências anteriores, em especial as realizadas na feira. No entanto, a ligação com o cinema brasileiro também aparece. Por exemplo,

em referência a *Cidade de Deus* (2002), as galinhas que já estavam no parque antes da chegada dos Sem Terras, foram também buscadas pelas câmeras.

Utilizando-se de uma metodologia que nasce da organicidade do Setor de Comunicação, os “porta vozes” ajudam bastante para a realização de vídeos que alcancem a síntese buscada. Orientados pela Brigada, tentam dar conta dessa síntese que é uma das funções e possibilidades estéticas da elaboração audiovisual.

Por outro lado, a função de diálogo com a sociedade e necessidade da “popularização da feira” deixa pouco espaço para o desenvolvimento estético de pretensões cinematográficas. Os vídeos curtos são a predominância em um diálogo claro com formas presentes nas redes digitais. No entanto, servem como espaços de práxis audiovisuais que estão no Movimento, determinadas por esses sujeitos em Movimento e por seus tempos-espacos.

De modo geral, nesse novo tempo espaço amplo que já apresentamos, na disputa com o agronegócio e com as expressões da sociedade neoliberal é que a BAEC existe, e dialeticamente observando para a própria elaboração, pode auspicar uma estética própria e talvez uma estética da práxis agroecológica.

4.3. As obras

A partir de agora analisamos três obras da Brigada: *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular* (2014); *Ocupar, Resistir e Produzir, as feiras do MST* (2018) e *LGBT Sem Terra: Amor faz a revolução* (2020).

A análise das obras tem como farol as elaborações da própria práxis audiovisual do Movimento e desde já, tem demonstrado que elas são também reflexo dialético de seu tempo, assim como das dinâmicas da organicidade se territorializando na atualidade das lutas de classes.

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular (2014) é o primeiro audiovisual da BAEC produzido durante o VI congresso nacional do MST. É o vídeo que comunica o que foi o congresso e o que é o MST, ao mesmo tempo que reflete as análises do movimento sobre a conjuntura e o projeto de Reforma Agrária Popular.

A segunda obra, *Ocupar, Resistir e Produzir, as feiras do MST* (2018), que é produzida em parceria com o Setor de Produção, tem como tema central as feiras que se inserem dentro do projeto de Reforma Agrária Popular. A partir de imagens

das diversas feiras estaduais e nacionais do Movimento, que se inserem nesse novo contexto de construção, a BAEC realiza um curta metragem que sintetiza esse novo tempo-espaço onde a estratégia das feiras para a relação com a sociedade se amplia.

Já a terceira obra, *LGBT Sem Terra: Amor faz a revolução (2020)*, é produzida pela BAEC em parceria com o Coletivo LGBT Sem Terra, e sintetiza o debate sobre a diversidade sexual dentro do Movimento. De forma didática, utilizando-se de entrevistas com sujeitos da diversidade dentro do movimento e alguns parceiros, assim como de poesias e músicas interpretadas pelo Coletivo, o vídeo é um material que permite introduzir esse tema em mais espaços de discussão dentro da organização. Com um diálogo com a mística e com os materiais de debates produzidos pelo MST, esse audiovisual é também uma marca da ampliação dos temas determinados pela BAEC.

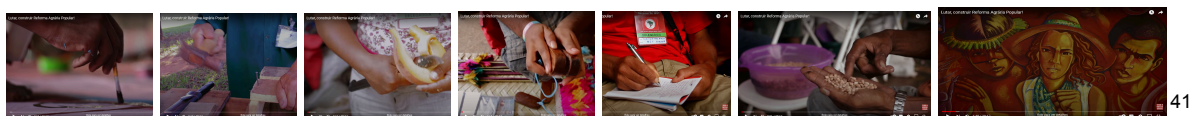
Na primeira proposição pretendíamos analisar apenas as duas obras primeiramente apresentadas – *Lutar, construir reforma agrária popular e Ocupar resistir e produzir: as feiras do MST (2018)*. No entanto, a pesquisa demonstrou que esses audiovisuais não são comparáveis. É preciso ter claro a importância que o MST dá ao congresso como um espaço de síntese coletiva. Logo, a obra que inaugura a BAEC é mais ampla no sentido de entender o que é o MST. A segunda, assim como a terceira, se referem a uma parte da organização, respectivamente as feiras e o debate sobre diversidade sexual no Movimento. Mais pequenos que o primeiro, sobre outro contexto e em um processo de produção também diferente.

No entanto, guardadas essas limitações, na forma e, é claro, no conteúdo, a partir da análise das obras, é possível encontrar relações dialéticas com essa mudança do espaço BAEC, abrindo um diálogo importante para o entendimento desse desenvolvimento. E, já que a elaboração estética sempre está em movimento no tempo-espaço, é também possível perceber então e dimensionar aspectos dessa espacialidade em Movimento, uma espacialidade que se territorializa refletindo então no desenvolvimento estético.

4.3.1. *Lutar Construir Reforma Agrária Popular*

Para nós a obra supracitada está dividida ao menos em 5 partes: Do minuto 00:00 até 2:00 temos a “(1.) *introdução*”. Ali pela organicidade apresenta-se o evento

e o Movimento. Ou seja, nas equipes, nos núcleos de discussão e construção da atividade e na própria organização, esse símbolo da organicidade está expresso, mesmo que se realize apenas na totalidade da obra. Na sequência, do minuto 2:01, até o 13:13, temos uma: “(2.) *análise de conjuntura – em articulação dialética – à apresentação do novo caráter da proposta de Reforma Agrária do MST*”. Do minuto 13:14 até 17:42 apresenta-se alguns “(3.) *sujeitos principais desta construção coletiva*” proposta pelo Movimento. Do minuto 17:43 até 22:19, a “(4.) *Luta internacional e nacional*”, aparece como esse princípio primordial do MST. Por fim, do minuto 22:20 até 29:17 temos uma “(5.) *conclusão síntese*”. Desde apresentar o objetivo estratégico do MST de construir a Reforma Agrária Popular, desde a identidade Sem Terra e de sua organicidade acontece um encerramento, que não encerra o vídeo, já que, ao final, a partir de imagens de ocupações e ações do MST que aconteceram depois do congresso, esse sentido de continuidade dessa construção ganha relevo.



41

Na primeira parte do audiovisual, que chamamos de “introdução”, como os quadros sugerem – colocando a arte, o trabalho e o estudo como objetivações irmãs – já em crítica à elitização da arte, apresenta o personagem principal e coadjuvante, os Sem Terras e o Movimento, essa totalidade coletiva que é também autora da obra. Apresentando a organização e introduzindo signos da organicidade, os quadros mostram o ensaio da batucada, a construção das barracas, a preparação dos materiais, a construção da ornamentação, isso tudo apresentado pela Rádio Brasil em Movimento⁴². Um sujeito coletivo apresentando o coletivo MST, essa totalidade que tem a sua materialização – inclusive territorializando-se – na organização e na organicidade. O trecho que termina com o grito que ecoa da plenária na voz de 15 mil Sem Terras⁴³, abre e dá nome ao primeiro audiovisual da BAEC: *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular* (idem: 2:05).

⁴¹ Frames do vídeo *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular* (2014)

⁴² Rádio construída durante o congresso

⁴³ 15 mil trabalhadores e trabalhadoras de 23 estados brasileiros, além de 250 convidados internacionais e organizações do campo popular, participaram do dia 10 a 14 de fevereiro de 2014, do VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, em Brasília.

Na segunda parte, *“análise de conjuntura – em articulação dialética – à apresentação do novo caráter da proposta de Reforma Agrária do MST”*, Diego, da direção nacional do MST pelo Paraná, já em seu discurso, durante a mística, apresentando a mudança conjuntural no campo e a centralidade do enfrentamento com o agronegócio, declara aberto o 6º congresso do Movimento. Neste mesmo sentido, os próximos quadros, em diálogo – em colagem –, com o painel produzido pela Brigada Portinari, e na própria pintura, apresenta-se então o protagonismo do capital chinês em articulação com as multinacionais do agronegócio, que juntos rasgam a constituição. Nas próximas imagens, mas principalmente sons, as falas das mesas e as místicas seguem apresentando esse novo tempo-espço, em que a lógica perversa do agronegócio atenta contra a vida. A colagem produzida na edição apresenta diversos dados que se somam nessa “análise de conjuntura”.

Ainda aí, em alegorias e símbolos, a colagem da mística, das ações do MST em Brasília e o policiamento ostensivo e truculento, assim como a polícia na encruzilhada Natalino – ocupação-gêneses do Movimento – e os maquinários de venenos que também atentam contra a vida dos camponeses aparecem semanticamente determinados e desvelando a realidade camponesa contemporânea. Afirmando uma contradição central, em que o Estado financia a violência contra a vida, dos humanos, mas também dos solos, dos microrganismos e de toda a totalidade natureza.

Na sequência, a práxis da agroecologia, nossa tão cara tática de construção da utopia mais geral dos Sem Terras, já aparece. Ela é, como o próprio audiovisual apresenta, uma tática síntese desse momento histórico que vive o MST. Já no minuto 08:16 ao 09:00, apresenta-se essa mudança da lógica da luta de classes, João Pedro Stédile fala: *“durante o século XX, os camponeses diziam, quero terra pra trabalhar, agora é, quero terra pra produzir alimentos saudáveis e para todo o povo, notem a mudança ideológica”* (idem.). As novas práticas necessárias aos camponeses do século XXI aparecem narradas por Zumbi, um militante do MST do Paraná. *“Nos estamos reinventando o jeito de fazer a luta [...] é preciso ampliar o nosso jeito de fazer a luta [...] e em temas que a gente nem imaginava que ia prostrar, como por exemplo a agroecologia”* (9:01 até 9:37 min.). Agora, as práticas agroecológicas são colocadas como o ponto de transformação, pedra de toque da Reforma Agrária Popular. Ainda nessa sequência, através das entrevistas que se revezam junto a diversidades de alimentos, produções artísticas e de relações que

se estabelecem no congresso, Antônio, do MST Tocantins, relaciona a agroecologia com a superação da ordem do capital.

O vídeo, nessa sequência de quadros, as falas dos feirantes se compõem com as imagens da diversidade de produtos e de apresentações culturais da feira, culminando na fala de Julio Moretti se referindo à cultura: *“A Reforma Agrária Popular no campo da cultura é nossa capacidade de construir coletivamente o nosso próprio pontos de vista, sobre as formas que nós queremos construir e não apenas reproduzir aquilo que outros sobre os seus pontos de vista, nos dizem o que fazer”* (Idem. 12:34 à 12:48).

Desde a discussão cultural, que é holística no MST, ou seja que se refere ao todo, a Reforma Agrária Popular que é, por assim dizer, o programa cultural do Movimento, é apresentada. No próximo *misancene*, uma senhora assentada, ao lado do seu companheiro que acompanha a entrevista, é quem apresenta esse sentido de construção da Reforma Agrária Popular que transcende a obra: *“eu vejo assim, é lá no assentamento que vamos fazer isso frutificar, e fazer isso acontecer”* (idem. 12:54 à 12:57).

É então que inicia a terceira parte, onde apresenta os *“sujeitos principais desta construção coletiva”*. Ao som da música “Maria Maria”, durante a mística das mulheres carregando a imagem da Frida Kalló, a fala de Nívia do MST do Rio de Janeiro, aponta para o horizonte de construção de práxis da Reforma Agrária Popular, que também inclui o feminismo. Amplia a perspectiva da obra, assim como o próprio objetivo estratégico do Movimento, que não pode existir sem a luta das mulheres e a superação, de além do capitalismo, do patriarcado, começando com a participação das mulheres: *“nós precisamos intensificar a autonomia econômica e política das mulheres, precisamos combater toda e qualquer forma de violência contra as mulheres”* (idem. 13: 45 à 14:00).

Nesta mesma sequência semântica, em novos quadros e sons, com as imagens da batucada, com a fala de Pablo, do MST do Pará, sobre o papel da juventude na Reforma Agrária Popular. Aparece a assembleia da Juventude Sem Terra, em colagem de imagens de jovens durante as atividades do congresso e falas em *off* sobre as tarefas da juventude. A sequência fecha com a fala de Thaile do MST do Paraná: *“Hoje a nossa tarefa histórica, é continuar a luta e a construção desse Movimento”* (idem. 15:00 à 15:08).

Ainda aqui, durante a ação dos Sem Terrinhas no MEC, apresenta-se a ciranda infantil e os Sem Terrinhas do congresso. Novamente em colagens, mostra-se a participação das crianças no encontro, com gritos de ordem e a intervenção que coloriu o MEC, e que, em coro, reivindica e denuncia: “o agronegócio, fecha escolas no campo, fechar escolas no campo é crime, mais de 37 mil escolas fechadas, e o mec o que tem feito? presidenta Dilma, os Sem Terrinhas só querem o direito de estudar e viver no campo” (17:04 à 17:41).

Em um quarto bloco, a luta, nacional e internacional é protagonista. A partir da fala na plenária de Gilmar do MST de São Paulo, a luta de massas, parte central da identidade do MST e da própria agroecologia é reafirmada: “É nas lutas que nos fazemos sujeitos da nossa própria história [...] é o povo em luta que conquista e não meia dúzia negociando” (Idem. 17:57 à 18:24). Em contraste e já apresentando uma contradição interna, o ato político com “políticos profissionais” e lideranças de organizações amigas, como a CNBB, falando sobre o MST, aparecem em cenas.

A partir de aí, apresentando o princípio do internacionalismo do Movimento, utilizando-se das imagens da jornada internacionalista e de entrevistas com militantes de organizações internacionais parceiras, e de uma entrevista com Aleida Guevara, filha de Che – com que o MST também aprende sobre internacionalismo – essa temática aparece. Colocando o MST ao lado do Zapatismo e com um sentido de esperança também para os povos do mundo, o grito: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, se materializa em experiência de imagem e som.



44

Na penúltima parte, em tentativa de “conclusão síntese”, aparece uma mística que afirma através da poesia que: “só se é permitido descansar, quando a luta de nossos mortos se realizar por inteira, não pela metade [...]”. (Idem. 24:24 à 24:37). Apresenta então o objetivo estratégico do MST de construir o novo. E o socialismo aparece numa gigante faixa da mística de encerramento. Por fim, através da fala de muitos militantes e de imagens das marchas, esse sentido coletivo de ser MST, e essa identidade coletiva são novamente evocados. Até pela

⁴⁴ Frames sobre internacionalismo do vídeo referido no texto.

fala de encerramento que reafirma essa existência através da organicidade. Ou seja, na organização articulada a princípios organizativos que determinam a vida do Movimento nos territórios. Elemento central definidor desse ser coletivo, personagem principal da obra: O MST, sujeito territorial que existe no espaço tempo, se territorializa a partir da organização e da organicidade. Seguindo com as imagens daquele, “mar vermelho” voltando ao acampamento – com um bônus, como uma continuação do encontro a partir de imagens de diversas ocupações e marchas – aparecem reafirmando novamente essa existência necessariamente em luta do Movimento.

4.3.2. *Ocupar, Resistir E Produzir: As Feiras Do MST*



Já esse vídeo, é dividido em três partes que estão em articulação dialética: “1. Ocupar” (1:17 min.), “2. Resistir” (2:25 min.) e “3. Produzir” (9:36 min.). Como o próprio título sugere, a produção do Movimento que se socializa através das feiras está em ligação direta com o todo da luta, desde a ocupação, até a construção da resistência pela cultura, até a produção que permite então dialogar com a cidade para a construção da Reforma Agrária Popular.

Com a música “a terra ela é sagrada” Gracinha Donato, atriz e militante do MST do Pará, que participa do vídeo, em prelúdio, dá início ao audiovisual. A partir de imagens das diversas feiras do Movimento pelo Brasil, seguindo a música que culmina na imagem na entrevista da Lucinéia Durães, do MST da Bahia. Ela sintetiza e introduz o vídeo: “[...] *Toda essa alimentação só é possível porque nós tivemos a ousadia de fazer a primeira tarefa do MST, que é ocupar a terra. Então é muito certo uma palavra de ordem que nós temos que é Ocupar Resistir e produzir (2018)*”. Nessa sequência, diversas imagens de ocupação aparecem, juntas: a das mulheres de 2006 na Aracruz Celulose e outras mais antigas, assim como marchas e ações de protesto.

É perceptível a diferença entre as imagens, tanto no que se refere a qualidade técnica das câmeras, assim como as diferentes produções presentes nas

⁴⁵ Frames de abertura do vídeo *Ocupar, Resistir E Produzir: As Feiras Do MST (2018)*.

feiras das regiões. Essa diversidade de imagens, até porque é uma junção de diversos planos e sequências feitas em feiras em todo o Brasil, é uma característica geral da obra.

Na sequência, focando na ocupação, Lucineia apresenta diversas formas de ocupação que são, para ela, metodologias para pressionar o Estado a democratizar o acesso à terra. Como um elemento ficcional em uma fala encomendada, outro ator militante do MST da Paraíba, Janailson Almeida, reafirma a fala anterior e questiona denunciando o agronegócio como produtor de mercadorias para exportação em função de aumentar seus lucros: *“porque tanta terra nas mãos de poucos e tanta gente sem ter terra pra trabalhar?”*.

Em seguida, a atriz apresenta o sentido de resistência expresso nesse grito: *“Resistir é se organizar, é cultivar valores da solidariedade, do estudo, do trabalho e da fraternidade entre povos. É valorizar e preservar a cultura camponesa e a cultura popular (...)”*. Através de entrevistas, primeiro a militantes, como Maria Raimunda, do MST de Pará, depois com um feirante, Adailton Cardoso no MST de Pernambuco, esse sentido se amplia, como *“uma construção coletiva”* e como essa socialização dos modos vida em resistência dos camponeses Sem Terras.

Em seguida, Emicida, Tulipa Ruiz e Leniker falam da produção de alimentos como possibilidade de uma “autonomia real”, e da necessidade da Reforma Agrária e da relação do campo com a cidade. A ideia do diálogo entre o campo e a cidade é bem clara no *misancene*, que termina novamente na feira, em diálogo com feirantes e “consumidores”. Chico Cezar relaciona a luta da Reforma Agrária com a democracia. Desvelando então elementos da realidade contemporânea à obra, no contexto do golpe e ascensão da extrema direita apologética à ditadura. Ainda aí, o mestre de cultura popular Ilê Ayê, Edmilson das Neves, fala que parece que não tem haver Reforma Agrária com Ilê Ayê, mas é uma luta conjunta, de construção de igualdade social, em Movimento social de integralidade. Com entrevistas de apoiadores e trazendo aspectos positivos da realização das feiras, o vídeo segue em diálogo com a sociedade.

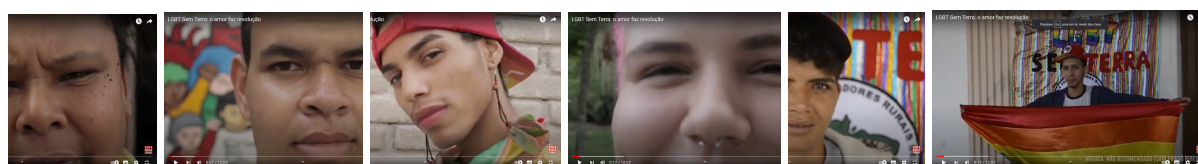
Na próxima *misancene*, um militante do MST da Bahia coloca a arte e o trabalho como iguais. Em seguida, através de imagens das feiras, e da produção nos assentamentos, de músicas e gritos de ordem durante as feiras, de mais entrevistas a consumidores e novamente com lideranças do movimento, as feiras e a Reforma Agrária – e a luta do MST – são relacionadas. Aí a mudança do modelo

agrícola é provocada em uma última parte. Ou seja, aparece em áudio da entrevista a necessidade de mudar o modelo agrícola.

Com o trecho da poesia de Patativa do Assaré – *“Se a terra foi Deus quem fez, Se é obra da criação, Deve cada camponês Ter uma faixa de chão”* – reinicia-se a terceira parte, anunciada em letreiro vazado no Track Matte Key: “Produzir.” Depois, Bela Gil fala de produção de alimentos saudáveis. Em seguida, Salete Carollo, do Setor de Produção do MST de Rio Grande do Sul, mostra e fala de produção orgânica. Sem se referir à agroecologia, de forma bem institucional apresenta os produtos e a alimentação: “à você consumidor”, como um ato político. Na sequência, em fala de encerramento da Feira Nacional, Debora, do MST do Rio Grande do Norte, junto com Benedito, feirante do MST da Bahia falam da consolidação da política da Reforma Agrária através da produção, assim como de construir, e seguir, como diz Débora Nunes do MST de Alagoas, *“seguiremos, enfrentando o agronegócio, seguiremos derrubando cercas, a cerca da terra concentrada a cerca que concentra e nos impede de ter acesso ao conhecimento e a liberdade”* (idem. 12:00 à 12:05).

No final, em *off* e através de imagens da feira, a diversidade aparece. Como encerramento, uma criança puxa um grito de ordem, simbolizando essa construção cultural: “MST”, e as e os demais feirantes respondem: “a luta é pra valer”.

4.3.3. **LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução**



Depois de uma breve introdução que dá alguma ideia do conteúdo geral, o vídeo é apresentado a partir de seis objetivos temáticos o vídeo, dividido-se em seis blocos: *“(1) Fortalecer a luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, que são bases estruturantes da dominação e exploração”; “(2) Construir territórios livres de preconceito e discriminação por raça, etnia, identidade sexual e/ou identidade de gênero”; (3) Respeitar e valorizar todas as formas de ser e amar do ser humano”; “(4) Massificar a formação sobre a diversidade sexual e identidade de gênero dentro dos diversos espaços organizativos do MST”; “(5) O MST deve ser*

⁴⁶ Frames de abertura do vídeo *LGBT Sem Terra o amor faz revolução* (2020).

um espaço seguro para a existência das LGBT, com a inserção em diversas tarefas e instâncias do movimento”; “(6) *Promover ações e lutas em conjunto com o movimento lgbt em especial com o campo popular*”. Desta maneira, aparecendo mais como um material disparador de debates, esse audiovisual se materializa em reflexões que miram para dentro do MST.

O curta é introduzido pela canção, *Não Recomendado*, de Caio Prado. O áudio é enriquecido imagetivamente pelos rostos e olhares destes mesmos sujeitos dos territórios do MST, mais especificamente, militantes Sem Terra do Coletivo LGBT. Envolvendo o público com a narrativa audiovisual, que reforça a diversidade enquanto o padrão da natureza, uma diversidade que também se apresenta nas etnias além de gêneros, opções sexuais e idades. É nesse contexto poético que a bandeira e os símbolos LGBT, somados aos símbolos Sem Terra, vão gradativamente se anunciando, entre sorrisos e relações diretas dos personagens com a câmera, em simbologia e alegoria da diversidade da natureza.

Em seguida, intensificando esse sentido de resistência, a militante Sereia Cruz, do Coletivo LGBT Sem Terra do Maranhão, evoca a poesia com o seguinte trecho: “*Já nos feriram o rosto, já nos machucaram a alma, já nos abriram o peito com a lança da violência [...] Mas somos filhos e filhas da esperança, a esperança que não perece jamais!*”. E com essa introdução, dialogando com imagens de militantes e com a bandeira de fundo, se apresenta o nome da obra.

Seguindo aí, Erivan Hilario, MST do Distrito Federal, destaca a atuação dos sujeitos LGBT na construção do movimento, desde suas raízes, para além das pautas específicas, mas enquanto agentes ativos no todo da organicidade. No entanto, ele afirma que esse debate, da diversidade precisa se intensificar, além de potencializar os processos organizativos, ele diz: “*A nossa bandeira é para romper o latifúndio da terra, mas para também romper com o patriarcado, o machismo, nós não podemos enquadrar as formas de amar. Se nós lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária se faz necessário que pautas como essa, estejam cada vez mais enraizadas para o interior dos movimentos populares, em especial o MST*”. Apresentando então o tema e a problemática.

Partindo desse ponto, o vídeo se organiza em objetivos temáticos, em diálogos com os materiais do coletivo LGBT Sem Terra, vão se aprofundando nas problemáticas, avançando nas reflexões como camadas. O primeiro deles, inicia no min 2:16 min: “*Fortalecer a luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, que*

são bases estruturantes da dominação e exploração". Nesse contexto, as falas das militantes Maysa Matias, do Coletivo LGBT Sem Terra de Minas Gerais, e Izabel Greyn, do Setor de Educação do Paraná, elucidam como as posições podem e são conflitivas, além de destacarem como as questões relacionadas ao corpo, à sexualidade e à afetividade são necessariamente políticas. Esse bloco termina com o coro do trecho da música *Amar-elo*, de Emicida, com as participações de Pablo Vittar e Majur, interpretadas agora por militantes LGBT Sem Terra. O *misancene* apresentado dá a ideia de um musical *underground* em todos os sentidos, inclusive na escolha das músicas.

O segundo objetivo temático, permanece aprofundando os contextos e problematizações apresentadas no anterior: *"Construir territórios livres de preconceito e discriminação por raça, etnia, identidade sexual e/ou identidade de gênero"*. Nesse momento temos a entrevista de Maysa Matias que reforça a necessidade de tomar posicionamento em prol da diversidade, de se assumir nessa identidade até para que outras e outros também se sintam motivados a fazê-lo. Esses áudios são acompanhados por imagens de militantes LGBTs Sem Terra. Esse conjunto ainda explora ademais questões, como a violência, em especial a LGBTfobia, trazendo o caso de Aline⁴⁷, encerrando o bloco com o grito de ordem coletivo: *"Contra a LGBTfobia e por Aline, Resistiremos!"*.

O terceiro tema é: *"Respeitar e valorizar todas as formas de ser e amar do ser humano"*. Apresenta a necessidade de criar ações de enfrentamento à LGBTfobia. Esse tema desenvolve a reflexão no que diz respeito às ações do MST enquanto táticas de enfrentamento às opressões que, por vezes, se reproduzem dentro dos espaços do movimento. Maysa Matias comenta *"O enfrentamento precisa ser pelo conjunto da organização, o debate precisa ser introjetado da base da militância aos dirigentes e dirigentes estaduais e nacionais, independente de qual seja"*. Não há aqui fuga das contradições internas, pelo contrário um enfrentamento direto. Por fim, o grito de ordem, coletivo: *"O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT, também é sangue Sem Terra"*. Em colagens de diversas atividades e reuniões do coletivo culminando então na última

⁴⁷ "Militante Aline da Silva, travesti Sem Terra que residia no acampamento Malhada no município de Arcoverde (PE). [...] Ela foi assassinada na madrugada do dia 19/08 com uma facada no pescoço quando estava saindo de uma festa por um homem que não a conhecia, simplesmente a viu no ponto de ônibus e decidiu feri-la." (MST, 2019)

cena, na qual é aprovado o Coletivo LGBT, com vaga na direção Nacional do MST em 2019.

O próximo trecho temático é: *“Massificar a formação sobre a diversidade sexual e identidade de gênero dentro dos diversos espaços organizativos do MST”*. Sintetizado e provocado pela fala de Izabel Grein: *“O ponto de partida pode ser de repente, a gente discutir o que é o amor”*. As imagens expressam os afetos nas relações pessoais dos militantes LGBT, afetos que são resistência dentro dos próprios espaços organizativos e, seguindo a narrativa poética, a transição se dá por meio de uma nova interpretação musical pelos sujeitos da diversidade do coletivo: *Triste, louca ou má*, de Francisco El Hombre. No quadro seguinte, a frase impressa em folha *“assim como rompemos as cercas do latifúndio que concentram a terras, o poder e a riqueza. é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar, 2017”*, segue ilustrando e relacionando a luta contra o patriarcado como a luta geral do Movimento.

Na sequência, o objetivo temático é: *“O MST deve ser um espaço seguro para a existência das LGBT, com a inserção em diversas tarefas e instâncias do movimento”*. Nesse momento, na fala da militante Maysa, descrevendo as violências enfrentadas, violências destinadas a todas as maiorias que expressam a diversidade, ela reforça a importância de transformar as dores resultantes da violência, em atos de resistência. Nesse trecho, cartazes e jornais com artes que representam o coletivo LGBT Sem Terra, além de cartazes com nomes de militantes vítimas da LGBTfobia, iluminados por uma vela, são a *misancene* que se completa nas palavras de Maysa *“(...) Transforma essa violência em formas de resistência e enfrentamento”*. O trecho finaliza com o coro coletivo *“O amor não é egoísta, o amor é socialista e ele faz revolução”*.

No último bloco – *“Promover ações e lutas em conjunto com o movimento lgbt em especial com o campo popular”* – que está relacionado a estar em luta com os demais sujeitos da diversidade. A partir de entrevistas com Janaina Oliveira da secretária LGBT do PT, e da Symmy Larrat presidenta da ABGLT, a temática da luta aparece com força. Esse encontro necessário, de estar em Movimento, se materializa em imagem e som. *“Construindo o Poder Popular e a resistência desde as LGBTs”*, fala Erivan. E, como uma síntese que reafirma a existência de luta do MST, que também é relacionada à luta contra o patriarcado e as opressões de gênero, Erivan relê a famosa frase de Pedro Casaldàliga que marca identidade dos

Sem Terras: “*Malditas sejam todas cercas, malditas sejam todos os armários que nos impedem de viver e amar*”.

4.4. Ainda sobre as obras e o todo da pesquisa

A análise das obras que já acontecem quando descrevemos um pouco das suas *misancenes* – que sempre estão relacionados à ética da construção da cultura agroecológica e suas perspectivas associadas e a àqueles acúmulos estéticos que já foram refletidos pelos coletivos audiovisuais do MST – permite então também realizar alguns comentários. No entanto, antes de adentrarmos mais em cada obra apresentamos uma tabela. Seguindo o desenvolvimento estético do fazer audiovisual no Movimento, utilizamos a então como metodologia para observar as obras em sentido mais geral. É claro que a análise isolada desses elementos não dá conta, mas é um início.

4.4.1. Tabela comparativa

...	<i>Lutar, Construir Reforma Agrária Popular (2014)</i>	<i>Ocupar, Resistir e Produzir, as feiras do MST (2018)</i>	<i>LGBT Sem Terra: Amor faz a revolução (2020)</i>
1) <i>Fugir da lógica de registro institucional</i>	consegue	consegue parcialmente	consegue parcialmente
2) <i>A negação do marketing e do melodrama burguês</i>	consegue	não consegue	consegue
3) <i>A problematização e não naturalização da pobreza</i>	consegue	consegue	consegue
4) <i>A fuga da catarse do happy end</i>	consegue	consegue	consegue
5) <i>Apresentar as contradições</i>	consegue apresentar, externas e internas	apenas as externas como a questão do agronegócio	consegue
6) <i>Os filmes como gatilhos (como dispositivos disparadores de debates e</i>	consegue	consegue parcialmente por estar relacionado a “divulgação nas redes”	consegue

<i>não encerrados em si mesmo)</i>			
7) <i>Personagens coletivos</i>	consegue	consegue	consegue

Fonte: elaboração do autor desta pesquisa.

De modo mais geral, a lógica de registro, mesmo que também seja superada, no sentido de ser sempre mais que isso nos filmes, ainda permanece. Na verdade isso pode ser relacionado a função que os Sem Terras, nunca deixaram de atribuir as suas produções, a memória. No entanto, o sentido de um discurso especializado, que poderia ser evitado, ainda permanece (um pouco menos no vídeo do congresso). Ao mesmo tempo, que a proposição de personagens coletivos – que sempre está articulado a coletivização dos processos de produção – assim como a fuga de uma catarse *happy end* e a problematização e não naturalização da pobreza, são claras e presentes evoluções estéticas que se apresentam em todas as obras analisadas.

Como pode-se observar na tabela no quinto item, está talvez a categoria mais importante desse desenvolvimento estético, a contradição. É através dela que as obras podem ou não se tornar potentes experiências estéticas capazes de desvelar o movimento complexo do real apontando perspectivas. A contradição da sociedade contemporânea capitalista, talvez mais aparente seja a contradição capital-trabalho, no entanto outras lógicas de subjugação da natureza “parceiras”, como o patriarcado e o racismo estrutural, são igualmente e em interdeterminação dialética, contradições importantes. Essas contradições se expressam em outras aparências como o avanço do agronegócio no campo ou mesmo o avanço da ideologia burguesa, hoje atualizada pela ideologia neoliberal em “realismo capitalista”, pela indústria cultural. Então, uma obra que se refira a esse real tem ao menos a obrigação de refletir sobre essas contradições. No entanto, essas contradições não são só externas, como já referimos, elas existem internamente nas organizações. Então, se uma obra propõe-se a tematizar esses movimentos, tem também a obrigação de explicitar essas contradições internas. Ou melhor, pode contribuir nesse processo coletivo de crítica do real tensionando a sua transformação. É óbvio que sempre há uma relação dialética entre forma e conteúdo, ou seja, se uma obra não se refere ao MST diretamente não pode referir-se às contradições internas desse Movimento. Tendo em vista essa relação

dialética é que analisamos as três obras. De modo geral, as contradições externas, em valoroso desenvolvimento estético, são bem apresentadas, no entanto as contradições internas têm mais dificuldades de serem alcançadas. Apenas no *LGBT Sem Terra o amor faz revolução* (2020), também por propor uma obra que dialoga justamente sobre uma contradição interna que é o patriarcado, consegue expor contradições internas e apresentar horizontes.

Todavia, para facilitar, de forma mais específica, começaremos em sentido contrário, primeiro refletimos mais diretamente com a *LGBT Sem Terra o amor faz revolução* (2020), *Ocupar, Resistir e Produzir: as feiras do MST* (2018) e *Lutar, Construir, Reforma Agrária Popular* (2014), respectivamente. Até porque, os últimos dois vídeos, sobre as feiras e sobre a diversidade sexual no movimento podem ser melhor comparados e, como já apresentamos, o vídeo do congresso tem uma amplitude maior, inclusive de envolvimento do todo do Movimento.

A BAEC, como já dissemos, estabelece parcerias com coletivos e setores do Movimento. Parcerias que não são encomendas, na lógica do mercado audiovisual. Estas parcerias propõem o envolvimento real destes coletivos com o processo de produção. A partir disso, as marcas estéticas produzidas na obra sempre refletem a Brigada e os Coletivos ou Setores. No caso do filme do Congresso, houve uma amplitude maior de coletivos envolvidos, no caso do vídeo das feiras e da diversidade sexual, a parceria foi com o Setor de Produção e com o Coletivo LGBT Sem Terra, respectivamente. Mesmo que na BAEC estejam somados sujeitos de outros setores e coletivos que acabam também trazendo debates desde essas esferas.

Em rápida análise, agora comparativa, entre o vídeo com o Coletivo LGBT e com o Setor de Produção, podemos perceber como a relação entre esses coletivos e setores, dá características estéticas na forma e no conteúdo que são muito peculiares.

Da mesma maneira, olhando desde dentro, o vídeo *LGBT Sem Terra o amor faz revolução* (2020) – e os anteriores também – são muito semelhantes às narrativas das místicas. São místicas que questionam o tempo-espaço contemporâneo envolvendo o MST. Na verdade, ela – a mística – é outro espaço de práxis artística dentro do Movimento e também é determinante na forma dos vídeos da BAEC, em modo geral. A mística dos Sem Terra é o espaço onde a maioria destes sujeitos se inicia em elaborações estéticas, de certa maneira

determina a formação artística de todos os Sem Terras. Logo, a produção audiovisual não pode ser pensada longe disso. Então, além da organicidade que é determinante na elaboração estética, deixando marcas dos coletivos e setores envolvidos, a mística também agrega elementos gerais na produção audiovisual, de modo que quando pensam em roteiro, pensam a partir dos roteiros das místicas.

O *LGBT Sem Terra: Amor faz a revolução (2020)*, em relação ao vídeo das feiras, produzido para o público externo, a narrativa expressa pelo enredo, dá sentido contrário. É uma obra que dialoga diretamente com o Movimento, inclusive questionando a organicidade e explicitando contradições. “*Nossas direções não estão imunes a isso*”, diz Isabel. Também em diálogo com os próprios materiais do coletivo LGBT Sem Terra, se apresenta como um vídeo didático, e que transcende a si mesmo, ligado ao próprio processo de organização dos sujeitos da diversidade no Movimento. Ou seja, como já apresentamos, foi e está sendo utilizado, para internalizar esse debate nas bases e nas instâncias do Movimento.

Pensando em nossas questões acerca da agroecologia. Mesmo que não fale em agroecologia, assim como o das feiras, até pela marca da diversidade, impressa pelas imagens dos sujeitos em resistência nos territórios e a clara centralidade da defesa da vida, são expressões estéticas de uma ética mais agroecológica que as expressões da diversidade de produtos que aparecem no vídeo da feira.

A perspectiva apresentada no interior da obra pode ser a superação do capitalismo e junto a ele o patriarcado. Enquanto os personagens, “os sujeitos da diversidade no Movimento” e o próprio “Movimento”, se movimentam em uma totalidade conflitiva que considera o todo. É uma louvável contribuição a realidade camponesa que essa experiência estética lega ao tempo a ao audiovisual.

No entanto, as entrevistas são na sua maioria de lideranças do Movimento, enquanto para os militantes de base ficam as interpretações musicais ou de poesias ou textos preparados, pode revelar uma lógica de registro e do discurso do especialista ainda muito arraigada ao fazer estético.

Já no vídeo *Ocupar Resistir produzir as feiras do MST (2018)*, fica claro o diálogo com esse novo tempo-espaco contemporâneo e isso grita com mais força. É um vídeo feito para as redes e para o público das feiras, ou seja, para as pessoas da cidade. Talvez até por isso volta a aplicar uma estética “institucional”, a fala das lideranças que não são poucas, somadas aos artistas e pessoas famosas

como a Bela Gil, dão um sentido de “especialistas”. A própria ligação catártica que é estabelecida anteriormente à obra, com os artistas, aplica essa áurea sacralizadora e “potencializadora” do discurso. Ao mesmo tempo, ajuda no diálogo com a sociedade, dá um passo atrás no desenvolvimento estético dos Sem Terras, – mais que outras – aparece contrariando as próprias elaborações.

A agroecologia, mesmo que possa ser relacionada à obra, não aparece nomeada nenhuma vez. Apenas a produção orgânica, ou a necessidade de enfrentar o agronegócio. Parece a expressão de um discurso mais palatável, menos complexo, até pela limitação de tamanho da própria obra, que se aproxima justamente das formatações da indústria cultural, agora por meio das redes digitais.

Na cartilha da BAEC, apresenta-se a ideia: “*avancamos na elaboração estética na medida que avançamos na organicidade*”. Aqui a parceria estabelecida com o Setor de Produção também reflete a própria lógica organizativa – sua organicidade – que tem se relacionado mais com o *marketing* e também enxerga nas redes caminhos para garantir a comercialização, parte importante do projeto da Reforma Agrária Popular, mas, mesmo assim, uma parte.

Ademais, além da lógica de registro e a da institucionalidade, a linguagem do marketing de modo geral, aparece como genes transgênicos de uma estética do agronegócio que também está nos territórios que o MST existe. Mais do que os produtos apresentados, a linguagem destinada “aos consumidores”, pode ser sintomática a isso, em *Ocupar, Resistir e Produzir: as feiras do MST* (2018). Em uma relação de forma e conteúdo nova – a mesma relação que fez nascer vídeos vlogs, por exemplo – das feiras e da estratégia de construir esse diálogo do campo com a cidade, se materializa em um audiovisual que também tem alguns elementos novos. A palavra “consumidor”, por exemplo, aparece bastante. E mesmo que as falas e as imagens ampliem esse lugar, o vídeo “vende o MST e seus produtos orgânicos”. Longe de apresentar intencionalmente a contradição, auspiciado a sua superação, enxergamos mais como um sintoma da obra na relação com o espaço tempo em um retrocesso de desenvolvimento estético.

As falas e imagens, assim como sons, tentam superar essa lógica. E a síntese que é buscada através dos textos editados das entrevistas e pela performance dos atores, tenta ser totalizante, tenta ampliar e ligar essa estratégia das feiras com esse todo do Movimento. De forma rápida, não dá conta totalmente,

mesmo que seja também uma semente, e possa ser uma porta de entrada para chegar às feiras ou mesmo ao MST.

O personagem continua sendo o MST agora focando com essa estratégia da relação com a sociedade. O “reino da liberdade” na obra é menor que o apresentado na primeira, mas existe: é a produção de alimentos orgânicos para a sociedade. Se soma então, como uma semente de uma estética contra a barbárie, de enfrentamento à realidade contemporânea, já que a produção de alimentos é chave, como já apresentamos, à superação dessa ordem que atenta contra a vida. No entanto, é débil em apresentar uma análise complexa do real e uma consequente intervenção política. Portanto, como experiência estética, anda em nossa analogia com as sementes, aparece com pouca capacidade de germinação. Talvez o próprio contexto do golpe de 2016 também tenha determinado essa redução da obra e as debilidades já apresentadas.

Além do mais, a “consumidora” no minuto 8:07 não é nomeada, enquanto todos os demais são. O que pode demonstrar também que o vídeo passou no processo de edição – que na BAEC é coletivo – por poucas mãos, diferente do vídeo anterior e posterior.

Existe no vídeo uma introdução à contradição do agronegócio e da agricultura camponesa, no entanto essa análise não se complexifica. A perspectiva, ou o “reino da liberdade”, como já afirmamos, em diálogo com essa contradição, aparece para viabilizar essa “socialização da cultura camponesa”. As contradições internas, talvez até pela questão do público externo, não aparecem. Na verdade, isso não é novo, mesmo que no *Lutar Construir Reforma Agrária Popular* (2014) ela tenha lugar, ao exemplo do tratamento dado à política partidária, algumas questões, como por exemplo a relação de dependência econômica com o Estado, também não aparecem.

No entanto, muitos dos elementos estéticos acumulados, como sementes crioulas, estão presentes na obra. A diversidade, o personagem coletivo MST e a arte apresentada igualada ao trabalho camponês, ao menos nas falas, aparece. Além do mais, a catarse do *happy end* também não existe, até porque é um vídeo de caráter jornalístico explicativo, apresentando essa parte da luta do Movimento.

É também construído a partir da organicidade. O diálogo da BAEC com o Setor de Produção foi determinante, no roteiro, na edição e também em algumas seleções de imagens. E esse envolvimento com os coletivos e setores dá a essa

obra também lugar nas produções do Movimento, carregando uma tradição estética que, inspirada nos mutirões, se amplia e se complexifica.

Já no *Lutar Construir Reforma Agrária Popular* (2014), a análise da obra audiovisual que inaugura BAEC permite perceber acúmulos estéticos que já se apresentavam na BAVC. Tendo o Movimento, como personagem principal, além de público e produtor da obra é uma realização coletiva que carrega toda essa força organizativa do maior movimento social da América Latina.

Permite entender esse novo tempo espaço que começamos nesse trabalho a questionar. Uma obra que, na contramão da produção cinematográfica hegemônica, desvela o movimento complexo do real e apresenta contradições centrais. Construída coletivamente e com um pré-roteiro, se utiliza de diversos dispositivos, para refletir a visão dialética do Movimento sobre o tempo-espaço e apontar futuros “reinos da liberdade”.

Para nós está claro a força dessa semente e suas louváveis excelências estéticas. É uma obra que ajuda os camponeses a pensar no seu caminho de desenvolvimento. E na forma e conteúdo contribui apresentando a agroecologia também como parte desse “reino da liberdade” que transcende a obra, “*que tem de ser construída lá na base*”. Mesmo que a Reforma Agrária Popular ou mesmo o socialismo, possa ser a totalidade da perspectiva estética, a agroecologia em sua acepção mais ampla é apresentada como importante.

O vídeo, seguindo a tradição estética do Movimento, é utilizado depois em debates nos assentamentos e acampamentos, introduzindo o tema da construção da Reforma Agrária Popular. Transcendendo de si mesmo, se realiza como um audiovisual que é síntese de um tempo e expressão da luta dos Sem Terras, materializando-se em desenvolvimento estético, desde a para a organicidade.

Como um símbolo da organicidade, logo também relacionado à análise e a intervenção do MST no campo, orienta e se reencontra na reterritorialização do Movimento. Reconstruindo as teias da vida na resistência ao avanço das forças dominadoras da natureza que hoje são coordenadas pelo Capital, o vídeo em sua relação dialética com a organicidade, tem a força estética do Movimento, que em luta, existe e resiste.

Se observarmos a tabela supracitada ou mesmo a descrição da obra e até pela grandiosidade do que é um congresso e seu processo de produção no MST, podemos observar que a maioria dos acúmulos estéticos desde fazer-audiovisual

no Movimento, estão presentes. A obra de nascimento da BAEC é uma, se não a mais importante, criação desse coletivo. Já nasce grande, carregando genes de um desenvolvimento estético que não findou.

Ademais, tanto a análise das obras, como a própria vivência na feira, assim como as orientações de companheiros têm apontado a potencialidade e necessidade da educação popular. Tanto percebida em como essa lógica estética que busca também “informar, formar e organizar⁴⁸”, em construir cultura agroecológica, que se materializa em educação popular, portanto nas obras como educadoras, como potentes experiências. Ou seja, dessa capacidade das obras de “ser semente”. Assim como, para com os brigadistas, que são e devem ser educadores, formadores de mais brigadistas, inclusive diante da necessidade histórica contemporânea de ampliar a brigada, como já apresentamos.

Porém, até para seguirmos preservando as sementes, voltando ao “modo mais geral”, a análise dos vídeos tem nos feito questionar uma espécie de maniqueísmo presente nas obras. Por exemplo, quando se fala de agronegócio, sempre se fala de uma exterioridade, de algo que está fora dos territórios onde o MST está. E quando se fala em agroecologia, ou de produção orgânica, de algo que é construído pelo MST. Não que não existe verdade nisso, mas é uma verdade parcial. E, de certa maneira, uma fuga da contradição interna do avanço do agronegócio nos assentamentos. E, nesse sentido, não se realiza em sua capacidade de desvelar o real e contribuir no caminho do “reino da liberdade”. É urgente que as atividades estéticas encarem essa contradição interna e que evoluam, como já tem evoluído em diversos sentidos.

Na verdade, se pensarmos a partir do desenvolvimento estético dos Sem Terras, a analogia com a sementes ainda é válida. Não existe, a partir da BAEC, uma estética da agroecologia, mas sem dúvidas essas audiovisualidades crioulas – que ora se reafirmam em desenvolvimento estético, ora dialogam com aspectos estéticos transgênicos, ou seja, que cumprem funções éticas burguesas e/ou atrapalham no caminho do objetivo estratégico da organização – são, mesmo assim, sementes crioulas que devem estar a serviço desta práxis cultural do MST de construir cultura agroecológica. Portanto devem ser selecionadas e preservadas, assim como cultivadas.

⁴⁸ Grito de ordem do Setor de Comunicação do MST.

Tanto o vídeo do congresso, como o das feiras ou o da diversidade sexual, guardadas as peculiaridades já apresentadas, carregam esse código genético cultivado por esses camponeses Sem Terra, que também produzem audiovisual. Refletem a organicidade e às vezes são sementes dela, são ferramentas práticas da territorialização proposta pelo Movimento. As experiências audiovisuais da BAEC – sementes crioulas de tempo –, nesse ponto da pesquisa aparecem como sementes potencializadoras desta práxis agroecológica e revolucionária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de modo geral também permite algumas considerações. Desde que iniciamos, a pesquisa tem apresentado categorias chaves para a análise do objeto. Partindo da crítica a uma ciência que quer dominar a natureza, desde a agroecologia, refúgio da totalidade natureza, elabora-se a questão de pesquisa: A BAEC pode contribuir nessa construção de cultura agroecológica? ou de uma estética agroecológica? Ou ainda, em elaboração mais perto das categorias geográficas: Ela contribui para a reterritorialização proposta pelo MST e pela práxis da agroecologia? Para responder a questão em diálogo com os objetivos do trabalho, apresentamos três capítulos. Território, Agroecologia e Estética. Se você prestou atenção, não se encerram em si mesmos, apenas concentram discussões em esferas dialéticas que dialogam entre si.

No primeiro capítulo, a partir de uma discussão ontológica do conceito de território, colocamos a cooperação – na totalidade natureza e no caminho da humanização – ao lado da lógica de domínio do espaço. Determinantes, então, do território, que sempre expressa relações de poder. Como uma questão ontológica aparece aí, também o alimento. Chave para a dominação burguesa e talvez para a sua superação. O território camponês, que resiste à hegemonia do agronegócio e do neoliberalismo, para nós aqui, existe como fronteira a expansão do capital. É desde os territórios de resistência do MST que a BAEC existe e nasce como um espaço. Nesse ponto da pesquisa, constatamos que a BAEC se espacializa a partir da organicidade. E que é a organicidade, essa categoria central para a luta dos Sem Terra, que determina, em última análise, a territorialização proposta pelo MST.

No segundo capítulo, iniciando pela experiência de produção audiovisual e práxis agroecológica do Coletivo Cultura Camponesa vinculado aos setores de Cultura, juventude e comunicação do MST de Santa Catarina. Abrimos uma discussão sobre a agroecologia e sua amplitude e centralidade na luta do Movimento na atualidade. Ainda aí, a agroecologia, em discussão epistemológica, é então entendida como parte da “ecologia dos pobres”. De diversas raízes epistêmicas em luta contra o agronegócio e o neoliberalismo, se materializa em práxis agroecológicas. A BAEC – tendo a prática artística como uma prática também dentro da esfera da práxis agroecológica, assim como entendendo a

potencialidade da experiência estética, que aparece para nós como uma semente de novas subjetividades –, é então, comparada com uma semente desta práxis.

No terceiro capítulo, as discussões estéticas se apresentam. Partindo novamente de uma discussão ontológica, introduzimos um entendimento do conceito de estética, assim como dos elementos da realidade contemporânea que incidem em uma estética dominante e hegemônica, além de apresentarmos alguns genes do desenvolvimento estético da BAEC. A partir dessas premissas, analisamos três obras audiovisuais da Brigada. A análise das obras, assim como da sua relação com o espaço tempo, que foi objetivo de trabalho ao longo da pesquisa, somam em possíveis sínteses e respostas aos nossos questionamentos.

Primeiro, não existe uma estética da agroecologia a partir dos vídeos da BAEC. Mas existe um desenvolvimento próprio, uma estética da práxis audiovisual destes Sem Terras. E as obras, mesmo com limitações, apresentam-se como sementes se não de agroecologia, de uma práxis agroecológica e revolucionária, já que, como demonstramos, a questão do alimento é chave para a superação da ordem. Sementes que não está livre da contaminação genética da transgenia das audiovisualidades burguesas, mas que também carregam, genes crioulos de uma evolução estética que já está em fértil desenvolvimento.

Segundo, a organicidade é para nós a categoria chave para entender a territorialização do MST assim como seu desenvolvimento estético. Desde reconstruir as teias de cooperação que a lógica de dominação da natureza destruiu, o MST disputa territórios, dentre eles a subjetividade.

Terceiro, é preciso preservar as sementes. Para isso, trabalhos como esse, assim como os debates internos da BAEC, que tem muito mais potência de intervenção, devem ser incentivados. Aprender com a própria história. É necessário cuidar da produção audiovisual do Movimento, cuidar com estéticas transgênicas, e como uma receita estética, que o próprio desenvolvimento estético do MST nos legou, encarar as contradições.

Quarto, é muito importante seguirmos cultivando, tanto no que se refere à produção audiovisual quanto na ampliação da brigada. Inclusive para esse brigadista que realiza a pesquisa, essa é uma responsabilidade que esse mesmo trabalho, assim como o diálogo com os brigadistas, amplia. Nesse ponto da pesquisa, a produção audiovisual da BAEC, aparece como educadora, assim como os brigadistas, são e agora diante do desafio da ampliação da brigada, mais que

antes, educadores. Portanto, a educação popular – contribuindo para que mais sujeitos se somem nessa fértil construção –, é um dos imperativos referentes a esse necessário cultivo.

Por fim, o que é mais importante, é que essa estética dos Sem Terras dá contribuições desde um reduto da esperança, em um reencantar necessário. Neste sentido, a pesquisa tem demonstrado que a produção audiovisual da Brigada e toda intervenção política vinculada a ela, dá contribuições para a possibilidade de futuro, que no “realismo capitalista”, não existe. As obras, sementes também de uma práxis da agroecologia, também são, em última instância, sementes de uma estética agroecológica e, nesta medida, revolucionária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor w. Adorno. **Textos escolhidos**. (Coleção PENSADORES) Editora Nova Cultura, São Paulo, 1999.

_____. **Educação e emancipação**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Indústria cultural e sociedade** / Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy [et al.]. — São Paulo Paz e Terra, 2002

ALIER. Joan Martinez. **Ecologismos dos pobres: conflitos sociais e linguagem de valoração**. Contexto, São Paulo, 2007.

BERNAT, Isaac Giribet. **Um novo jeito de organizar. A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende ? MST (Paraná, Brasil)** Universitat de Lleida, 2012

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia**. Revista *REBELA*, v. 1, n. 3, fev. 2012.19

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GONÇALVES, Felipe Canova. **Linguagem audiovisual e Educação do Campo: práxis e consciência política em percursos audiovisuais**. 2019. 290 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CECEÑA, Ana Esther. **Del desarrollo al “vivir bien”: la subversión epistémica**. Colección de Libros Problemas del Desarrollo, Programa unam-dgapa-papiit in 301012, 2014.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). São Paulo, 2016.

CLEGG, John e LUCAS, Rob. **Três revoluções agrícolas (e o comunismo)** Publicado em Anti-K, em 2 de outubro de 2020, mencionando que se trata de uma tradução de texto de camaradas revista Endnotes, difundido no sítio “Communists in situ”. Traduzido da versão francesa para Herramienta por Aldo Casas, versão que serve de base para esta tradução ao português, de Silvia Beatriz Adoue.

COLETIVO de Cultura do MST. **Ensaio sobre Arte e Cultura na Formação**. Rede Cultural da Terra - Caderno das Artes. São Paulo: 2005

DARDOT, Pierre. E LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARWIN, C. 2004. **A Origem das Espécies**. Tradução de Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro: Ediouro.

EDUARDO COUTINHO, Brigada de Audiovisual. [BAEC] **Cartilha de audiovisual**. Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Organização e Revisão Cadu Souza, Luara Dal Chiavon, Maria Silva, impressão do MST, São Paulo, 2022.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]**. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. II.

FEDERICI, Silvia. **Reencantar el mundo. El feminismo y la política de los comunes**. Editora Traficantes de Sueños. C/ Duque de Alba, 13 . C.P. 28012 Madrid, septiembre de 2020[faltou o nome do ou da tradutor ou tradutora] Madri: Traficantes de Sueños, 2020.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens: O itinerário de Lukács**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, Ed. Paz e Terra S.A., São Paulo, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “**Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**”. In: *Revista NERA* número 6, 2005, P. 14-34.

_____. MARTIN, Jean-Yves. **Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18710>

_____. **Campesinato e Agronegócio na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

_____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FISHER, Mark. **para enxergar além do realismo capitalista**. OUTRAS MÍDIAS, 2021. ultimo acesso em 30 de Janeiro de 2024:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/mark-fisher-para-enxergar-alem-do-realismo-capitalista/>

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **“O espaço como palavra chave”**. In: *Geographia* [o nome da publicação deve estar em itálico]v. 14, n. 28 (2012).

JESUS, Abimael de Oliveira de. **Um homem e seu tempo: Belchior, poeta do desespero (1959-1976)**, UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS, CAMPUS DE ERECHIM, CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – LICENCIATURA. VERANÓPOLIS- RS, 2017.

KILPP, Suzana; ROSÁRIO, N.M.; ROSSINI, Miriam; SILVA, A.R. **Manifesto audiovisuais**. (2009). Disponível em: <https://gpaudiovisualidades.wordpress.com/tag/manifesto/> Acesso em: 18 dez. 2023.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo: Um fator da evolução**. Editora Deriva, Porto Alegre, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Tradução, 2006.

LESSA, Sêrgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular,

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. 2a ed. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

_____. **Estética 1: la peculiaridad de lo estético**. Barcelona: Grijalbo, 1966.

_____. **Ensaio sobre literatura**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. (1ª edição 1973).

MENEGAT, Marildo. **Da arte de nadar para o reino da liberdade**. In: VILLAS BÔAS, R. L., PEREIRA, P. M. *Cultura, Arte e Comunicação*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa**. Pegada vol.

8; n. 2 Dezembro 2007 pág. 27 acessado em 10 de Janeiro de 2021:

<https://www.google.com/urlsa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiuo4LEiuDuAhW0HLkGHSx3C20QFjAEegQICxAC&url=https%3A%2F%2Frevista.fct.unesp.br%2Findex.php%2Fpegada%2Farticle%2Fdownloadav%2F1638%2F1568&usq=AOvVaw2dseuqyG8b1yS1OdrenuxY>

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

NETTO, Zé Paulo: **Pequena história da ditadura (1964-1985)**. São Paulo, Editora Cortez, 2014.

PEREIRA, Carlos Eduardo de Souza. **Movimento Social do Campo e as Audiovisualidades Crioulas - Ensaio e proposta educativa sobre audiovisual para Educação do Campo**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Centro de Formação de Professores – CFP Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo. Amargosa/ Bahia, 2022.

PERCESSI Jade BONASSA Juliana., GUILHERME Sylviane. **CULTURA E AGROECOLOGIA**. Dicionario da agroecologia 2021. MST.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUSA JR. Justino de. **Princípio Educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis**. In: *MENEZES NETO, Antonio Julio de (org). Socialismo e Educação*. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2013.

SILVA, Leonardo Gonçalves. **audiovisual no MST**. (2023), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes/Unicamp, em recente trabalho analisa as obras da Brigada. <https://mst.org.br/2023/09/13/panorama-da-producao-audiovisual-do-mst/>

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique Michèle Perioto. **Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza** in: *Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias – Reflexões sobre o Programa Residência Agrária, Volume II*. MOLINA, M.C. et al., Orgs. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, 476 p. (44-94 p.)

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. Editora, EXPRESSÃO POPULAR; 2ª edição, 2007.

VIA CAMPESINA, Brigada de Audiovisual da. [BAVC] **Audiovisual e Transformação Social: a experiência da Brigada de Audiovisual da Via Campesina**. In: Lutar Sempre! Estudos sobre audiovisual e a construção da realidade. 2ª edição. São Paulo: 2011.

XAVIER, Glauber Lopes. **Imperialismo e capitalismo dependente: a dinâmica econômica brasileira sob a hegemonia do agronegócio**. In: Congresso Latino-Americano de História Econômica (CLADHE V), 5., São Paulo. Anais do CLADHE V. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em rebeldia**. Organização: Alana Moraes, Lucas Keese e Marcelo Hotimsky. Tradução: Gabriel Bueno da Costa Edição. Editora Elefante, 2022.

FILMOGRAFIA

A CLASSE Roceira. Berenice Mendes, 1985, videocassete, cor, 28 min. último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=hTtsGcsqwYw>

A ENCRUZILHADA Natalino. Ayrton Centeno e Guaracy Cunha, 1981, Super-8, videocassete, 22 min), último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=x7trPLpPQs4>

AGROECOLOGIA e Educação” Escola Luana Carvalho, Bahia 2019. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST. (12:05 min). último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=yUPIN33lsW4>

AGROECOLOGIA e Educação” Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, Bahia 2020. (13:11 min). último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=VbOYCX-wnBw>

ÁGUAS Santas (2021), direção coletiva: Nuvem cabocla, Casa de pé, Cultura camponesa e Felipe Augusto. IFSC. último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=EWSFG8GsxCE&t=2165s>

ARQUITETO da Violência MST e CPT / 2000; videocassete, (18 min.)

CABRA Mercado para Morrer. Eduardo Coutinho. 1984. Videocassete (1:59 min) último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=DAPs2Jw6R3k>

CAFÉ com Sabor de Resistência. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST. 2019. (10:46 min) último acesso 03/12/2023 in: <https://www.youtube.com/watch?v=Z6Rco3cC1GU>
CHÃO. Documentário. Camila Freitas. 2019; (1h 49 min)

CONTESTANDO. BAEC/CULTURA CAMPONESA. 2019. (7:28 min). último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=p2XGQOhhlfl>

CONVERSA com A Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC) do MST" "ConTelas. HD para youtube: último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=7A08xdYYUJ0&t=2135s>

DEUS e o diabo na terra do sol. Glauber Rocha. 1964. (120 min). último acesso em 02/01/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=OhDUwtOBVl0>

ERE: UM GRITO POR VIDA: QUEM MATOU OLIVIO ALBANI? BAEC/ CULTURA CAMPONESA. 2022. (36:13 min.) último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=LUXUQjrbR7k&t=742s>

LGBT Sem Terra, o amor faz revolução. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho, MST, 2020. HD (12:02 min.) ultimo acesso em 01/08/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>

LOS Sin Tierra – Por los Caminos de América. Miguel Barros. 2007; DVD (72 min.)

LUA em Sagitário. Márcia Paraíso / 2016. IMDb 6.8 (1 h 41 min)

LUTAR, Construir Reforma Agrária Popular. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho, MST, 2014. HD (29:17 min.) último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPktJc>

LUTAR Sempre '5° CONGRESSO NACIONAL DO MST'. Brigada de audiovisual da Via Campesina, 29'51" DVD

MULHERES em Luta – Semeando a Resistência". BAEC, 2021. (16:30 min) último acesso em 02/02/2024 in: https://www.youtube.com/watch?v=h9_HHlvkl4g

NÃO Olhe para Cima. Adam McKay. 2021. FHD, 2h 25m.

NEM um minuto de silêncio: Fora syngenta do Brasil. Brigada de audiovisual da Via Campesina, 23 min, DVD.

O PREÇO da luz é um roubo. Brigada de audiovisual da Via Campesina, 09'00"/ DVD

OCUPAR Resistir e Produzir, as feiras do MST. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho, MST, 2018. HD (12:59 min.) último acesso em 01/08/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=5JHKAKVM248>

OS fuzis. Ruy Guerra. (1964). videocassete. último acesso em 01/02/2024 in: (84 min) <https://www.youtube.com/watch?v=rjb3dHMj0Pk>

PENSAR em Você - clipe Chico Cesar. 1999. (4 min.)

RAIZ Forte Aline Sasahara e Maria Luisa Mendonça. 2000 videocassete. (40,59 min). último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=IJoGaWbonmw>

SEM feminismo não há agroecologia. BAEC/ CULTURA CAMPONESA. 2020. (8:39 min). último acesso em 02/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=th41HpGvrAg>

SEM Terrinha em Movimento (2009). Brigada de audiovisual da Via Campesina. (15 min.) último acesso 03/12/2023 in: <https://www.youtube.com/watch?v=DbR48kN5BYk&t=1s>

SEM Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar! 2019. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST (15:22 min.) último acesso 03/12/2023 in: <https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVA0>

SÔ isso não, Dona. 2017. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST. (8:34 min.) último acesso 03/12/2023 in: <https://www.youtube.com/watch?v=5KR-YIGJgaM&t=11s>

TAPETE Vermelho Luiz Alberto Pereira / 2005; DVD (102 min)

TERRA para Rose. Tetê Moraes. 1987, videocassete 16 mm cor (82 min.) último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=DcK9rWBZBoc>
último acesso em 01/02/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=kjSHTaqrMuk>

UM Fantasma Ronda o Acampamento. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST. 2020 (22 min.) FHD

VERSOS de Conquista – Juventude e Auto-organização. 2019. Brigada de audiovisual Eduardo Coutinho- MST(7:19 min.) último acesso 03/12/2023 in: <https://www.youtube.com/watch?v=Kv8usPBjbBE&t=23s>

VIDAS secas. Nelson Pereira dos Santos. 1963 (100 min.). último acesso em 02/01/2024 in: <https://www.youtube.com/watch?v=gFlgiX7qJQA>

VOCÊ sabe o que a juventude faz no campo? onde apresentamos a experiência do coletivo que estava em passos iniciais. in: <https://www.youtube.com/watch?v=Zb3e8gNIEbA>